

Macioniro Celeste Filho

# O Ensino Superior como formação profissional:

a criação do curso superior de Turismo na década de 1970



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*



**O Ensino Superior como formação profissional:  
a criação do curso superior de Turismo na década de 1970**

**Macioniro Celeste Filho**



**Macioniro Celeste Filho**

**O Ensino Superior como formação profissional:  
a criação do curso superior de Turismo na década de 1970**



Marília/Oficina Universitária  
São Paulo/Cultura Acadêmica

2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – FFC  
UNESP - campus de Marília

*Diretora:* Dra. Claudia Regina Mosca Giroto  
*Vice-Diretora:* Dra. Ana Cláudia Vieira Cardoso

*Conselho Editorial*

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Célia Maria Giacheti

Cláudia Regina Mosca Giroto

Edvaldo Soares

Franciele Marques Redigolo

Marcelo Fernandes de Oliveira

Marcos Antonio Alves

Neusa Maria Dal Ri

Renato Geraldi (Assessor Técnico)

Rosane Michelli de Castro

*Conselho do Programa de Pós-Graduação em  
Educação - UNESP/Marília*

Henrique Tahan Novaes

Aila Narene Dahwache Criado Rocha

Alonso Bezerra de Carvalho

Ana Clara Bortoleto Nery

Claudia da Mota Daros Parente

Cyntia Graziella Guizelim Simões Giroto

Daniela Nogueira de Moraes Garcia

Pedro Angelo Pagni

**Auxílio Nº 0039/2022, Processo Nº 23038.001838/2022-11, Programa PROEX/CAPES**

**Parecerista:** Profa. Dra. Márcia Lopes Reis (Departamento de Educação Faculdade de Ciências - UNESP Bauru, Profa. do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar UNESP Araraquara, Profa Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia UNICAMP)

*Ficha catalográfica*

---

Celeste Filho, Macioniro.

C392e O Ensino Superior como formação profissional: a criação do curso superior de Turismo na década de 1970 / Macioniro Celeste Filho. – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2024.

139 p. : il.

CAPES

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5954-529-2 (Impresso)

ISBN 978-65-5954-530-8 (Digital)

DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-530-8>

1. Educação – História – 1970-1979. 2. Turismo. 3. Ensino superior – Brasil. I. Título.

CDD 370.109

---

Catálogo: André Sávio Craveiro Bueno – CRB 8/8211

*Copyright © 2024, Faculdade de Filosofia e Ciências*

Editora afiliada:



Associação Brasileira de  
Editoras Universitárias

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora UNESP  
Oficina Universitária é selo editorial da UNESP - Campus de Marília

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao amigo Kazumi Munakata, que orientou a pesquisa que deu origem ao atual livro. Sem o conhecimento de Mirian Jorge Warde e de sua generosa biblioteca, a pesquisa para este livro teria sido muito difícil. O sorriso e as metáforas de Maria do Carmo Martins foram decisivos nos momentos de grande dúvida. O apoio e a colaboração de Lucia Maria da Franca Rocha foram imprescindíveis neste trabalho.

Felizmente, contei com a ajuda de funcionários públicos exemplares. Sem eles, a pesquisa para esta obra teria sido inviável. Não me esquecerei do apoio de Francisco Aparecido Cordão, então no Conselho Nacional de Educação; de Cássia de Souza Lopes Sampaio, da Reitoria da USP; de Ana Maria Aparecida Fernandes, do Conselho Estadual de Educação de São Paulo; e de Lígia Palhares Silva, da Gerência de Comunicação do Senac-SP. A estes, meus sinceros agradecimentos.

Todos os entrevistados por esta pesquisa foram magnânimos e bondosos. Sinto-me muito grato. Muito obrigado!

Agradeço especialmente a Douglas Peres Rubio, meu companheiro, quem muito me ajudou nestas últimas décadas, inclusive com a revisão deste texto. Todos os erros que sobreviveram são meus, os acertos são dele.



# Sumário

Prefácio   <i>Luiz Gonzaga Godoi Trigo</i> .....	9
Introdução.....	15
O surgimento de um novo curso universitário e seu currículo: o Turismo.....	27
Competências educacionais em Turismo no Estado de São Paulo.....	45
O Conselho Federal de Educação e a criação de cursos superiores de Turismo.....	53
A criação do curso de Turismo na Universidade de São Paulo.....	65
O corpo docente dos primeiros cursos de Turismo.....	87
Currículos de cursos superiores de Turismo.....	95
Considerações Finais.....	105
Fontes.....	107
Referências.....	109
Anexos.....	113
Sobre o autor.....	137



# PREFÁCIO

Entre 1990 e 2010, na passagem do século, o cenário do Ensino Superior brasileiro presenciou uma das maiores bolhas de sua história: o inchaço dos cursos de Turismo e relacionados (Hotelaria, Gastronomia, Eventos...), especialmente no setor privado. De repente eclodiu uma percepção inflacionada de que Turismo seria o futuro e, a partir de 1996, foram autorizados centenas de cursos chegando ao número absurdo de 500 ou 600 programas em todo o Brasil, até em lugares com potencial turístico negativo (Marília Ansarah e Mirian Rejowski fizeram a análise quantitativa dos cursos). O cenário atual mostra que os cursos de Turismo quase se extinguíram, sobrevivendo com dificuldades em pouquíssimas instituições privadas e com ótimo desempenho em algumas universidades públicas (Federais e Estaduais/Comunitárias) e Institutos Federais. Na elite dessas universidades públicas florescem os programas de pós-graduação com bom nível de excelência (a maior nota dos programas em Turismo na Capes é 5,0).

O que aconteceu ao longo dessas últimas três décadas? Como explicar essa ascensão exuberante seguida de queda em tão pouco tempo?

É a economia... Na época, o Brasil surfava nos sucessos e benefícios gerados pelo Plano Real, executado em 1994, e os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) beneficiaram-se de um contexto nacional favorável e de cenários internacionais com otimismo, disponibilidade de capital para investimentos, crença na globalização e euforia com as novas tecnologias de informação e comunicação. Com o colapso do socialismo real na ex-União Soviética e no Leste Europeu e com abertura econômica da China, hordas de novos turistas começaram a se deslocar pelo mundo, somando-se aos europeus, latinos, outros orientais e australianos, que se beneficiavam de épocas de fartura econômica e de ganhos de tempo livre para curtir feriados, férias ou a aposentadoria.

No Brasil a euforia passava pela estabilidade econômica, pelas promessas de melhoria dos serviços com as privatizações de alguns setores como telecomunicações e aeroportos. Pensava-se nos ganhos que os megaeventos (Olimpíada, Copa do Mundo, Paraolimpíada) trariam e havia uma renovação da infraestrutura do país com abertura de novos hotéis, terminais aéreos, centros de varejo e gastronomia ligados ao entretenimento, artes e cultura.

Alguns eventos nefastos como a crise financeira internacional de 2008; o crescimento da imigração forçada pelas guerras ou desastres ambientais para alguns países europeus e para os Estados Unidos; a desconfiança com a globalização e formação de blocos econômicos; o crescimento das tensões entre o Ocidente e o Oriente (especialmente com a China e Rússia) levaram à crises regionais que afetaram o crescimento econômico em vários pontos do planeta. No Brasil, a partir de 2013, a sociedade vivenciou incertezas e instabilidades políticas e econômicas, o que refletiu em menos disponibilidade para consumo de produtos e serviços não essenciais, como lazer e turismo. Então veio a pandemia de Covid-19, que paralisou totalmente o mercado internacional de viagens por quase dois anos e ainda deixou cicatrizes sociais e culturais por onde passou.

Em meio a esses eventos os sistemas educacionais passaram por mudanças profundas em termos de novas tecnologias, métodos pedagógicos inovadores, questão da inclusão e diversidade nas escolas e nos currículos, surgimento de novas profissões e campos de atuação além da internacionalização entre vários programas e universidades. Já detectado em 2015, por Jafar Jafari em suas pesquisas, o amplo setor do turismo se fragmentou tanto no mercado quanto nas universidades e programas de pesquisa. A fragmentação é a diversificação do que se entende por “viagens e turismo” em campos como hotelaria e hospitalidade, gastronomia, eventos, entretenimento, esportes, artes e cultura, meio ambiente, gestão e negócios, planejamento, design e urbanismo. O turismo tem tudo a ver, direta e indiretamente, com todas essas atividades. A explosão dos setores de entretenimento ocorreu especialmente em *games*, *streaming*, redes sociais, museus e centros culturais interativos e imersivos, navios de cruzeiros que são quase parques temáticos, resorts paradisíacos, arenas sofisticadas como a “esfera” de Las Vegas, os shows musicais *high tech* em espaços abertos, shoppings e mercados cada vez mais

sofisticados e atendendo os mais variados tipos de público. São dezenas de atividades diferentes que exigem dezenas de profissionais diferentes, cada um sendo treinado e educado em um campo distinto, mas com a perspectiva de trabalharem em equipes articuladas. Os antigos currículos dos cursos de turismo não mais davam conta sozinhos dessas novas exigências, habilidades e competências que agora eram adquiridas não apenas em escolas convencionais, mas também pela internet, em centros de treinamento isolados das grandes escolas e no próprio mercado. Em termos de graduação os cursos de Hotelaria, Gastronomia, Eventos, Administração direcionada ao Turismo, Educação Física direcionada ao lazer e alguns programas ligados ao meio ambiente proviam vários dos conteúdos exigidos pelo setor de viagens e turismo. Sem contar os campos de transportes, marketing, estatística e finanças que sempre foram de suas próprias áreas específicas da academia e do mercado.

Por outro lado, a proliferação desordenada dos cursos de Turismo nas faculdades e universidades privadas só poderia resultar em fracasso. Fui membro da Comissão de Especialistas dos cursos de Administração (e posteriormente da Comissão de Turismo e Hotelaria) do Ministério da Educação a partir de 1996, onde fiquei por quatro anos e testemunhei como cursos eram aprovados por nossas comissões apenas com indicações genéricas sobre como esses cursos seriam implantados. O novo Conselho Nacional de Educação tinha como política aprovar os cursos desde que atendessem as mínimas exigências. O problema é que essas “mínimas exigências” se mostraram insuficientes, especialmente no turismo. Alguns empresários e técnicos da educação tinham a errônea ideia de que turismo era “fácil de ensinar e aprender”, não precisava de laboratórios específicos, alguns computadores seriam suficientes e as bibliotecas eram um detalhe menor. Ou seja, poderiam ter muitos lucros com poucos investimentos e aproveitando professores de outras áreas para “tocar o curso”. A onda de entusiasmo com os cursos de turismo durou menos de duas décadas.

O setor de viagens e turismo voltou a crescer depois das crises mundiais e da pandemia e apesar das guerras e conflitos violentos em algumas partes do planeta. A formação em turismo e atividades relacionadas continua a ser importante, estando distribuída em diversos centros de formação, treinamento e capacitação, reais ou virtuais.

O texto de Macioniro Celeste Filho sobre a criação do curso de Turismo na USP mostra a gênese desse longo processo que se iniciou na década de 1970. É importante conhecer a história para se entender como ocorreu essa grande expansão dos cursos de Turismo e sua atual fragmentação em tantos campos do conhecimento e do mercado.

Macioniro (Márcio, para os conhecidos) analisa desde a questão conceitual do que se entendia por “turismo” há mais de 50 anos, como se estruturava a educação em São Paulo e especialmente na Universidade de São Paulo, como o Conselho Federal de Administração esteve junto nesse processo de criação e ampliação dos cursos de turismo pelo Brasil e como a USP trabalhou para criar um curso que foi inspiração para muitos outros cursos que proliferaram pelo país. Em termos históricos a antiga Faculdade de Turismo do Morumbi foi um grupo privado que criou o primeiro curso de Turismo no Brasil em 1971, tendo sido posteriormente incorporada à Universidade Anhembi-Morumbi.

A USP liderou a proposição dos currículos, programas e métodos de ensino para turismo ao nível superior e criou o primeiro programa de pós-graduação na área (1993), que foi posteriormente descontinuado. Atualmente os programas de mestrado e doutorado em Turismo da USP estão sediados na Escola de Artes, Ciências e Humanidades.

Há muitas dissertações, teses e artigos sobre o desenvolvimento dos cursos de turismo no Brasil, mas há poucos livros, ou seja, publicações mais robustas com ampla discussão sobre a problemática da educação superior em turismo. O livro de Macioniro se insere agora nesse seleto universo, possibilitando o (re)conhecimento da USP como celeiro de novas ideias e projetos. O livro foi fruto da dissertação de mestrado de Macioniro, defendida em 2002.

Esse texto se articula com as obras da professora Marlene Matias *Turismo – formação e profissionalização* (Barueri/SP: Manole, 2002) e *Turismo – 50 anos dos cursos de graduação no Brasil* (Jundiaí/SP: Paco, 2022). Para se ter uma ideia do estado da arte sobre a pesquisa em turismo no Brasil, há a tese de doutorado de J. Laize S. Oliveira, orientada pelo professor Alexandre Panosso Netto, editada no livro *O pensamento turístico brasileiro* (São Paulo: Dialética, 2023).

Mesmo não sendo mais um curso “pop” e de massa, o campo do turismo continua a exigir formação e qualificação de ótimo nível. O conhecimento na área se expandiu e foi distribuído pelos diversos campos do conhecimento. Conhecer suas origens ajuda a compreender alguns dos mitos, ritos e desafios que o turismo brasileiro continua a suscitar e este texto lança luzes sobre uma de suas principais vertentes acadêmicas e históricas.

***Luiz Gonzaga Godoi Trigo***

Professor Titular da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP.  
Atuando na graduação de Lazer e Turismo e credenciado na pós-graduação  
(mestrado e doutorado) em Turismo.



# INTRODUÇÃO

Cursos universitários de Turismo são relativamente recentes, existem há cinco décadas. De onde se criou esta área acadêmica? Como surgiu esse novo curso no ensino superior? Os diversos cursos superiores, alguns mais antigos, outros, nem tanto, surgiram por ação de intelectuais em momentos históricos decisivos para a configuração da universidade que conhecemos. O caso específico da criação de cursos superiores de Turismo é exemplo significativo das mudanças de enfoque que os intelectuais e a sociedade atribuíram à educação, à universidade e à cultura nos anos 1960 e início da década de 1970. Este livro se propõe a apresentar as intensas circunstâncias históricas que propiciaram o surgimento dos cursos superiores de Turismo e como esta nova carreira acadêmica foi incorporada pela universidade brasileira.

Não é intenção desta obra realizar um balanço teórico de tudo o que foi lido no decorrer da pesquisa que resultou na dissertação da qual este livro se origina. Os textos citados nas referências ao término deste livro possibilitaram visualizar diversos caminhos possíveis no contato com o tema aqui proposto. Nesta introdução, optou-se pela humildade de destacar os escritos básicos que nortearam os passos de contato com o objeto desta obra. Buscasse, assim, mostrar os limites a que se chegou quando da confrontação das possíveis trilhas sugeridas por alguns autores e as fontes documentais a que se conseguiu localizar.

Eric Hobsbawn, com seu *Invenção das tradições* (1997), teve papel importante na reflexão sobre as tradições acadêmicas. Intuitivamente, buscava-se distância de uma abordagem epistemológica da constituição das diversas áreas de compartimentação dos saberes acadêmicos. Autores como Gérard Fourez (1995) ou mesmo Thomas Kuhn (2000) já haviam relativizado, substancialmente, uma possível visão rígida da epistemologia ou dos paradigmas científicos. Entretanto, foi a abordagem sugerida por Hobsbawn que

mais articulou, num primeiro momento, as questões propostas pela pesquisa que, insisto, resultou neste livro. Com a ajuda deste autor, refletiu-se que a universidade se compartimenta em áreas distintas de conhecimento de maneira histórica, mas que estas áreas são apresentadas como tradicionais. Eric Hobsbawn, ao analisar o surgimento das tradições, destaca que muitas vezes, tradições que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não inventadas. Questionou-se se cursos universitários de Turismo seriam uma tradição inventada, mas esta questão mostrava-se improdutiva; quer fossem ou não uma tradição inventada, o que isto contribuiria na compreensão de seu surgimento? Hobsbawn (1997, p. 20) perguntara: “o que os historiadores ganham com o estudo da invenção das tradições? Antes de qualquer coisa, pode-se dizer que as tradições inventadas são sintomas importantes e, portanto, indicadores de problemas que de outra forma poderiam não ser detectados nem localizados no tempo. Elas são indícios”. Segundo Hobsbawn (1997, p. 16), “não é necessário recuperar nem inventar tradições quando os velhos usos ainda se conservam”. Isto transformou o estudo do surgimento da nova carreira acadêmica do Turismo em algo mais substancial. Talvez fosse um indício importante para entender o que ocorreu na universidade brasileira no início da década de 1970. Que usos não se conservaram na universidade para que uma nova carreira acadêmica fosse inventada?

Esta questão correlata ampliou o campo de investigação. Para melhor orientação nesta direção foram essenciais os textos de Luiz Antônio Cunha (1980, 1989, 1999). Este autor é a principal referência neste livro quando se trata da universidade brasileira nas últimas décadas. Porém, nem só de estudos bibliográficos sobrevive uma obra. Devido à necessidade de tentar juntar dois fios do novelo – o turismo e a universidade – buscou-se também compreender o que se produziu sobre o turismo nos anos 1970. Mirian Rejowski (1996) mapeara a produção científica sobre o turismo em sua tese de doutorado. Seguiram-se os caminhos trilhados por esta autora e consultaram-se as diversas pesquisas por ela analisadas na área de turismo. Infelizmente, este caminho mostrou-se infrutífero. Com raras exceções citadas na bibliografia, praticamente não existem estudos históricos no que concerne ao turismo no Brasil, muito menos na área de história da educação, ao menos na década de 1970. A solução seria pesquisar a documentação dos órgãos

oficiais competentes pela área do turismo no período, isto é, a Embratur e o Conselho Nacional de Turismo. Isto não foi possível. Em entrevistas com dois especialistas em pesquisa na área de turismo, teve-se contato com a triste desorganização da documentação oficial sobre o setor. Luiz Gonzaga Godoi Trigo e Mário Carlos Beni, em conversas separadas, foram categóricos ao descrever a desorganização em que se encontra a documentação oficial sobre os projetos governamentais para o turismo nas décadas de 1960 e 1970. O Conselho Nacional de Turismo e a Embratur não possuíam periódicos que expressassem suas decisões e recomendações para o setor. Os dois pesquisadores afirmaram que o Centro de Documentação da Embratur foi doado para a Universidade de Brasília e encontra-se jogado numa sala daquela universidade, sem nenhuma organização. São caixas e caixas empilhadas a esmo. Mesmo localizar em qual sala da UnB estas caixas estão depositadas já demandaria esforço.

Sem dúvidas, o regime militar do período refletiu sobre o turismo e a documentação sobre isto está desorganizada. Pode-se encontrar traços desta reflexão em alguns documentos oficiais. Isto ajuda a contextualizar o ambiente universitário quando da proposta de criação do curso superior de Turismo. Por exemplo, o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) abordava o assunto. O Plano Nacional de Desenvolvimento previa as ações governamentais de então. O 1º PND projetava o que o Estado brasileiro pretendia para o período de 1972-1974; coincidentemente, o mesmo período de surgimento dos cursos superiores de Turismo no país. O PND é um plano de futuro; isto não significa que as ações recomendadas fossem efetivamente implementadas. O PND serve para se conhecer o que o Estado brasileiro do período desejava. O 1º PND menciona o tema do turismo:

Na implementação de políticas setoriais, será dado especial apoio ao incremento do Turismo, tanto de correntes turísticas internacionais como de nacionais, dotando-se as regiões propícias de condições favoráveis. (Brasil, 1971, p. 10)

Existem neste PND referências explícitas ao papel da universidade brasileira. No entanto, não há menção sobre universidade e turismo, mas sobre universidade e indústria. Como um dos objetivos almejados encontra-se “o de

integrar Indústria-Pesquisa-Universidade como núcleo fundamental de uma estrutura nacional integrada de Educação/Ciência-Tecnologia/Empresa”. (Brasil, 1971, p. 12)

Essa integração deverá ser impulsionada mediante:

Disseminação e consolidação dos centros de integração Universidade-Indústria ou Escola-Empresa, para assegurar programas sistemáticos de estágios de estudantes em empresas, para comunicar ao sistema universitário as necessidades quantitativas e qualitativas do setor privado quanto à formação de profissionais e para permitir a realização conjunta de projetos de pesquisa.

Adoção, pelas instituições de pesquisa governamentais de programa sistemático de articulação com o setor produtivo nacional, principalmente para disseminação do resultado de seus estudos.

Realização de convênios do Governo com as Universidades, para que procedam (isoladamente, ou em conjunto com entidades governamentais) a estudos de desenvolvimento regional, ou a pesquisas aplicadas, de interesse do planejamento econômico e social. (Brasil, 1971, p. 16)

Existe no 1º PND claro esforço na defesa da necessidade de se educar a mão-de-obra como fator de desenvolvimento. Entre vários trechos, para exemplificar, pode-se citar:

Sabe-se que a maior complexidade do problema do emprego no Brasil está, não na dimensão do desemprego aberto, cujo índice é reduzido, mas na subutilização da mão-de-obra, frequentemente empregada em níveis muito baixos de produtividade, ou operando apenas em tempo parcial. [...] Outra forma de contrabalançar os subsídios ao uso de capital (representados pelos incentivos fiscais, por exemplo) é o treinamento de mão-de-obra, mesmo no sentido indicado, de dar, nas áreas urbanas, um mínimo de qualificação a cada indivíduo, para possibilitar sua absorção numa sociedade urbana e industrializada. (Brasil, 1971, p. 17-19)

Este recorte do 1º PND que destaca turismo, universidade-empresa e formação de mão-de-obra é arbitrário. Não se pretende afirmar que era uma proposta do PND juntar estas três coisas. Busca-se apenas configurar que cursos universitários novos que aprimorassem mão-de-obra num vínculo entre

universidade e empresas não contrariavam o que o Estado brasileiro desejava no início da década de 1970. Cursos superiores de Turismo não contrariam a indicação do PND da necessidade de “comunicar ao sistema universitário as necessidades quantitativas e qualitativas do setor privado quanto à formação de profissionais” (Brasil, 1971, p. 16).

O TURIS foi outro exemplo encontrado sobre o que o regime militar pretendia com o turismo. Este projeto almejava, segundo as recomendações do PND, desenvolver localidades consideradas de interesse turístico com o objetivo de ocupação populacional de maneira racional. Para o período aqui estudado, conseguiu-se localizar o TURIS de 1972, destinado aos litorais dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.<sup>1</sup>

Este TURIS é documento oficial útil, pois explicita alguns conceitos do Estado brasileiro sobre o turismo. No que se refere às férias:

No que tange às férias, é preciso também compreendê-las como resposta a necessidades existenciais básicas: a de uma pausa na rotina despersonalizante do dia-a-dia, a de contatos interativos e a de intimidade com a natureza ao vivo, o mar em particular.

Em países extremamente urbanizados, de que é produto e expressão a instituição da habitação coletiva, as férias traduzem uma necessidade física, psicológica e social a um só tempo. As condições de vida cotidiana conduzem o homem de hoje a conflitos e contradições interiores. Quem tira férias parte em busca da natureza selvagem e do conforto material a que já se acostumou. Multidão e isolamento, consciência do grupo e percepção do outro, sensação de liberdade e segurança de uma atividade organizada. Aqui nascem as inigualáveis e consequentes vantagens do retorno à natureza e da ruptura com o redemoinho existencial urbano. Aqui, as origens da notável expansão da habitação individual de veraneio. Aqui, finalmente, as raízes da inspiração que criou vilarejos típicos de recreio e organizou a construção de vilas pesqueiras. (Brasil, 1975, p. 17)

Sobre a clientela potencial de um empreendimento turístico analisado por este projeto de desenvolvimento, afirma-se:

---

<sup>1</sup> Este TURIS foi generosamente cedido pelo Prof. Luiz Trigo, sendo que foi preservado por pertencer à sua biblioteca.

A população mais interessada a considerar é constituída por jovens de menos de 25 anos; de um lado, porque é mais numerosa, representando atualmente cerca de 60% do total da população brasileira. De outro lado, porque, nessa faixa, a demanda de serviços de natureza turística é mais variada e suscetível de rápidas mudanças. É para essa clientela jovem que se farão os maiores esforços, no Brasil, nos próximos dez ou quinze anos. (Brasil, 1975, p. 33)

Projetava-se um país em crescimento onde a atividade turística teria clientela potencial:

No decurso dos próximos 20 anos, os seguintes fatores simultâneos vão permitir o desenvolvimento rápido do turismo nacional brasileiro, a partir do conjunto celular Rio – São Paulo: o crescimento demográfico, a uma base anual superior a 4%; a elevação geral do nível de vida, com o acréscimo de 3,4% a 5% nas rendas familiares anuais; o ritmo de urbanização; a melhor distribuição das rendas e a estrutura demográfica, particularmente a constituída pelos menores de 30 anos. (Brasil, 1975, p. 37)

No ano de 1972, o TURIS estimava em 9% da população do eixo Rio – São Paulo como clientes potenciais de produtos do setor turístico. Mas, em vinte anos, com o crescimento do PIB e melhor distribuição de renda, esta clientela chegaria a 27% destes dois estados:

A conjugação dos fatores: aumento geral do nível de vida e diminuição do volume de rendimentos baixos permitiria o rápido incremento dos índices de demanda turística, a partir de 1975. Em 1990, o índice de partidas no eixo Rio – São Paulo poderá atingir 26 ou 27%, sendo, portanto, comparável ao observado na Itália, nos anos 60, ou na França, em princípios dos anos 50. (Brasil, 1975, p. 40)

Estas informações podem parecer pouco úteis aos propósitos deste livro. Entretanto, servem de ilustração para se entender que o clima de um país desenvolvido, como concebido no início da década de 1970, também passava pelo planejamento da atividade turística. Geralmente, é na universidade que se formam os planejadores.

O PND e o TURIS são apenas dois exemplos pontuais das possibilidades de pesquisa que enriqueceriam enormemente a contextualização histórica do que ocorria no Brasil na década de 1970 envolvendo turismo e universidade. Esta pesquisa casada resultaria numa dissertação mais rica, onde os temas educacionais não ganhariam autonomia demasiada em relação ao que se pretendia para o setor de turismo de então. Infelizmente, a desorganização documental e a escassez de outras pesquisas análogas impossibilitaram o desenvolvimento deste caminho.

Dada a carência de documentação oficial sobre as políticas públicas para o setor de turismo, haveria a possibilidade de pesquisar os cadernos de turismo que surgiram na grande imprensa na década de 1970 e, de lá, se extrair informações sobre o papel do turismo na sociedade do período, mas isto seria outra pesquisa de Mestrado e não esta que resultou neste livro.

Quando o caminho de pesquisar os documentos oficiais sobre o turismo buscando referências ao seu papel na universidade se mostrou impraticável, foi de grande ajuda tomar contato com autores que escreveram sobre outras áreas do ensino universitário. Refere-se aqui ao grande débito que esta pesquisa tem para com Ivor Goodson (1990, 1995a, 1995b). Seus textos, principalmente *Historia del curriculum: la construcción social de las disciplinas escolares* (Goodson, 1995b), foram de fundamental importância para este trabalho.

Num de seus artigos, citando Layton, Ivor Goodson apresenta um esquema em três estágios sobre o surgimento de novas disciplinas acadêmicas, que pode também ser sugerido para novos cursos universitários:

O inexperiente intruso assegura um lugar no horário escolar, justificando sua presença com base em fatores tais como pertinência e utilidade. Durante este estágio, os aprendizes são atraídos para a matéria por causa de sua relação com questões de seu interesse. Os professores raramente são especialistas treinados, mas trazem o entusiasmo missionário dos pioneiros à sua tarefa. O critério dominante é a relevância para as necessidades e interesses dos aprendizes.

No segundo e intermediário estágio: uma tradição de trabalho acadêmico na matéria está emergindo juntamente com um corpo de especialistas treinados, do qual são recrutados os professores. Os estudantes são ainda atraídos ao estudo, mas tanto por sua reputação e status acadêmico crescente quanto por sua relevância em relação aos seus problemas e interesses.

A lógica interna e a disciplina da matéria estão se tornando crescentemente influentes sobre a seleção e a organização do seu conteúdo.

No estágio final: os professores constituem um corpo profissional com regras e valores estabelecidos. A seleção do conteúdo da matéria é determinada em grande medida pelos julgamentos e práticas dos acadêmicos especialistas que levam a pesquisa na área. Os estudantes são iniciados numa tradição, suas atitudes aproximando-se da passividade e da resignação, um prelúdio ao desencantamento. [...] Parece que, longe de serem asserções intemporais de conteúdo intrinsecamente válido, as matérias e as disciplinas estão em constante fluxo. Portanto, o estudo e o conhecimento em nossa sociedade deveria ir além de um processo a-histórico de análise filosófica, em direção a uma investigação histórica detalhada dos motivos e das ações por trás da apresentação e da promoção das matérias e disciplinas. (Goodson, 1990, p. 235-236)

Buscou-se aplicar esta abordagem sobre o surgimento de novas disciplinas acadêmicas no que poderia ter ocorrido na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) quando da criação do primeiro curso universitário de Turismo. Os documentos da ECA sobre a criação de seu curso de Turismo – primeiro numa universidade pública brasileira – mostrariam algo semelhante à hipótese sugerida por Goodson no texto citado acima? Novamente, deparou-se com problemas de ordem documental. A ECA constituiu sua congregação para discussão de assuntos internos em 1975. Até este ano, o Conselho Universitário da USP exercia a função de congregação daquela escola. A criação do curso de Turismo, no início daquela década, portanto, não teve sua discussão registrada em atas da congregação. Na pesquisa das atas do Conselho Universitário sobre o tema aqui tratado encontra-se apenas a menção “amplamente debatido”, porém sem registrar textualmente nem fragmentos das discussões. Os debates conceituais, epistemológicos e acadêmicos sobre a criação de um curso novo na ECA devem ter sido registrados nas reuniões do Departamento de Relações Públicas e Propaganda, onde este curso foi criado. Documentos da reitoria se referem às reuniões deste departamento. Infelizmente, as atas das reuniões departamentais de Relações Públicas e Propaganda do início da década de 1970 foram jogadas no lixo. Procurou-se por meses localizar tais atas. Após alguma insistência, duas funcionárias com mais de trinta anos de serviço na ECA, em

conversas separadas, relataram que o destino destes documentos foi o lixo. Dvidou-se deste procedimento e o Sistema de Arquivos da USP (SAUSP) foi solicitado a ajudar na localização das atas de reuniões do Departamento de Relações Públicas e Propaganda (posteriormente de Turismo também) dos anos de 1972 e 1973. A resposta do SAUSP foi confirmatória ao atestar que tais documentos não foram preservados, tendo destino desconhecido.<sup>2</sup> Esta pesquisa pode utilizar apenas os documentos encontrados na reitoria da USP. No que concerne à ECA, tentou-se contornar a carência documental entrevistando-se os principais responsáveis pela criação do curso. Goodson foi a referência implícita quando da formulação das questões destas entrevistas.

Outra forma de aproximação às questões desta pesquisa foi pelo tema das discussões curriculares. O primeiro currículo oficial para cursos superiores de Turismo precede o primeiro curso universitário de Turismo – o da ECA-USP – mas é posterior ao início do primeiro curso da Faculdade de Turismo do Morumbi, como será tratado posteriormente. Como isto foi possível?

Tratar o currículo como tema da história da educação não é inédito. Foi necessário delimitar a abordagem adotada neste campo de estudos. Em artigo sobre o assunto, Flavia Terigi constatou que os estudos curriculares abrangiam cada vez mais áreas educacionais, perdendo, no entanto, seu foco específico de estudos. Os estudiosos do currículo analisavam não só os antigos planos de estudo, ou seja, os documentos oficiais nos quais se prescrevia o que se devia ensinar, mas também o conjunto de processos que determinavam o que era efetivamente ensinado:

Como resultado, os analistas coincidem em descrever o campo em situação de conflito, no sentido de que se chegou a um estado no qual tudo que se passa na instituição escolar e no sistema educativo é, de maneira indiferenciada, “currículo”. O efeito é paradoxal: a hipertrofia do campo estaria levando-o, segundo vários diagnósticos, à sua própria dissolução. (Teregi, 1996, p. 75)

---

<sup>2</sup> A responsável pelo Sistema de Arquivos da USP (SAUSP) respondeu em forma de e-mail a solicitação de auxílio na procura destas atas: “Sr. Macioniro Celeste Filho. Falei com a Profa. Johanna Smit, Diretora do Departamento de Biblioteconomia da ECA e membro do Conselho Técnico do SAUSP, a qual me informou que esgotou todos os caminhos de busca e recuperação dos documentos mencionados em seu e-mail, não tendo sucesso. Não consegui falar com a Sra. Ivone Arthur, que está em gozo de licença prêmio. À disposição para qualquer outro esclarecimento. Eunice Ribeiro Borges SAUSP – Órgão Central – 13/12/2001”

A autora defende que uma análise histórica do currículo não pode optar por uma definição única do conceito. Torna-se necessário que, em estudos históricos, os conceitos surjam das fontes e dos processos pesquisados, dialogando com estudos anteriores.

O historiador da educação que mais contribuiu neste estudo no que concerne ao tema do currículo inserido conceitualmente na história, além de Goodson, foi David Hamilton. Este autor critica o uso indiscriminado do termo currículo para realidades históricas diferentes, defendendo ser necessário esclarecer conceitualmente e historicamente o uso do termo: “os historiadores fracassaram em discriminar cronologicamente onde os educadores falharam em discriminar conceitualmente”. (Hamilton, 1992, p. 33-34)

Este autor estudou o surgimento simultâneo da classe escolar e do currículo, características da moderna forma escolar. Esta forma escolar está relacionada com a difusão de novos pressupostos sobre a eficiência da escolarização em particular e a eficiência da sociedade em geral. A escolarização é vista por David Hamilton como forma de reordenamento social num contexto de maior mobilidade econômica.

Segundo o autor, em meados do século XVII cristaliza-se o uso do termo currículo como referência ao curso inteiro de vários anos seguido por cada estudante, não a qualquer unidade pedagógica mais curta. Surge neste período a concepção de currículo, junto com classe, como ordenador da forma escolar:

Nesta medida, “curriculum” parece ter confirmado a ideia – já refletida na adoção de “classe” – de que os diferentes elementos de um curso educacional deveriam ser tratados como uma peça única. Qualquer curso digno do nome deveria corporificar tanto *disciplina* (um sentido de coerência estrutural) quanto *ordo* (um sentido de sequência interna). Assim, falar de um “curriculum” pós-Reforma é apontar para uma entidade educacional que exhibe tanto globalidade estrutural quanto completude sequencial. Um “curriculum” deveria não apenas ser “seguido”, deveria, também, ser “completado”. (Hamilton, 1992, p. 43, aspas e grifos do original)

Não se pretende, nesta obra, fazer a história do termo currículo desde o início da modernidade até os dias de hoje. No entanto, cabe ressaltar que alguns fatores que possibilitaram a escolarização dos processos educacionais

têm longa duração. Podem não ser os mesmos do século XVII, mas guardam referência quanto ao caráter de coerência estrutural e sequência interna. Não cabe aqui desqualificar as diversas possibilidades de conceituação de currículo e seu uso em pesquisa educacional. Optou-se por buscar as transformações pelas quais este conceito passou no Brasil na década de 1960.

Neste sentido, esta obra pretende iniciar as questões aqui tratadas pelo último tema abordado nesta introdução: o surgimento do currículo de Turismo. Para tanto, esta pesquisa apresentará alguns elementos básicos da reforma universitária da década de 1960. Tais elementos contribuem para compreender como surge o currículo inédito de Turismo para cursos superiores. Em seguida, se verificará como a normatização de currículos é motivo de disputa por competência administrativa em órgãos governamentais. Na sequência, será apresentado o surgimento de cursos superiores de Turismo em faculdades privadas. A Universidade de São Paulo é a primeira universidade pública a criar esta carreira no ensino superior e dedica-se um capítulo a este acontecimento. A procedência docente desta nova carreira universitária e suas diferentes configurações curriculares também serão temas abordados.



# O SURGIMENTO DE UM NOVO CURSO UNIVERSITÁRIO E SEU CURRÍCULO: O TURISMO

O estabelecimento do currículo mínimo para cursos superiores de Turismo ocorre em 1971. Este currículo surge dois anos depois de sua criação para cursos técnicos profissionalizantes de nível médio. É necessário, para os propósitos deste trabalho, entender como é possível a criação de novos currículos no período que compreende a década de 1960 e o início da década seguinte. Por que se criaram currículos e com quais finalidades? Para esclarecer tais questões deve-se apresentar a atuação do Conselho Federal de Educação; a discussão no âmbito deste conselho sobre temas curriculares; e como tal discussão, no contexto mais amplo da reforma universitária, propiciou o surgimento de novos currículos de cursos superiores como o de Turismo.

Como foi tratado anteriormente, deve-se contextualizar historicamente a discussão sobre o currículo. A referência feita na introdução deste trabalho expôs como tal conceito foi apresentado em meados do século XVII. Pretende-se aqui entender como currículo foi conceituado no Brasil nos anos 1960; como isto contribuiu para os debates educacionais de então.

O órgão público legítimo para o acompanhamento do processo histórico de conceituação de currículo no campo educacional brasileiro dos anos 1960 é o Conselho Federal de Educação (CFE). O papel deste conselho no debate educacional de então, sua estruturação e procedimentos funcionais foram analisados em pesquisas distintas por Lucia Maria da Franca Rocha e por Maria do Carmo Martins.

Em sua dissertação de mestrado, Lucia Maria da Franca Rocha sintetiza a estruturação do CFE:

A ideia da criação de um colegiado incumbido dos problemas atinentes ao ensino é antiga. A concepção do Conselho Federal de Educação nos moldes em que está estruturado, aparece no Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1948, elaborado por uma Comissão de Educação de várias tendências, constituída pelo Ministro da Educação, Clemente Mariani. Predominando, entre eles, a tendência descentralizadora da educação, aspecto que vinha sendo defendido desde 1930, principalmente pela Associação Brasileira de Educação (ABE), seria indispensável a existência de um órgão central com missão unificadora para o sistema nacional de educação, no sentido de garantir a unidade fundamental do ensino brasileiro. Este órgão seria o Conselho Federal de Educação, com importante papel na esfera do ensino superior.

Criado com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 4024, de 12 de dezembro de 1961, de inspiração liberalista, sua importância e posição na superior administração da educação estavam asseguradas.

Órgão de assessoramento do Ministro da Educação e Cultura, é o colegiado superior da educação, com função de natureza técnica, normativa e decisória, cujo objetivo básico é orientar a política educacional do país, com conteúdos expressos em lei.

O Conselho funciona em Plenário e em Câmaras, além das Comissões que podem ser constituídas em caráter temporário ou permanente. Desde a criação do Colegiado até os dias atuais [1984], tanto as Comissões quanto as Câmaras se modificaram não só pela ampliação das competências do órgão como pela formulação de nova política educacional proposta pelo Governo. Esta política preconizava que a autorização de funcionamento de novos cursos superiores deveria atender às necessidades do mercado de trabalho. Diante dessa nova orientação, coube à Câmara de Planejamento a incumbência de elaborar as normas de expansão do ensino, levando em consideração o que preceituava o diploma legal sobre o assunto, o que acabou por não ser feito, parecendo ser mais uma reação do CFE ao enfoque econômico da educação. A essa Câmara competia, também, através da análise do critério de conveniência de criação de curso superior, decidir sobre seu funcionamento, em razão da necessidade do mercado de trabalho e da demanda social, traduzida nas aspirações dos indivíduos. (Rocha, 1984, p. 37-38)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1961, estabeleceu que o CFE seria constituído de 24 membros, nomeados pelo

Presidente da República, com mandatos de até seis anos, escolhidos pela sua experiência em matéria de educação em seus diversos níveis e que representassem as diversas regiões do país. A partir de 1969, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Ministério do Planejamento asseguraram de maneira impositiva um representante de cada ministério no CFE. (Rocha, 1984, p. 45-46)

Para melhor compreender os documentos produzidos pelo CFE, torna-se útil o acompanhamento de seus procedimentos burocráticos. Para tanto, é imprescindível consultar Maria do Carmo Martins (2000, p. 22-23, grifos do original):

Os conselheiros manifestam-se basicamente através de *Pareceres e Indicações*. Os *Pareceres* correspondem à forma como os conselheiros apresentam os argumentos e os resultados dos estudos e das opiniões sobre as matérias encaminhadas ao órgão e que são discutidas e sistematizadas nas Câmaras, Comissões ou Plenário. As *Indicações* são as proposições apresentadas pelos conselheiros para os assuntos sobre os quais as Comissões ou as Câmaras se pronunciam e que devem então ser apreciadas pelo Plenário. Manifestavam-se ainda por meio das *Resoluções*, de caráter mais objetivo, decorrentes dos pareceres e que deveriam ser seguidos como normas pelos sistemas estaduais de ensino. Há ainda os *Estudos Especiais*, textos quase sempre produzidos por um conselheiro, sobre um assunto genérico que poderia resultar em processos a serem deliberados pelo CFE. Nos *Pareceres e Indicações* aparecem o nome e o voto do relator, seguido da decisão do Pleno, mas neles não aparecem ementas ou discordâncias dos conselheiros, caso estas existissem. São documentos para expressar a decisão da plenária.

Maria do Carmo Martins estudou o caráter do Conselho como órgão colegiado e sua atuação no Estado brasileiro. Segundo a autora, que cita José Silvério Baia Horta, os papéis do CFE eram de três naturezas distintas:

*Técnica* (representando um saber, o campo em que o grupo formador do colegiado demonstra capacidade de diagnosticar e compreender problemas, bem como solucionar de forma eficiente tais situações); *normativa* (que é o campo da formação de regras e normas – conforme o próprio nome indica) para que outros envolvidos na questão comportem-se em conformidade com o estatuído, o regulamentado e, em último caso, a Lei; e por último, *decisória*, natureza esta que coloca o Conselho em um dos

mais altos patamares na hierarquia da administração pública, uma vez que estabelece o poder de fato dos seus representantes. (Martins, 2000, p. 62, grifos do original)

Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional de 1961, o Conselho Federal de Educação – órgão criado pela LDB – se preocupou em esclarecer o que ele pressupunha como currículo. No segundo número da revista *Documenta*, órgão oficial do Conselho Federal de Educação, de abril de 1962, p. 111, o CFE propõe um inquérito junto aos estabelecimentos de ensino superior do país sobre a conceituação de currículo: “em primeiro lugar, é importante partimos de uma conceituação precisa de currículo e currículo mínimo, de vez que é matéria sobre a qual pairam dúvidas e controvérsias”. O conselheiro responsável por esta proposta de inquérito, Newton Sucupira, combate qualquer vinculação entre o conceito de currículo e o sistema de cátedras; infere-se que o conselheiro Clóvis Salgado propusera tal relação. Pretende-se saber das diversas congregações de ensino superior consultadas quais suas propostas de constituição dos currículos mínimos, duração dos cursos e o currículo pleno, compreendendo este o currículo mínimo e o complementar. No número seguinte da *Documenta*, de maio de 1962, por não existir consenso, o Conselho expõe diversas interpretações sobre o termo currículo. A citação é longa, mas essencial:

Ao Conselheiro Clóvis Salgado currículo pareceu “a relação das disciplinas componentes do curso, distribuídas em cátedras, que poderão compreender uma ou mais disciplinas”. Relator da matéria, o Conselheiro Newton Sucupira propôs uma definição geral: “conjunto das matérias que formem o conteúdo de um curso”, daí partindo para a caracterização de currículo mínimo: “o núcleo mínimo necessário de matérias, abaixo do qual ficaria comprometida uma adequada formação profissional” (Parecer n. 28, in *Documenta*, n. 2, p. 50). Na circular enviada às universidades e estabelecimentos superiores de ensino, a Presidência deste Conselho entendeu estabelecer o assunto, inspirada no texto do citado parecer: “o conteúdo do curso, conjunto de matérias e sua sistematização pedagógica”.

Mais de quatrocentas unidades de ensino trabalham, neste momento, pelo Brasil em fora, na elaboração das respostas solicitadas. Quais os cursos que mantém e os que deseja implantar? Qual, a seu ver, a constituição ideal de currículo, tomada a palavra no sentido pleno, comportando duas partes:

o currículo mínimo e o currículo complementar? Essas e outras perguntas constituem o grande inquérito nacional, em andamento. Ao Conselho Federal de Educação já têm chegado, em caráter informal, os mais variados pontos de vista, ainda não concretizados em respostas. Todavia, denunciam a complexidade do problema e as variantes de opinião. Para uns, o currículo mínimo será um currículo capaz de assegurar a formação profissional adequada, podendo bastar-se para efeito de diplomação. Para outros, será um currículo básico, admitindo a mais variada complementação, segundo a proposição de cada estabelecimento de ensino ou instituto universitário. Para terceiros, será um núcleo fundamental de estudos para a formação profissional, núcleo tomado num destes dois sentidos: ou de ciências fundamentais, quase propedêutica, ou de conhecimentos preliminares, quase introdução, sob ângulo profissional e prático – acrescido de quantas disciplinas a escola queira acrescentar. Ainda há os que admitem o currículo mínimo como o primeiro degrau de formação profissional numa escola, seguindo-se outros cursos de complementação progressiva. Enfim, existem os que, delimitando os objetivos de uma profissão segundo as exigências técnicas, não formulariam currículos com a indicação de objetivos e planos de estudo a atender, na forma que cada escola viesse a adotar. Em face de tão grande variedade de interpretação, o Conselho Federal terá de encontrar a boa doutrina, estabelecendo os currículos mínimos, como lhe determina a Lei de Diretrizes e Bases. Apenas expire o prazo para recebimento de respostas, o que ocorrerá a 31 de maio, a Secretaria-Geral iniciará o levantamento das sugestões, encaminhando o resultado de seus trabalhos à alta consideração dos Senhores Conselheiros. (*Documenta*, n. 3, maio 1962, p. 147-148)

A interpretação que o conselheiro Clóvis Salgado dá a currículo vincula disciplina à forma de como ela deva ser ministrada, isto é, em cátedras. O conselheiro Newton Sucupira não faz tal vinculação, sintetiza em conjunto de matérias que formem o conteúdo de um curso. A presidência do Conselho, além de conteúdo de um curso, acrescentou sistematização pedagógica. Este debate é provocado pela necessidade explicitada pela recente LDB de fixar currículos mínimos de cursos que habilitem ao exercício de profissões liberais regulamentadas. Não há questionamento na divisão curricular entre currículos mínimos e currículos complementares. A LDB era vista como sinônimo de reforma educacional, esta reforma estava alicerçada na visão de que o Conselho Federal de Educação poderia servir de contraponto

à ação centralizadora do Ministério da Educação e Cultura. O CFE propõe então a descentralização articulada. Não se pretendia defender o regionalismo, mas articular as especificidades num projeto de nação. No âmbito do currículo, a divisão entre currículo mínimo e complementar possibilitaria esta descentralização articulada. O currículo mínimo, resultado de debates no CFE, seria nacional. Especificidades regionais entrariam na parte complementar dos currículos. Porém, não é o que se privilegia na citação acima. Mesmo levando em consideração que se trata de debate que envolve carreiras acadêmicas de profissões liberais regulamentadas, a divisão entre currículos mínimos e complementares favorece demasiadamente que a discussão siga o rumo de vincular a parte mínima do currículo como a parte destinada à formação profissional do estudante; e a parte complementar como a que não o prepara objetivamente para o mercado de trabalho. O enfoque sobre a função profissionalizante do ensino superior já pode ser visto desde então. Segundo o texto citado, o primeiro enfoque sobre o currículo mínimo é o que assegura formação profissional adequada; o segundo ponto de vista sobre o currículo mínimo o encara como currículo básico; o terceiro enfoque o vê como núcleo fundamental de estudos para a formação profissional; a quarta posição caracteriza o currículo mínimo como o primeiro degrau de formação profissional numa escola. Das quatro possibilidades de interpretação do currículo mínimo, três são consensuais sobre sua função de formação profissionalizante. Na citação acima, o termo “formação profissional” aparece quatro vezes, além de “ângulo profissional e prático” e “objetivos de uma profissão segundo as exigências técnicas”. Existe consenso sobre o currículo mínimo ser basicamente profissionalizante. O currículo complementar seria “acrescido de quantas disciplinas a escola queira acrescentar”. Mesmo as “ciências fundamentais” deveriam ser vistas “sob o ângulo profissional e prático” (*Documenta*, n. 3, maio 1962, p. 147-148).

Este texto é útil também na constatação de como se pretendia chegar ao consenso conceitual. Num primeiro momento nota-se a divergência entre conselheiros. A presidência chama a si a definição conceitual. Solicita-se que as universidades e institutos de ensino superior se manifestem, com prazo limite para tanto. Num contato preliminar constata-se divergência. Esclarece-se que as sugestões serão encaminhadas à alta consideração dos

Senhores Conselheiros e que em face de tão grande variedade de interpretação, o Conselho Federal terá de encontrar a “boa doutrina”.

O Conselho abordou o tema curricular tanto para o ensino superior quanto para o ensino médio. Em setembro de 1962, a revista *Documenta* publicou nota sobre a reforma universitária, porém afirma estar apreciando as adaptações formais que as universidades remeteram ao Conselho, a reforma universitária está em franca elaboração, portanto ainda não se pronuncia sobre as adaptações curriculares da reforma universitária. No entanto, neste mesmo número da *Documenta* encontra-se portaria do Ministro da Educação que estabelece as normas para currículos técnicos de ensino médio. A portaria diferencia “cultura geral” de “cultura técnica” (*Documenta*, n. 7, set. 1962, p. 79). O ensino técnico é destinado para portadores de certificados de conclusão do ensino médio regular, encarregado de ministrar a “cultura geral”, portanto deve “ser organizado currículo especial visando a integral utilização do tempo escolar no estudo das disciplinas específicas de cultura técnica” (*Documenta*, n. 7, set. 1962, p. 79). Inclui-se o mundo do trabalho como tempo escolar, pois o diploma do curso técnico está condicionado ao “exercício satisfatório da profissão, por período não inferior a um ano, com assistência e orientação da escola” (*Documenta*, n. 7, set. 1962, p. 79). Este ano de exercício satisfatório da profissão seria contado como o terceiro ano letivo do curso técnico. A portaria, entretanto, prevê que, excepcionalmente, este ano a ser trabalhado na nova profissão possa ser reduzido a estudos e atividades escolares no próprio estabelecimento de ensino. Mesmo assim é importante flagrar a promiscuidade entre tempo escolar e tempo de trabalho. A forma escolar de ensino técnico nesta portaria incorpora tempos que não pertenciam à escola, subordinando a conclusão curricular ao exercício profissional. A portaria não estabelece o que seria “exercício satisfatório da profissão”, nem os critérios para se aferir isto.<sup>3</sup> Propositalmente não se separou neste trabalho a discussão entre profissionalização no ensino superior e no ensino médio, pois, como será visto mais adiante, cursos superiores de Turismo surgem nesta tênue fronteira entre a profissionalização em cursos

---

<sup>3</sup> Em 06/10/1967 será publicada no *Diário Oficial da União* a portaria n. 1.002 de 29/09/1967, assinada por Jarbas Passarinho, sobre a regulamentação de estágios de alunos em empresas, na qual isso será melhor definido.

técnicos de nível médio e o enfoque favorável ao ensino superior prioritariamente profissionalizante.

Em outubro de 1962, a revista *Documenta* traz a unificação das normas sobre currículo. O Conselho Federal de Educação estabelece que “o currículo mínimo é o núcleo necessário de matérias abaixo do qual ficará comprometida uma adequada formação cultural e profissional” (*Documenta*, n. 8, out. 1962, p. 87). O currículo mínimo admite diversificação, contanto que, neste caso, haja uma parte fixa comum a todos os alunos. O currículo complementar é fixado pelo estabelecimento escolar “conforme as suas possibilidades, para atender a peculiaridades regionais, a diferenças individuais dos alunos e à expansão e atualização dos conhecimentos” (*Documenta*, n. 8, out. 1962, p. 87). Os estabelecimentos de ensino podem agrupar as matérias constitutivas do currículo em cadeiras ou departamentos.

No final de 1967, pressionado pelo fenômeno dos excedentes – alunos aprovados para o ingresso no ensino superior, mas sem vagas disponíveis em número suficiente nas universidades públicas – o CFE organiza a reforma universitária. Os pressupostos da reforma universitária e da posterior reforma do ensino ginásial e colegial estão na Indicação n. 48 de dezembro de 1967.

O CFE, ao defender um novo tipo de seleção para os estudos superiores, afirma que:

Para tanto, como para outros propósitos que assinalaremos adiante, será preciso mudar também a concepção do próprio ensino superior, a fim de ajustá-lo à mesma ideia de uma dinâmica terminalidade dos seus cursos. Estes, no Brasil como em vários países, são ainda muito longos e compactos para que possam ensejar as combinações exigidas pelas novas modalidades de habilitação, em número sempre crescente, e pelas características muito diversificadas de um novo tipo de aluno que passou a circular pelos corredores acadêmicos. [...]

A solução é criar para eles – esses “não-intelectuais de inteligência prática”, a que se refere Toynbee – um tipo de cursos menos ambiciosos. [...] Com isto, passaríamos a dispor para as tarefas do nosso desenvolvimento, em fluxo constante, de profissionais não apenas formados em nível médio como em nível superior, paralelamente ao 1º ciclo universitário, reforçando o quadro dos que tenham estudos “longos” e liberando-os, assim, de tarefas em que as suas potencialidades vem sendo claramente subutilizadas. [...]

O importante é não descaracterizar a instituição universitária convertendo-a em ensino de massa. Nem disso estamos cogitando, pois o que imaginamos para tais cursos é, principalmente, um sistema de escolas ou faculdades técnicas, ao estilo dos atuais estabelecimentos isolados e até, dentro em pouco, em condições de tomar-lhes o lugar na medida em que muitos deles se constituam em federações, associações, fundações ou autarquias universitárias ou se integrem em universidades. (*Documenta*, n. 79, dez. 1967, p. 105-109)

### Segundo o CFE:

Os cursos técnicos referidos nos itens anteriores serão ministrados: Em faculdades técnicas, particularmente recomendáveis nos casos em que, justificando-se embora a criação de um instituto de ensino superior, não haja no meio condições para o desenvolvimento de cursos longos. Em universidades e em estabelecimentos isolados que mantenham cursos longos, possibilitando a utilização de recursos disponíveis que deverão ser completados quando for apenas parcial essa capacidade ociosa. No quadro de reorientação que se preconiza, competirá ao Conselho Federal de Educação, secundado pelos órgãos técnicos do Ministério da Educação e Cultura: Promover o levantamento das modalidades de habilitação superior que podem ser cultivadas em cursos técnicos paralelos ao 1º ciclo universitário; fixar o currículo mínimo e a duração de cada um dos cursos assim determinados; baixar normas especiais para autorização e reconhecimento de faculdades técnicas. (*Documenta*, n. 79, dez. 1967, p. 114)

### Com tais medidas, o CFE pretende diminuir a pressão dos excedentes:

A atuação combinada do Conselho e do Ministério poderá ser escalonada a curto e longo prazo. De imediato, entendemos que será possível, ao menos em parte, aliviar a pressão dos candidatos a estudos superiores pela instituição efetiva do 1º ciclo universitário conjugado a outros dispositivos de absorção que, direta ou indiretamente, também resultem das medidas até aqui preconizadas. (*Documenta*, n. 79, dez. 1967, p. 111-112)

A reforma universitária se efetivou em 1968, em plena ditadura militar. O tema da reforma é anterior à ditadura, mas será implementada sob o

Estado autoritário. Esta reforma se implantará como uma reforma curricular. Segundo Ana Waleska Mendonça (2000, p. 147), o debate anterior a 1964 pretendia propiciar uma reforma universitária consensual entre o magistério. Em 1968, a reforma se fez por atos legislativos a princípio permissivos e depois coercitivos, que impuseram a reestruturação conforme os moldes do CFE. Segundo esta autora, há um deslocamento no que tange à reflexão sobre a responsabilidade social e política desta reforma num projeto global de desenvolvimento, passando-se agora a priorizar uma racionalidade administrativa e econômica, num contexto marcadamente repressivo. A reforma universitária implementada em 1968 interrompe a busca de consenso sobre o conteúdo curricular. A reforma passa a ser tecnocrática, reconfigurando o ensino superior por processos administrativos.

Maria do Carmo Martins destaca que o regime militar se utilizou, no campo educacional, da estrutura institucional existente. No caso da reforma universitária, o Conselho Federal de Educação, criado pela LDB de 1961, anterior portanto ao regime autoritário, foi instrumento das políticas do novo regime:

Quando os militares instauraram a ditadura no Brasil após o golpe de 1964, já encontraram portanto um sistema jurídico-administrativo consolidado no que se refere à educação. Esse sistema não se apresentava como um problema para o governo militar. Tanto a Reforma Universitária em 1968 (sobre a organização do ensino superior) quanto a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, a partir de 1971, mantiveram essa estrutura utilizando-se plenamente dela para alcançar seus objetivos. Sob este aspecto, pode-se dizer que a reforma educacional da ditadura militar interferiu direta e enormemente no cotidiano da educação escolar e em todo o sistema de ensino, mas não pode ser vista como uma reformulação de todo o sistema educacional, uma vez que manteve funcionando os órgãos públicos desse setor, anteriores à reforma, e usufruiu, ao máximo, das prerrogativas legais e jurídicas para tal setor. Nisso, o CFE passou a exercer papel principal, uma vez que se tornou o órgão de maior capacidade executiva no período. (Martins, 2000, p. 68)

O governo federal institui – através do Decreto n. 62.937, de 2 de julho de 1968 – o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), que define como esta se efetivará. Faziam parte deste grupo: seu presidente, Tarso

Dutra, deputado federal pelo Rio Grande do Sul e Ministro da Educação; Antonio Moreira Couceiro, professor da UFRJ e presidente do CNPq; Padre Fernando Bastos D'Ávila, vice-reitor da PUC/RJ; João Lira Filho, reitor da Universidade do Estado da Guanabara; João Paulo dos Reis Velloso, representante do Ministro do Planejamento; Fernando Ribeiro do Val, representante do Ministro da Fazenda; Roque Spencer Maciel de Barros, catedrático da USP; Newton Sucupira, membro do CFE; Valnir Chagas, membro do CFE; Haroldo Leon Peres, deputado pelo Paraná, representando o Congresso Nacional. Os estudantes Paulo Possas e José de Castro se recusaram a integrar o grupo (Germano, 1993, p. 118).

Mesmo antes da formação do GTRU, o Conselho Federal de Educação encaminha a reforma universitária pelo reexame curricular. Em junho de 1968 (o GTRU é formado em julho), a *Documenta* publica as “Normas para reexame de currículos mínimos e duração de cursos superiores (Indicação nº 8/68)”. Trata-se do reexame dos currículos mínimos e duração dos cursos superiores, bem como a criação de cursos técnicos paralelos ao primeiro ciclo universitário. As diversas carreiras acadêmicas passariam por reelaboração curricular; paralelamente se propõe o estudo da criação de cursos técnicos. Os currículos mínimos deveriam se caracterizar pela “sobriedade” e “flexibilidade”. Os conteúdos curriculares seriam “apresentados sob a forma de matérias, e não de cadeiras ou disciplinas, com o sentido de matéria-prima a ser retrabalhada em cada plano particular” (*Documenta*, n. 87, jun. 1968, p. 113. O parecer 853/71, citado mais à frente, normatizará detalhadamente estes conceitos). Ao menos uma das matérias deveria ser comum a todos os cursos agrupados na mesma área de conhecimento. O currículo ainda continuaria com a divisão em parte fixa (currículo mínimo) e matérias preferenciais variáveis (currículo complementar). Agora, o currículo complementar deve ser escolhido em um número de matérias indicadas pelo Conselho Federal de Educação. O estudo dos diversos currículos será executado por quatro comissões que agrupam os cursos superiores por área de conhecimento.

1º Grupo: Cursos de Agrimensura, Ciências Atuariais, Engenharia (Civil, de Minas, Mecânica, Naval, Química, Elétrica, Metalúrgica e Engenharia de Operação), Estatística, Física (Licenciatura), Química Industrial.

2º Grupo: Agronomia, Ciências (Licenciatura de 1º ciclo), Ciências

Biológicas (Licenciatura), Educação Física e Técnica Desportiva, Enfermagem (Geral, Obstétrica e de Saúde Pública), Farmácia, Fisioterapia e Terapêutica Ocupacional, História Natural (Licenciatura), Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Obstetrícia.

3º Grupo: Administração, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Ciências Sociais (Licenciatura), Direito, Economia, Economia Doméstica (Licenciatura), Estudos Sociais (Licenciatura de 1º ciclo), Filosofia (Licenciatura), Geografia (Licenciatura), História (Licenciatura), Jornalismo, Matérias pedagógicas da Licenciatura, Orientação Educacional, Pedagogia (bacharelado e licenciatura), Psicologia (bacharelado, licenciatura, formação de psicólogos), Serviço Social e Relações Públicas.

4º Grupo: Arquitetura e Urbanismo, Desenho (Licenciatura), Letras (licenciaturas completas e de 1º ciclo), Música (Canto, Composição e Regência, Direção de Cena Lírica, Instrumento, licenciatura) e Museologia (Documenta, n. 87, jun. 1968, p. 114).

Seguindo o que foi explicitado pela Indicação nº 48 de dezembro de 1967, este reexame dos currículos mínimos precede e prepara a Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968 que efetivou a reforma do ensino superior. Em fevereiro de 1970, a *Documenta* traz as “Normas sobre a aplicação dos novos currículos mínimos” (*Documenta*, n. 111, fev. 1970, p. 180-181). Entretanto, não comporta, conceitualmente ou na prática, nenhuma grande inovação que já não tenha sido objeto de consideração da norma anterior (n. 8/68) anteriormente abordada.

Em 12 de novembro de 1971, o Conselho Federal de Educação normatiza detalhadamente sua “doutrina do currículo na lei”, trata-se do parecer 853/71. Este parecer aborda como as matérias que constituíam o currículo poderiam ser apresentadas: seriam atividades, áreas de estudos ou disciplinas; diferenciadas entre si dependendo do grau de sistematização do conhecimento produzido. Em sua tese de doutorado, Maria do Carmo Martins (2000, p. 101-108) faz ótima síntese interpretativa deste parecer. Mirian Warde também escreveu estudo clássico sobre este parecer, infelizmente ainda não publicado. O parecer 853/71 encerrou um ciclo de debates no Conselho Federal de Educação sobre sua conceituação de currículo. Em 1962, o CFE faz consultas aos estabelecimentos superiores de ensino sobre tal assunto; em 1971, decreta uma doutrina. Entre ambas as datas, nota-se a mudança que uma ditadura provoca neste Conselho.

Não é objetivo deste livro acompanhar minuciosamente a história da reforma universitária de fins da década de 1960, tema por demais atraente e trabalhado por outros autores. Pretende-se apenas situar no âmbito desta reforma educacional de fins da década de 1960 a possibilidade de surgimento de novos currículos. A Indicação 48/67, de 15 de dezembro de 1967, afirma que o CFE deve fixar o currículo mínimo das novas áreas técnicas que deseja oferecer como habilitação do ensino superior. Não é provável que estivesse completamente claro para o Conselho Federal de Educação como isto se processaria. O Conselho atuava, frequentemente, sobre proposições concretas.

No final da década de 1960, início da década de 1970, simultaneamente à possibilidade de criação de cursos técnicos de nível superior, se processa a reforma do ensino médio, que passa a fornecer obrigatoriamente formação profissionalizante. É neste contexto da reforma universitária de 1968, anterior à Lei 5.692 de 1971 de reforma do ensino médio, que é criado o currículo de Turismo. Inicialmente para um curso técnico profissionalizante de nível médio em 1969 e como currículo mínimo para cursos de nível superior em janeiro de 1971.

Em 1968, o Colégio Comercial São Judas Tadeu, sediado em São Paulo, dirige-se ao Ministério da Educação e Cultura pretendendo instituir um curso Técnico em Turismo, de nível médio. O MEC encaminha ao Conselho Federal de Educação esta solicitação devido à necessidade de ser fixado o currículo correspondente, “de vez que ainda não existe esse ramo no sistema federal” (*Documenta*, n. 97, jan.-fev. de 1969, p. 72)<sup>4</sup>. O Colégio São Judas Tadeu justifica a utilidade do curso no requerimento e propõe o seguinte currículo:

Português, Língua e Literatura Luso-Brasileira  
História Social e Política do Brasil  
Geografia  
Matemática  
Ciências Físicas e Biológicas

---

<sup>4</sup> Buscou-se localizar no atual Conselho Nacional de Educação (CNE) o processo que deu origem ao parecer sobre o currículo mínimo de Turismo para cursos de nível médio. O Secretário-Executivo do CNE, Raimundo Miranda, informou que infelizmente este processo se perdeu quando da mudança do antigo CFE do Rio de Janeiro para Brasília.

Inglês  
Francês  
História da Arte e da Ciência  
Literatura Universal  
Turismo Interno e Externo  
Técnica de Turismo  
Administração de Empresa  
Museologia  
Promoção do Turismo Nacional  
Educação Moral e Cívica  
Educação Física  
Psicologia e Relações Humanas (*Documenta*, n. 97, jan.-fev. de 1969, p. 72).

O relator, Celso Kelly<sup>5</sup>, favorável à criação do curso de Técnico em Turismo estabelece o currículo ligeiramente modificado.

O currículo deverá atender, no mínimo, as seguintes disciplinas:  
Português e Literatura de Língua Portuguesa  
Geografia, e, em especial, a Geografia do Brasil  
História do Brasil  
Matemática  
Ciências  
As artes no Brasil: Artes plásticas, Arquitetura, Teatro, Música e Cinema  
Técnica de Turismo  
Comunicação oral, escrita e visual  
Relações Públicas  
Completar-se-á o currículo com:  
Educação Moral e Cívica  
Educação Física  
Inglês  
Francês, Espanhol ou Italiano  
Costumes brasileiros: indumentária, culinária, esportes, recreação e outros aspectos (*Documenta*, n. 97, jan.-fev. de 1969, p. 73).

---

<sup>5</sup> Celso Kelly nasceu no Rio de Janeiro, onde lecionou Sociologia no Instituto de Educação; e Português no curso de Jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia. Era também jornalista. Em 1967, quando dos debates sobre a reforma universitária, além de Conselheiro do CFE, Celso Kelly era diretor geral do Departamento Nacional de Educação. Em 1967, escreveu *Política da educação*, publicado dois anos depois, onde expressa suas ideias sobre a reforma universitária. Veja Vera Vergara Esteves (1999).

No currículo mínimo desaparece a obrigatoriedade das disciplinas Turismo Interno e Externo, Promoção do Turismo Nacional e Administração de Empresa. História da Arte e da Ciência ganha uma proposta mais minuciosa, incluindo arquitetura, teatro, música e cinema. Museologia é substituída por Costumes brasileiros. No currículo aprovado nota-se a preocupação de que este curso técnico possibilitasse a comunicação, provavelmente com turistas estrangeiros. Portanto, a ênfase em uma área que não ganhara destaque na proposta do Colégio São Judas Tadeu, e a inclusão das disciplinas de Comunicação oral, escrita e visual e Relações Públicas. O relator afirma que os idiomas estrangeiros serão estudados como meios instrumentais de comunicação.

No voto de Celso Kelly está justificada sua aprovação da proposta de criação do curso Técnico em Turismo:

Considero o turismo uma das modalidades mais úteis e necessárias do ensino técnico em grau colegial, a ser implantada no Brasil, em virtude das possibilidades que o país oferece, quer em suas cidades históricas, quer em seus sítios naturais, quer em suas metrópoles, quer em suas praias, sem falar dos aspectos culturais, como a arquitetura brasileira e a música popular, atrações internacionais, a carrearem correntes turísticas para o Brasil. A grande lacuna reside na falta de elementos especializados, indispensáveis às agências de turismo, aos grandes hotéis, aos museus, aos sítios históricos, às estações de embarque e desembarque de passageiros, enfim, a instituições e entidades que devem corresponder às curiosidades e interesse dos turistas.

Em vários países do mundo, o turismo figura entre as três primeiras fontes de receita, graças a planejamento, elementos materiais e humanos (*Documenta*, n. 97, jan.-fev. de 1969, p. 73).

Este currículo de Turismo, primeiro da área no Brasil, foi aprovado pela Câmara de Ensino Primário e Médio do Conselho Federal de Educação em 3 de fevereiro de 1969.

Em fins de 1970, é debatida no Conselho Federal de Educação a elaboração do currículo mínimo para o curso superior de Turismo. A proposta inicial foi redigida, não por coincidência, pelo conselheiro Celso Kelly, integrante do 1º Grupo da Comissão de Revisão de Currículos Mínimos do Conselho Federal de Educação (vide indicação 8/68 citada anteriormente).

Desta vez seu parecer não foi aprovado. O curso originalmente proposto foi o de Planejamento e Organização de Turismo, de nível superior, que formaria planejadores de turismo – termos posteriormente alterados respectivamente para Graduação em Turismo e Bacharéis em Turismo. O parecer de Celso Kelly, quando de sua discussão, gerou extensa controvérsia no Plenário do Conselho:

As razões apresentadas pelo nobre Conselheiro para a fixação do currículo mínimo de cursos com esta finalidade foram unanimemente aprovadas pela Comissão. Não obstante, o anteprojeto de Portaria Ministerial, incluindo o elenco de disciplinas e a duração que representariam as exigências mínimas para o reconhecimento desses recursos foi objeto de extensa controvérsia na Comissão e, posteriormente, no Plenário do Conselho (*Documenta*, n. 122, jan. 1971, p. 119).

A proposta original de Celso Kelly não foi arquivada no Conselho Federal de Educação.<sup>6</sup> Ao contrário de outros cursos superiores examinados no mesmo período, em que se encontra a justificativa das disciplinas escolhidas, no caso do currículo superior de Turismo, na tentativa de conciliação dos vários pontos de vista dos conselheiros, as matérias, que podem comportar mais de uma disciplina, não são justificadas. São apenas listadas:

Matérias  
Sociologia  
História do Brasil  
Geografia do Brasil  
História da Cultura  
Estudos Brasileiros  
Introdução à Administração  
Noções de Direito  
Técnica Publicitária  
Planejamento e Organização do Turismo

---

<sup>6</sup> Graças a contato estabelecido pela professora Mirian Warde, foi relatado pela professora da UnB, Lucia Maria da Franca Rocha, que tais documentos se perderam. Seguindo recomendação do professor Francisco Aparecido Cordão, entrou-se em contato com o Secretário Executivo do atual Conselho Nacional de Educação, Raimundo Miranda, solicitando o processo que criou o parecer em questão. A Secretaria Executiva do CNE não conseguiu localizar este processo, não sabendo informar se foi preservado.

Estágio em entidades oficiais e privadas de turismo e hotelaria  
No ensino da matéria Geografia terá ênfase a Cartografia.  
No estudo da matéria História da Cultura terá ênfase a Cultura Brasileira, com especial referência às Artes.  
A matéria Noções de Direito incluirá o Direito Constitucional, Direito Fiscal Alfandegário, da Legislação Trabalhista, Estatuto Jurídico do Estrangeiro e da Legislação Específica do Turismo.  
A duração mínima do curso será de 1.600 horas, as quais serão integralizadas no mínimo em dois e no máximo em quatro anos.  
O estágio a que se refere o item B (...) terá a duração mínima de quatro meses.(...)  
Ao organizar o currículo pleno, a instituição responsável poderá desdobrar as matérias do currículo mínimo e acrescentar disciplinas complementares  
(*Documenta*, n. 122, jan. 1971, p. 120).

Comparativamente, o currículo de nível médio havia retirado Administração de Empresa, que aparece novamente no currículo de nível superior. Neste último, destaca-se também a forte e detalhada presença de matérias de direito em detrimento de disciplinas na área de comunicação. O currículo mínimo de Turismo, de nível superior, foi aprovado em 28 de janeiro de 1971.

No Anexo III, ao final do livro, consta a trajetória das diversas versões curriculares que o Turismo teve, desde a segunda metade da década de 1960, passando pelo que foi normatizado em São Paulo em 1971 no Conselho Estadual de Educação, currículos de nível médio, até sua configuração curricular na Universidade de São Paulo em meados da década de 1970.

Este capítulo teve por objetivo demonstrar como os debates no Conselho Federal de Educação sobre a reforma universitária possibilitaram o surgimento de novos currículos acadêmicos, no caso, o currículo de Turismo. Em capítulo posterior será abordado como este novo currículo serviu de suporte para que empresários da educação criassem ou regularizassem novas faculdades com o curso superior de Turismo.



# COMPETÊNCIAS EDUCACIONAIS EM TURISMO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Ao analisar o Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, Ione Ribeiro Valle (1996) traz à tona aspectos do funcionamento destes órgãos colegiados sob a ótica do Direito Administrativo, isto é, um conjunto harmônico de princípios jurídicos regentes das atividades públicas, voltadas à concretização dos fins almejados pelo Estado. Ao discorrer sobre como o CFE encarava a descentralização articulada das funções dos conselhos estaduais, a autora sistematiza a divisão formal ou burocrática das suas esferas de competência. Sob o ponto de vista do Direito Administrativo, a esfera de competência sobre os meios necessários para o funcionamento eficiente das atividades públicas caberia ao órgão burocrático mais apropriado à concretização dos propósitos almejados pelo Estado. A autora não questiona em momento algum que a educação seja esfera de competência dos conselhos de educação, quer estaduais ou o federal. Entretanto, no caso do Estado de São Paulo, no que se refere ao ensino de Turismo, houve conflito de secretarias estaduais na discussão das respectivas esferas de competência. De qual secretaria seria a competência ao tratar de cursos de Turismo? Da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo ou da Secretaria da Educação?

Está arquivada no Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE-SP) a proposta de decreto encaminhada ao Governo do Estado pela Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, normatizando – sob sua esfera de competência – o ensino de Turismo em São Paulo.

A minuta do decreto proposto ao governador Roberto de Abreu Sodré inicia com uma justificativa:

Na estruturação da indústria turística se nos afigura da máxima e fundamental importância a existência de pessoal técnico, devidamente habilitado, quer

em relação àqueles que prestam serviços nas agências de viagens, empresas de transporte turístico, como ainda o de pessoal empregado no ramo da hotelaria. Cumpre, portanto, ao Poder Público estimular a criação de cursos de formação profissional para turismo, acautelando-se, no entanto, no sentido de evitar abusos ou a proliferação de cursos inidôneos e sem condições de atingirem os objetivos pretendidos.

Com o presente Decreto pretende-se instituir na Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, o registro dos cursos de formação profissional e do pessoal que venham obter a necessária habilitação, possibilitando assim o Poder Público o conhecimento da existência de escolas especializadas como também de pessoal apto a atender a crescente demanda dos componentes da indústria turística (Processo CEE-SP 55/71, p. 4).<sup>7</sup>

Esta proposta de decreto enviada pelo Secretário de Cultura, Esportes e Turismo, Paulo Marcondes Pestana, em 17 de agosto de 1970, tinha por motivo propor a revogação dos Decretos 44.864, de 28/05/1965 e o 47.407, de 19/12/1966 sobre a validade de diplomas de cursos de Turismo ministrados pelo Senac. Segundo o Secretário, estes decretos eram “complexos” pois auferiam à Secretaria de Turismo competência sobre algo que deveria ser da esfera da Secretaria de Educação:

Em relação ao Decreto nº 47.707, acima mencionado, que dispõe sobre o reconhecimento oficial por parte do Governo do Estado de São Paulo, de diplomas expedidos por cursos de turismo, se nos afigura o mesmo extremamente complexo, com atribuições conferidas a esta Secretaria e que, a rigor, seriam da esfera de competência da Secretaria da Educação (Processo CEE-SP 55/71, p. 4).

O Secretário de Cultura, Esportes e Turismo chama a si temporariamente a competência de formular as exigências mínimas para a instalação de cursos de Turismo:

O que seria objeto de Resolução a ser baixada pela Secretaria de Cultura,

---

<sup>7</sup> Processo CEE-SP 55/71, p. 4. Este processo é composto por uma minuta de proposta de decreto por parte do governo estadual precedida de sua justificativa de propósitos aqui citada. No processo existem também os diversos pareceres sobre esta proposta de decreto e a posição do Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

Esportes e Turismo, até que a Secretaria da Educação tivesse condições de, através de seus órgãos competentes, fixar os currículos escolares de cada curso, estabelecer os critérios de inspeção escolar dos estabelecimentos de ensino, enfim, assumir todos os encargos de suas atribuições específicas (Processo CEE-SP 55/71, p. 6).

No entanto, no decreto proposto, não há nenhuma dúvida sobre a qual secretaria caberia a esfera de competência dos cursos de Turismo. Não há qualquer menção sobre a Secretaria da Educação e sua *futura* competência:

Artigo 1º - Fica instituído na Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo o Registro de profissionais e cursos de formação para o turismo, para os fins previstos no presente Decreto.

Artigo 2º - Os estabelecimentos de ensino, oficiais ou reconhecidos pelos poderes competentes, federal ou estadual, que ministrem cursos de formação profissional para o turismo, deverão requerer seu registro junto à Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo. [...]

Artigo 6º - O Secretário de Cultura, Esportes e Turismo, no prazo de 30 (trinta) dias, baixará Resolução, contendo as exigências mínimas para os cursos a que se refere o presente Decreto (Processo CEE-SP 55/71, p. 6-7).

Resumidamente, o Secretário de Cultura, Esportes e Turismo sugere ao Governador que por decreto especifique a sua secretaria como a esfera de competência sobre cursos de Turismo. O artigo 6º do decreto proposto é muito claro: a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, por resolução, normatizaria estes cursos. Não há nenhuma referência ao Conselho Estadual de Educação ou à Secretaria da Educação.

A proposta deste decreto tem por argumento desfazer a confusão de competências devido aos cursos profissionalizantes do Senac. Pesquisando esta instituição de ensino, deparou-se com o seu *Projeto Memória Institucional da Gerência de Comunicação*. Um texto do *Projeto Memória* esclarece o início dos cursos de Turismo do Senac:

Na área de Turismo, as primeiras referências, dentro do Senac-SP, datam de 1964. Naquele ano houve a realização do Seminário de Guias de Turismo, visando incentivar universitários a trabalhar nas férias escolares como guias em excursões pelo Brasil e Paraguai, programadas pelo Centro

de Turismo para Estudantes – CETE, cuja diretoria era composta de jornalistas, professores, industriais, comerciantes e comerciários.

Em 1965, o Senac-SP implantou o curso Guia de Turismo e, para os habilitados nessa formação, estruturou-se o curso Roteiros Turísticos, que culminou, em 1969, com a implantação do curso Técnico em Turismo (Senac, 1989, p. 5).

O curso de Guia de Turismo de 1965 exigia a escolaridade de ginásial completo. Tinha carga horária de 180 horas, cumpridas em quatro meses. Seu currículo era composto pelas seguintes disciplinas:

Relações Humanas  
Prevenção de Acidentes e Primeiros Socorros  
Geografia e História Turística  
Folclore, Tradição e Costumes  
Noções de Arte e Estética  
Excursões (Senac, 1989, p. 6).

O curso de Técnico em Turismo de 1969 exigia a escolaridade de colegial completo. Seu currículo era composto pelas seguintes disciplinas:

Teoria e Técnica de Turismo  
Pesquisa Turística  
Geografia Turística  
Legislação Turística  
Relações Públicas Aplicadas  
História (Arte, Folclore e Literatura) (Senac, 1989, p. 6).

Comparando-se o currículo de Técnico em Turismo do Senac de 1969 com o estabelecido pelo Conselho Federal de Educação no mesmo ano têm-se claras diferenças. Provavelmente não por este motivo específico, mas coincidentemente no ano de 1969, o Conselho Federal de Educação se manifesta sobre esta relativa autonomia do Senac frente aos conselhos de educação. Tem por título *O Senac em face da LDB*. O texto, depois de explicar sua longa tramitação, conclui que:

1 – Os cursos de aprendizagem administrados pelo Senac serão submetidos

aos Conselhos Estaduais de Educação; os administrados nos Territórios ao Conselho Federal de Educação.

2 – O Senac deverá prestar contas ao Tribunal de Contas da União.

3 – Os estabelecimentos de nível médio existentes até dezembro de 1966 podem vincular-se ao sistema federal de ensino (*Documenta*, nº 99, março de 1969, p. 114).

Se o Secretário de Cultura, Esportes e Turismo de São Paulo usava o Senac como biombo para justificar sua esfera de competência sobre os cursos de Turismo, o Conselho Federal de Educação, no texto acima citado, não deixa dúvidas: o Senac deve prestar contas aos conselhos estaduais de educação.

Ao receber a minuta do decreto proposto, o Chefe da Casa Civil do Governo, Carlos Eduardo de Camargo Aranha, solicita parecer do Procurador do Estado e Assistente Jurídico, Benito Juarez Joele. Este parecer, de 20/08/1970, discorda do decreto proposto:

O Senhor Secretário do Turismo observa que a competência para o reconhecimento dos cursos, pela complexidade do assunto, melhor se situaria na área da Secretaria da Educação.

Todavia, o próprio expediente de decreto, no artigo 6º, estabelece que a Secretaria de Turismo deverá expedir Resolução contando exigências mínimas para os cursos em tema.

Portanto, parece que, se transferidos para a Pasta da Educação os encargos e se as normas a serem expedidas pela Secretaria do Turismo não forem satisfatórias, poderá surgir um impasse a respeito (Processo CEE-SP 55/71, p. 11).

O decreto propunha também que os diplomados nos cursos registrados na Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo teriam preferência na admissão ao serviço público do Estado para as funções em que estivessem qualificados. O Procurador, ao analisar esta parte, afirma que o decreto é inconstitucional, pois legislar sobre direito do trabalho é da competência privativa da União. O Procurador sugere que se consultem as Secretarias do Trabalho e da Educação sobre esta proposta de decreto.

O Governador Roberto Costa de Abreu Sodré acata a sugestão do Procurador e solicita em 25/08/1970 urgência, prazo de vinte dias, para o retorno do projeto. A Secretaria do Trabalho diz que não tem nada com o

assunto, que os cursos de Turismo do Senac “pertencem à área da Secretaria da Educação” (Processo CEE-SP 55/71, p. 36). A Secretaria da Educação envia o projeto de decreto ao Conselho Estadual de Educação. Em 1/02/1971, o relator Pêrsio Furquim Rebouças, da Comissão de Legislação e Normas do CEE-SP, afirma que o decreto fere a LDB:

No concernente à exigência de registro (na Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo) dos estabelecimentos de ensino, oficiais ou reconhecidos, que ministrem cursos de formação profissional para o turismo, assim como no concernente à fixação de competência para a determinação das exigências mínimas para os cursos, a proposição contrária, ao que me parece, o preceituado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. [...]

No território do Estado de São Paulo, a matéria executiva da educação compete à Secretaria da Educação, e, a normativa, a este Conselho Estadual de Educação. [...]

Nessas condições, por muito louvável, que sem dúvida é, a proposição do Senhor Secretário da Cultura, Esportes e Turismo não pode, ao que me parece, merecer a aprovação deste Conselho Estadual de Educação (Processo CEE-SP 55/71, p. 45-46).

O parecer do Conselho Estadual de Educação foi publicado no Diário Oficial em 3 de março de 1971, sepultando as pretensões da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo de trazer para a sua esfera de competência a normatização de cursos de Turismo. Existe a hipótese de ter sido uma disputa de poder cujo alvo era determinar sob qual esfera de competência estava o Senac.

Doze dias depois da publicação do parecer do CEE-SP acima citado, em 15 de março de 1971, o CEE-SP emite a deliberação 12/71 que “dispõe sobre a instituição, no Sistema Estadual de Ensino, do Curso Técnico de Turismo”. Baseando suas atribuições na LDB, o CEE-SP delibera:

Artigo 1º - Fica instituído, no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, o Curso Técnico de Turismo, ciclo colegial, com a duração de três anos letivos, no mínimo.

Artigo 2º - As disciplinas do ciclo colegial secundário que integrarão, obrigatoriamente, o currículo do Curso Técnico de Turismo, são as seguintes:

1 – Português - três séries

2 – Matemática - duas séries

3 – Geografia - uma série

4 – História - uma série

5 – Ciências Físicas e Biológicas - uma série

§ 1º - Educação Moral e Cívica é considerada disciplina obrigatória, com a duração e programa previstos na forma da lei.

§ 2º - Além das disciplinas indicadas neste artigo, os estabelecimentos deverão acrescentar mais uma ao currículo, escolhida dentre aquelas relacionadas nos Artigos 6º e 7º e parágrafos da Deliberação CEE nº 36/68.

Artigo 3º - São disciplinas específicas obrigatórias do Curso Técnico de Turismo:

1 – Língua Estrangeira (duas) - três séries

2 – Aspectos do Desenvolvimento Brasileiro - duas séries

3 – História das Artes e Artes no Brasil (Artes

Plásticas, Arquitetura, Teatro, Música e Cinema) - duas séries

4 – Folclore - duas séries

5 – Técnica de Turismob - duas séries

6 – Comunicação Social - uma série

7 – Legislação Aplicada - uma série

8 – Roteiros Turísticos - uma série

9 – Relações Humanas - uma série

Parágrafo único – Além das disciplinas específicas referidas nesse artigo, os estabelecimentos poderão incluir mais duas, de sua livre escolha.

Artigo 4º - A Coordenadoria do Ensino Técnico promoverá estudos visando à orientação e programas das disciplinas específicas relacionadas no artigo 3º, desta Deliberação, respeitado o disposto nos artigos 40 e 43, da LDB.

Artigo 5º - Educação Moral e Cívica e Educação Física, nos termos da lei, são consideradas Práticas Educativas obrigatórias, sendo facultado aos estabelecimentos incluir mais uma, de sua livre escolha.

Artigo 6º - Aos concluintes do curso instituído por esta Deliberação será expedido diploma de Técnico de Turismo.

Artigo 7º - Aplicar-se-á ao Curso Técnico de Turismo, quanto ao regime escolar, o dispositivo na Deliberação CEE nº 7/63; quanto às instalações os dispositivos das Deliberações CEE nº 16/64 e 23/65; no que se refere à fiscalização as normas baixadas pela Coordenadoria do Ensino Técnico.

Artigo 8º - Os pedidos de autorização de instalação e funcionamento do Curso Técnico de Turismo para 1971, em caráter excepcional, poderão ser apresentadas até trinta (30) dias após a homologação desta Deliberação e, a partir de 1972, na conformidade do disposto pela deliberação CEE nº 23/65 (Deliberação CEE-SP 12/71, de 15/03/1971).

Comparando-se este currículo para cursos técnicos de nível médio com o aprovado dois meses antes pelo CFE para cursos superiores de Turismo, pode-se cogitar que a elaboração curricular de um curso de nível médio seria tão árdua quanto a preparação de um curso superior de Turismo.

# O CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO E A CRIAÇÃO DE CURSOS SUPERIORES DE TURISMO

O Conselho Federal de Educação, em fins dos anos 1960 e início da década de 1970, teve papel significativo na expansão do ensino superior e no surgimento de faculdades isoladas privadas. Tais estabelecimentos particulares, criados por empresários da educação com a autorização do CFE, diversificaram o campo acadêmico de então, inclusive com a criação de cursos de Turismo. Será apresentado aqui o papel do Conselho Federal de Educação no processo que possibilitou a criação de faculdades particulares de Turismo.

Em capítulo anterior, Maria do Carmo Martins e Lucia Maria da Franca Rocha mereceram longas citações por se preocuparem, em suas análises, em entender o processo das reformas educacionais por dentro do Conselho Federal de Educação. Frequentemente, teses que abordaram a reforma universitária não se dedicaram a esta perspectiva de compreensão. Sem desqualificar outras possíveis abordagens, pretende-se apenas apontar qual o caminho mais frutífero para o atual estudo. A proposta aqui trilhada se preocupará com o papel do CFE na criação de cursos de Turismo.

Obviamente, o Conselho Federal de Educação não pairava no ar quando da reforma universitária. Lucia Maria da Franca Rocha, citando Vanilda Paiva, apresenta o contexto da década de 1960, quando o CFE empreendeu esta reforma:

A partir de 1960, assistiu-se a um grande crescimento do ensino secundário público, aumentando a demanda potencial de ingresso no ensino superior. Um fator que contribuiu para esse aumento foi a equivalência dos cursos técnicos secundários ao curso colegial propedêutico à universidade, não somente pelos egressos daqueles cursos nos anos correspondentes, mas também de egressos em anos anteriores. Um maior contingente

de alunos, bate à porta do ensino superior. Os exames vestibulares, da forma como existiam, mostravam-se ineficientes em sua função contenedora, possibilitando uma aprovação de candidatos maior que a capacidade do sistema. Este fato gerou insatisfação por um crescente número de candidatos “aprovados sem vagas”, os “excedentes” que, reivindicando “mais vagas”, “mais verbas” para o ensino superior, gerou a famosa crise estudantil. Esta veio ao longo do tempo se agravando, sendo necessário que o governo tomasse uma série de medidas para resolver o problema que vinha “perturbando a ordem social”. A criação de um Grupo de Trabalho para estudar a reformulação da universidade brasileira foi a principal medida. A educação era o principal investimento e o ensino superior deveria ser ministrado em universidades e, excepcionalmente, em escolas isoladas. Estimulou-se a criação de instituições universitárias ou escolas isoladas, bem como o surgimento de cursos de curta duração para atender a demanda dos alunos provenientes da baixa classe média, que, em consequência da expansão da rede pública de ensino secundário, bateram às portas do ensino superior (Rocha, 1984, p. 59-60).

A autora, ao tratar do CFE e suas autorizações de abertura de cursos por empresários da educação antes da Lei 5.540/68, apresenta nuances na atuação do CFE. Para Lucia Maria da Franca Rocha, o divisor d’águas ocorreu em 1967. Até meados deste ano, o CFE examinava a aprovação de novos cursos superiores em faculdades isoladas levando em consideração os requisitos de demanda social ou de necessidades do mercado de trabalho. Eram exigências talvez apenas formais, mas existiam. É no segundo semestre de 1967 que a autora realça o ponto de não-retorno. Ao questionar a negação de autorização por parte da Câmara de Planejamento do CFE para o funcionamento de uma faculdade de filosofia em São Paulo, com os argumentos de saturação da área, isto é, de que não existiria nem demanda social nem mercado de trabalho, um conselheiro defende a livre iniciativa particular no ensino superior:

Dispondo a Constituição que o ensino é livre à iniciativa particular, a autorização pode ser negada se a entidade particular solicitante satisfizer plenamente todos os requisitos legais, mesmo quando pareça ao órgão competente que a área já está saturada no ramo de ensino solicitado?

A presença de uma boa escola particular, ainda nas áreas já saturadas, é sempre um fator positivo de renovação e melhoramento do ensino;

(...) e, levando em conta a tendência atual do povo para se acomodar ao “paternalismo”, em relação ao que é feito pelo Poder Público, a Escola Particular, quando boa, é um meio bem adequado para torná-la cada vez mais comunitária (*Documenta*, n. 75, ago.-set. 1967, p. 23).

Esta proposição é aceita e o Conselho conclui que:

Se a entidade particular que requer autorização para funcionamento do curso satisfaz plenamente todos os requisitos legais, não pode o órgão competente recusá-la, mesmo quando lhe pareça que a área já está saturada no ramo de ensino solicitado. Se o fizer, correrá o risco de ver restabelecida pela via judiciária a liberdade da iniciativa particular (*Documenta*, n. 75, ago.-set. 1967, p. 27).

A autora conclui que, a partir de então, o preenchimento de aspectos meramente legais, como a capacidade patrimonial e financeira da mantenedora, edifícios e instalações, equipamentos e corpo docente seriam suficientes para a aprovação de novo curso superior em faculdade isolada.

Lucia Maria da Franca Rocha reforça a ideia proposta anteriormente neste trabalho de que havia um consenso sobre o papel profissionalizante do ensino superior no CFE e no GTRU. A autora aborda o período crítico da reforma universitária de 1968 tratando deste tema:

Quando, em 1968, o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária entendeu que a educação superior precisou atender, principalmente, aos requisitos do desenvolvimento econômico, preparando mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho, a ampliação da oferta de curso superior em princípio, teria que levar em conta tal exigência (Rocha, 1984, p. 63).

Lucia Maria da Franca Rocha deixa claro que a argumentação defendendo a abertura de novos cursos sob a justificativa de demanda social é falaciosa:

Além da explicação do crescimento do ensino superior pelo lado da demanda, é preciso também considerar que diferentes setores da classe média exerceram pressão sobre este nível de ensino, condicionando sua expansão. Um deles é o empresário da educação. Na medida em que o Estado se retraiu na oferta do ensino de terceiro grau, cedendo lugar à iniciativa

privada, que irá atender seus interesses. No final da década de 60, com expansão da escola pública secundária, os “donos de escola” que investiam nesse nível de ensino tiveram grandes perdas, vez que os estudantes passaram a ser atraídos pelo ensino público gratuito. Com a expansão do ensino superior teriam oportunidade de recuperar suas perdas. Sendo sua meta principal o lucro, o negócio educacional tornou-se promissor pela existência de demanda que lhe assegura lucratividade. Instalar uma escola superior é empreendimento que não vai, do ponto de vista do empresário do ensino, requerer grande soma de capital (Rocha, 1984, p. 61).

Mesmo quanto à demanda existente, a autora questiona quanto desta demanda faz parte do mercado ou é induzida pelos próprios empresários da educação:

A liberdade da iniciativa privada não se subordina aos interesses dos indivíduos. Em princípio, caberia a estes orientar a oferta do sistema para que pudessem receber o tipo de educação aspirada. O que se constata, na realidade, é que a iniciativa privada orienta a oferta, decidindo o tipo de curso que quer ministrar atendendo, muitas vezes, aos seus interesses e aos indivíduos, resta apenas realizar a educação que lhes é oferecida (Rocha, 1984, p. 43).

No segundo semestre de 1968, o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária conclui seus trabalhos, ensejando a Lei 5.540 de 28 de novembro do mesmo ano. Sob esta lei, seriam autorizados novos cursos superiores de profissões não regulamentadas ou mesmo de currículos mínimos ainda não estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação. Este Conselho fica à disposição de normatizar sobre iniciativas de empresários da educação.

A lei da Reforma Universitária previu que, além dos cursos correspondentes às profissões reguladas em lei, as instituições poderiam organizar outros para atender às exigências de sua programação específica, bem como às peculiaridades do mercado de trabalho. O ensino superior passaria a oferecer: a) cursos de graduação, com currículo mínimo fixado pelo Conselho Federal de Educação; b) cursos de graduação sem currículo mínimo fixado, visando atender a programação específica da universidade ou às necessidades do mercado de trabalho (Rocha, 1984, p. 83).

É nesse contexto de possibilidade de criação de cursos de graduação sem currículo mínimo fixado, visando atender às necessidades do mercado de trabalho, que a Faculdade Morumbi, atual Universidade Anhembi Morumbi, cria seu curso superior de Turismo em 1970, sendo que o estabelecimento do currículo mínimo para cursos superiores de Turismo é de 1971, conforme visto anteriormente.

Maria Genny Caturegly (1990) analisou em seu mestrado *O ensino de Turismo e os agentes de viagens: as realidades de Madrid, Roma e São Paulo*. Neste estudo comparativo, a autora destaca a originalidade da criação de cursos superiores de Turismo no Brasil já em 1970. Segundo Maria Genny Caturegly, os países por ela estudados, na década de 1970, só possuíam cursos de turismo como técnicos profissionalizantes de nível médio. A autora buscou esclarecer os motivos do surgimento de um curso pioneiro como este, entrevistando o responsável pela criação do primeiro curso de Turismo no Brasil, o da Faculdade Morumbi, Prof. Gabriel Mário Rodrigues. Segue a transcrição da parte inicial da entrevista, onde é abordado o surgimento do curso:

Prof. Gabriel Mário Rodrigues: Em 1970, houve uma abertura para os cursos superiores no Brasil. As universidades públicas não conseguiam atender a demanda; havia um número muito grande de alunos excedentes e devido à política governamental da época, do então Ministro da Educação e atual Senador Jarbas Passarinho, foi possibilitada, através do Conselho Federal, a abertura de cursos universitários, a fim de atender essa demanda. Tudo começou em 1968. Naquela época, eu estava indiretamente ligado à área do ensino. Havia sido professor primário e depois de ginásio e dava assessoria ao Colégio Pio XII onde minhas filhas estudavam. Percebi, então, a possibilidade de iniciar atividades no ensino superior como uma oportunidade que se abria. Sou arquiteto, e minha ideia era de abrir um curso de arquitetura. Juntamente com alguns amigos procuramos um prédio e formalizamos o pedido de abertura ao Conselho Federal de Educação. Já era 1970. O prédio estava sendo construído e o alugamos a partir de 1971. No final de 1970, conversamos com a Irmã Hilda, do Colégio Pio XII, ela indagou por que não abríamos um curso técnico de turismo. Enquanto montávamos o processo do curso de arquitetura, fizemos uma pesquisa para verificar o interesse que um curso técnico de turismo despertaria. O resultado foi o de que havia um enorme contingente de interessados, mas todos já haviam terminado o curso colegial. Havia,

também, a explosão de cursos novos, as mulheres estavam voltando aos bancos universitários, após terem criado os filhos, etc. Foi neste momento que tivemos a ideia de um curso superior de turismo, após perceber que o público tinha interesse nesse nível. Na ocasião, o jornal *O Estado de São Paulo* tinha um suplemento de turismo do qual a responsável havia sido minha professora no jardim da infância. Mais por ligação sentimental, procurei-a e ela achou a ideia interessante, indicando o Prof. Domingo Hernandez Peña, que era um profissional da área de turismo, oriundo das Ilhas Canárias, pessoa muito íntegra e muito envolvida com turismo. Aliás, ele sempre afirmava que o “Brasil seria um dia uma potência turística”. O prof. Peña tinha vivido todo o clima inicial do desenvolvimento do turismo na Espanha, e foi quem fez a proposta curricular de nossa escola e preparou os professores. A proposta dele era de um curso de um nível um pouco superior ao técnico, que objetivasse preparar os alunos nas áreas de agências de viagens, de transportes (com ênfase no transporte aéreo), e de hotéis – sempre em nível técnico-superior. A parte inicial foi dele. Ficou conosco durante dois anos e no 4º ano de funcionamento da escola ele voltou. Formamos um grupo de alunos interessados em turismo, que compuseram o primeiro quadro de professores de turismo. Ao mesmo tempo, participávamos de todos os congressos de que tínhamos notícia. Mas devido à minha formação na área de arquitetura, comecei a valorizar o aspecto de lazer e de recreação. Em 1974, no Congresso realizado na USP apresentei uma tese de um plano nacional de lazer para o país. Para mim, o lazer e a recreação estão ligados. Nesse momento a Faculdade Anhembi entrou na área de lazer. Existe o lazer na cidade e o lazer exercido fora da cidade, que é o turismo (Caturegly, 1990, p. 115-117).

*A Documenta* é mais precisa quanto às datas:

No segundo semestre de 1970, a Faculdade de Turismo do Morumbi, da Organização Bandeirante de Tecnologia e Cultura, iniciou suas atividades letivas, como ensino livre, uma vez que ainda não havia sido fixado o currículo mínimo do curso de turismo, por este Conselho. Em 19/02/71, a interessada remeteu à apresentação do CFE proposta de currículo mínimo, expediente protocolado sob o nº 100.804/71.

Em 28/01/1971, o CFE já havia aprovado o Par. 35/71 (homologado pelo Ministro em 26/04/71), que fixa a duração e o currículo mínimo do curso superior de turismo. Tomando conhecimento desse fato, a interessada requereu, de imediato, a indispensável autorização para o funcionamento do curso (Proc. 1629/71). O curso,

entretanto, prosseguiu suas atividades, em regime livre, havendo, pois, alunos que já venceram 3 semestres letivos (*Documenta*, n. 135, fev. 1972, p. 25).

Como dado significativo deste parecer, constata-se que a verificação prévia da possível autorização foi executada, entre outros, pelo Prof. Antonio Guimarães Ferri, Diretor da Escola de Comunicações e Artes da USP.

É curioso notar que, embora seja a primeira faculdade a criar o curso superior de Turismo, a Faculdade de Turismo do Morumbi não é a primeira a ser autorizada a ministrar tal curso pelo Conselho Federal de Educação. Apenas um mês antes do parecer acima mencionado, a *Documenta* traz a autorização para o início do curso de Turismo da Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas, parecer nº 41/72, aprovado em 13/01/1972 (*Documenta*, n. 134, jan. 1972, p. 94-97). Assim, com diferença de alguns meses, começam os cursos superiores de Turismo no Brasil, ambos de forte influência espanhola, país onde cursos de turismo eram oferecidos como cursos técnicos de nível médio.

A influência espanhola não era notável em outras áreas acadêmicas. Esta influência no Turismo teve por motivo a procura de um intelectual espanhol, Domingo Hernandez Peña, para a elaboração do curso da Faculdade de Turismo do Morumbi; e pela nacionalidade espanhola do criador do curso de Turismo na Faculdade de Letras e Ciências Humanas Ibero-Americana, Julio García Morejón. Este professor formou-se em Filologia e Letras na Universidade de Salamanca na Espanha. Foi o primeiro diretor da ECA-USP e deixou este cargo para criar sua própria faculdade.

Em entrevista sobre o tema com o Prof. Luiz Gonzaga Godoi Trigo, educador na área de Turismo, questionou-se quais as características desta influência espanhola em cursos superiores de Turismo:

Luiz Gonzaga Godoi Trigo: A tradição espanhola analisa o turismo como fenômeno social e não apenas como fato econômico. Então o turismo é analisado de uma forma mais ampla, mais articulada, dentro da sociologia e da história, por exemplo. Enquanto que nos Estados Unidos há uma visão como fato econômico. É evidente que o turismo é um grande fato econômico. Mas a gente não pode parar por aí e não se trabalhar com a ideia de sustentabilidade, com ética, com ciências sociais, com a problemática da cultura no turismo. A escola espanhola é isso (Entrevista gravada com

A criação desta nova graduação no ensino superior foi tratada pela imprensa. Em 30/01/71, cerca de um ano antes de sua autorização pelo CFE, o curso de Turismo da Faculdade Morumbi é tema do *Jornal da Tarde* com o artigo Tudo sobre o vestibular de Turismo:

Durante quatro anos o aluno estudará, entre outras coisas, História da Cultura Brasileira, Transportes, Psicologia, Matemática e Estatística, Educação Moral e Cívica. E depois disso, formado, irá ensinar os turistas a aproveitarem suas férias. [...]

Preparar o currículo foi difícil. Um dos responsáveis pelo curso, e hoje seu coordenador, fez uma pesquisa em 20 escolas da Europa, principalmente da Espanha, França e Itália, onde o estudo do turismo está mais desenvolvido. Recolhido o material e feitas as adaptações à realidade brasileira, o professor Domingo Hernandez Peña preparou o currículo:

O curso todo será dado em oito semestres – sete só de teoria e um de prática. As matérias são relacionadas com Economia, Relações Públicas, Arquitetura, Psicologia do Turismo e do Turista, Cultura Brasileira, Antropologia, Publicidade e Estatística. Haverá também aulas de, por exemplo, Português, Estudos dos Problemas Brasileiros e Comunicações. Com o curso, dizem os professores, o aluno formado vai tornar-se um planejador de turismo. Conhecendo o Brasil, terá condições de criar novos atrativos turísticos, o que, inclusive, ajudará a desenvolver o turismo no País.

O mercado de trabalho para os novos profissionais é amplo – os organizadores do curso garantem. Os estudantes formados poderão trabalhar para o Governo, para firmas particulares ou, se quiserem, abrir suas próprias firmas.

Amadeu Papa, secretário de Turismo do Estado, ainda não conhece bem os planos da faculdade. Há dois anos, ele lembra, existia um projeto de construção de uma faculdade de turismo, em convênio com a Universidade de São Paulo. Por problemas de verbas e por causa da reestruturação da USP, a sua criação está sendo adiada até agora. Mesmo assim, conhecendo

---

<sup>8</sup> Na época da pesquisa que deu origem ao livro, não havia os atuais trâmites junto à Plataforma Brasil sobre os procedimentos de autorização de entrevistas. No entanto, foram preservados pelo autor os termos gravados de consentimento de uso das entrevistas para finalidades acadêmicas. Alguns dos entrevistados, como Jarbas Passarinho e Manuel Nunes Dias, já faleceram.

o currículo da nova escola, acha-o bastante razoável do ponto de vista técnico (*Jornal da Tarde*. São Paulo, 30/01/1971, p. 7).

Não é propósito deste livro analisar a repercussão dos cursos de Turismo utilizando como fonte os jornais da época. Pretende-se apenas demonstrar que tal repercussão existiu, inclusive descrevendo tendências do currículo do curso da Faculdade de Turismo do Morumbi. Tal fato pode indicar a possibilidade de outras faculdades terem se informado sobre esta nova carreira do ensino superior pela imprensa de então. Enfim, o debate sobre este novo curso superior não ficou restrito aos meios acadêmicos. Após a abertura do curso de Turismo pela Faculdade do Morumbi e pela Faculdade Ibero-Americana, outras faculdades tomaram a iniciativa de criar este curso.

Em junho de 1972, a *Documenta* publica a solicitação da Associação Educacional do Litoral Santista para a criação da Faculdade de Turismo em Cubatão (SP). Pedido aceito pelo CFE, contanto que se efetuassem algumas modificações, como, por exemplo, que o número de alunos fosse diminuído de 300 para 100 (*Documenta*, n. 139, jun. 1972, p. 145-148).

No segundo semestre de 1972, o Instituto de Cultura e Ensino Padre Manoel da Nóbrega – de São Paulo (SP) – solicita autorização para os cursos de Letras, Pedagogia, Turismo e Ciências Administrativas. O CFE afirma que em face da inexperiência da mantenedora no campo do ensino superior, não recomenda a autorização de tantas faculdades e tantos cursos, permitindo a abertura somente dos cursos de Turismo e de Letras (*Documenta*, n. 145, dez. 1972, p. 83-104).

Em março de 1973, é aprovada a solicitação feita no semestre anterior para a criação do curso de Turismo pela Associação de Ensino de Ribeirão Preto/SP (*Documenta*, n. 148, março 1973, p. 135-136). No mês seguinte, é autorizada à Associação Nacional de Ensino e Cultura – São Paulo/SP – a criação da Faculdade de Turismo do Brooklin (*Documenta*, n. 149, abril 1973, p. 115-117). Em junho é autorizada a Faculdade de Turismo da Guanabara/RJ (*Documenta*, n. 151, jun. 1973, p. 214-215). Em novembro de 1974 são autorizados os cursos da Faculdade de Comunicação e Turismo Hélio Alonso/RJ (*Documenta*, n. 168, nov. 1974, p. 109-111). Em janeiro de 1975 é autorizado o funcionamento da Faculdade Niteroiense de Educação, Letras e Turismo, Niterói/RJ (*Documenta*, n. 179, jan. 1975, p. 54-55).

Nem todos os processos de abertura de cursos superiores de Turismo foram aprovados pelo CFE. No segundo semestre de 1972, o Instituto Educacional Tereza Martin – São Paulo (SP) teve seu pedido para o curso de Turismo indeferido sob a alegação de carência de instalações físicas adequadas e ausência de convênios para a prática profissional com entidades do ramo (*Documenta*, n. 145, dez. 1972, p. 141). À União Pioneira de Integração do Distrito Federal, o relator solicita que a instituição comprove sua capacidade financeira e que melhore “o salário hora-aula dos professores para 1972”. Exige que se anexe ao processo o “atestado de residência dos professores, pois não se poderia autorizar um estabelecimento com a maioria do corpo docente residindo em regiões distantes do país, apenas com a expectativa de virem posteriormente residir em Brasília” (*Documenta*, n. 142, set. 1972, p. 134). O caso mais contundente de negativa ocorreu em junho de 1973 quando da análise do processo da Sociedade Regional de Tecnologia e Cultura – Recife/PE. Esta instituição de ensino já havia começado, desde 1971, com 45 alunos, o curso de Turismo sem consultar o CFE:

A qualificação dos professores indicados, em sua quase totalidade, não foi comprovada através dos documentos indispensáveis, pelo que deixam de receber, nesta oportunidade, exame individual. [...] A mantenedora não comprovou capacidade didático-pedagógica para desincumbir-se de sua responsabilidade nem mesmo com relação à biblioteca. [...] A mantenedora, respeitado seu direito de errar, sem má fé, apresenta um procedimento que poderia ser apontado como irresponsável.

O Relator deste parecer recomenda que seja indeferido o pedido de autorização para funcionamento dos cursos de Comunicação e Turismo, mantidos pela Sociedade Regional de Tecnologia e Cultura de Recife e que, na medida do que estabelece a legislação pertinente, sejam dadas as providências cabíveis pelos órgãos de fiscalização e controle da educação, para que sejam protegidos os superiores direitos e interesses dos educandos brasileiros, em Pernambuco (*Documenta*, n. 151, junho 1973, p. 241-242).

Em dezembro de 1974, tanto o Conselho Federal de Educação quanto o Conselho Estadual de Educação de São Paulo adotam uma moratória no exame de autorização de novos cursos superiores:

De há muito vem este Conselho Federal de Educação sentindo e proclamando a necessidade de aprofundar e atualizar os estudos de base visando à análise crítica da sistemática aplicável à criação de novas escolas superiores, no sistema federal de ensino. [...] Daí, há de ser considerada a sugestão feita pelo Sr. Ministro da Educação e Cultura de suspender transitoriamente o recebimento de novos pedidos de autorização de escolas e cursos, salvo exceções a serem consideradas. Como se vê, não se trata de bloquear por inteiro o fluxo de entrada de processos, e sim de, por algum tempo, reduzi-lo seletivamente, para, afinal, discipliná-lo em caráter definitivo (*Documenta*, n 169, dez. 1974, p. 478-479).

Fica suspensa pelo prazo de um ano a apreciação, pelo Conselho Estadual de Educação, de pedidos de autorização de cursos e escolas novas de ensino superior estaduais e municipais (*Acta*, órgão oficial do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, n. 61, dez. 1974, p. 12).

Como término deste capítulo, pode-se recordar que no calor da reforma de 1971, que tornou obrigatória a formação profissional em todo o ensino médio, Luiz Antônio Cunha levantou a hipótese de que os cursos em colégios particulares, embora aparentemente profissionalizantes, serviriam, de fato, como preparatórios para a entrada na universidade:

Está em curso um processo de “ajustamento” entre o ensino preparatório para as escolas superiores e a nova determinação de ensino profissional. É o caso da instalação de cursos profissionais *de acordo* com os cursos superiores que são, efetivamente, os visados pelos estudantes e suas famílias. Por exemplo, um curso de técnico de turismo estaria *de acordo* com cursos superiores de história, geografia e línguas estrangeiras (Cunha, 1980, p. 246, aspas e grifos do original).

Ocorreu o contrário: a criação de diversos cursos superiores em faculdades privadas de acordo com os objetivos profissionalizantes da reforma do ensino médio e do consenso no Conselho Federal de Educação sobre a necessidade de formação profissionalizante no ensino superior.

Não é correto academicamente isolar uma frase de todo seu contexto de discussão, como feito com a citação acima. Não se procura aqui polemizar com este autor. Pretende-se apenas destacar que, embora sua análise estivesse possivelmente certa, os empresários da educação foram mais audaciosos,

ocupando novos espaços no ensino superior privado com cursos predominantemente profissionalizantes.

# A CRIAÇÃO DO CURSO DE TURISMO NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Marilena Chaui tratou as reformas que alteraram o perfil da universidade brasileira na década de 1960 como a criação do que ela chamou de universidade funcional. No caso da Universidade de São Paulo (USP), até 1968, ela tinha como polo aglutinador a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Existia formação profissional na universidade, mas como decorrência da formação superior calcada na união, por parte do trabalho dos professores, entre docência e pesquisa. Formação profissional não era meta, mas consequência. A universidade funcional inverteu os propósitos universitários, elegendo a formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho como prioridade máxima. Esta autora analisou estas mudanças:

Se, outrora, a escola foi o lugar privilegiado para a reprodução da estrutura de classes, das relações de poder e da ideologia dominante, e se, na concepção liberal, a escola superior se distinguiu das demais por ser um bem cultural das elites dirigentes, hoje [década de 1970], com a reforma do ensino, a educação é encarada como adestramento de mão-de-obra para o mercado. Concebida como capital, é um investimento e, portanto, deve gerar lucro social. [...]

Desvinculando educação e saber, a reforma da universidade revela que sua tarefa não é produzir e transmitir a cultura (dominante ou não, pouco importa), mas treinar os indivíduos a fim de que sejam produtivos para quem for contratá-los. A universidade adentra mão-de-obra e fornece força-de-trabalho (Chauí, 2001, p. 52).

A *universidade funcional*, dos anos 70, foi o prêmio de consolação que a ditadura ofereceu à sua base de sustentação político-ideológica, isto é, à classe média despojada de poder. A ela foram prometidos prestígio e ascensão social por meio do diploma universitário. Donde a massificação operada, a abertura indiscriminada de cursos superiores, o vínculo entre

universidades federais e oligarquias regionais e a subordinação do MEC ao Ministério do Planejamento. Essa universidade foi aquela voltada para a formação rápida de profissionais requisitados como mão-de-obra altamente qualificada para a mercado de trabalho. Adaptando-se às exigências do mercado, a universidade alterou seus currículos, programas e atividades para garantir a inserção profissional dos estudantes no mercado de trabalho (Chauí, 2001, p. 189).

Na segunda metade da década de 1960, ocorreram na USP duas alterações em seu grupo de faculdades que podem não estar diretamente relacionadas, mas que apontam na direção proposta por Marilena Chauí. A primeira é a criação em 1966 da Escola de Comunicações Culturais – seu nome foi mudado para Escola de Comunicações e Artes em 1970; a segunda, em 1968, o desmembramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em diversos institutos e faculdades separadas. No presente estudo não se abordará em profundidade o desmembramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Um dos poucos estudos que existem sobre a Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) é de Maria Helena Pires Martins. A autora resume a história da criação da ECA:

Em 1965, bem no meio da década e logo após o Golpe de 64, o então reitor da Universidade de São Paulo, Prof. Dr. Gama e Silva, delegou a responsabilidade da estruturação de uma nova faculdade a uma comissão de dez professores. Os trabalhos dessa comissão resultaram na criação da Escola de Comunicações Culturais, através do decreto nº 46419 de 16/6/1966, tendo como padrinhos, assinando o documento, o governador do Estado Laudo Natel, o secretário da Fazenda Antonio Delfim Netto e o reitor Luís Antonio Gama e Silva.

De acordo com o artigo 2 do mesmo decreto, a Escola teria dupla finalidade: “1 - formar pessoas habilitadas ao exercício das profissões técnico-artísticas e de magistério no campo das comunicações culturais; 2 – promover, incentivar e divulgar, ao mesmo tempo, a cultura e a pesquisa”. Para tal, o artigo 3 relaciona os cursos que, inicialmente, serão oferecidos: Jornalismo, Rádio e TV, Arte Dramática, Cinema, Biblioteconomia, Documentação e Relações Públicas.

E, grande pasmo, o crédito aberto de quinhentos milhões de cruzeiros

(US\$ 227.000) para as despesas de instalação e funcionamento da nova Escola saiu do superávit de exercícios anteriores da Universidade. Já houve tempo em que sobrava dinheiro na área de educação (Martins, 1988, p. 15).

A autora chama a atenção para que a criação da ECA-USP não se deu originalmente como escola de comunicação e artes e sim como comunicações culturais. Teatro e TV não sendo propostos conceitualmente como arte, mas como meios de comunicação de massas. Segundo a autora, a criação da ECA demonstra que, para alguns intelectuais da USP, a formação de pessoas para a manipulação dos meios de comunicações em uma sociedade de massas passa a ser responsabilidade da Universidade. O objetivo da ECA-USP seria de preparar profissionais técnicos de informação.

Segundo a autora, é em 1970 que o Conselho Federal de Educação decide impor o currículo mínimo para todas as escolas de Comunicação Social, havendo grande alteração na ECA-USP. A reforma, desde 1968, regulamentou a carreira universitária através da titulação acadêmica. Para a ECA isto gerou conflitos, pois os professores “que têm competência para lecionar muitas disciplinas artísticas não têm, com raríssimas exceções, títulos acadêmicos uma vez que sua profissão artística, extra-universidade, não o exige” (Martins, 1988, p. 31-32). Para a autora isto teve como consequência o afastamento da área de Artes do poder dentro da ECA. A autora afirma que foi em 1970 que a Escola de Comunicações Culturais passou para a denominação de Escola de Comunicação e Artes.

É necessário situar o papel da ECA num horizonte mais amplo da Universidade de São Paulo. Nestor Goulart Reis Filho, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, membro do Conselho Universitário da USP quando do processo de criação do curso de Turismo, foi o único a pedir vistas a este processo. Ele foi entrevistado e seu depoimento ajudou a compreender o papel da ECA na universidade. Questionado sobre as reações da universidade ao que se desenrolava na ECA, o professor afirmou:

A ECA foi criada pelo Gama e Silva e aquilo foi feito meio na valentona. Foram colocando tudo que não cabia em outras na ECA. A ECA ficou até hoje como uma colcha de retalhos. A universidade resistiu, pois ela foi formada também como uma colcha de retalhos. As escolas tradicionais, as

três tradicionais, eram muito ciosas com as suas áreas. Direito era uma escola federal, pouca gente sabe disto. Os primeiros professores da Faculdade de Direito na USP tinham dois salários, o estadual e o federal. Eles não deixaram de ser funcionários federais. Eles tinham medo de deixar de receber o salário da USP ou foi uma tradição política. Para não fugirem a isto, eles ganhavam dois salários. A USP pagava um segundo salário. Então eles não resistiram à tentação. A Medicina era estadual, a Politécnica era estadual. Mas a Faculdade de Direito era federal. Existia muita ciúmeira. Quando se fez a cidade universitária, o Prof. Camargo, que liderava a Poli – era professor de matemática – declarou no Conselho Universitário que ia passar uma cerca de arame farpado e ninguém ia entrar mais na área da Politécnica. Ele não queria ter uma escola administrada junto com as outras. Eram escolas com tradição de uma seriedade muito grande e que não queriam abrir mão de seus padrões. É muito difícil culpar isto. A esta altura vêm escolas mais flexíveis. Primeiro vem Economia, depois FAU, depois ECA. São recebidas com desconfiança. Todas. Porque ampliavam na área de humanas com propostas que pareciam coisas muito vagas e não universitárias.

Esta discussão é internacional. Arte não entrava na universidade europeia. É um instituto à parte. Na tradição francesa-napoleônica, as escolas técnicas não pertenciam e não pertencem à universidade, são separadas. O formato universitário ainda é objeto de discussão e foi mais. Quando vêm escolas de aplicação, as escolas da velha guarda oferecem resistência.

A ECA foi criada pelo Gama e Silva, pessoa que se estivesse viva, a gente poderia dizer na cara dele, o quanto ele era um indivíduo desagradável. Então a ECA carregou de início o peso de ter sido criada sob influência do Gama e Silva. Certas coisas que vinham da ECA naturalmente causavam estranheza nas pessoas. Os pobres coitados dos professores e dos alunos não tinham culpa nenhuma disso, mas pagaram o preço de um aliado inicial daqueles, que realmente não gozava das simpatias da USP. Sabe o que é ser o terceiro nome numa lista tríplice? Às vezes, se põe porque ele é tão ruim que se espera que jamais seja nomeado. O Gama e Silva foi posto na lista porque ele era tão ruim que se esperava que o governador não o nomeasse. Como ele não queria os dois primeiros, que eram muito bons, mas não eram do agrado do governador Ademar de Barros, ele nomeou o Gama e Silva, que cassou muitos professores em caráter exclusivamente pessoal. Tudo aquilo que fosse um pouco estranho e viesse da ECA, parecia coisa do Gama e Silva. Não se pode desconhecer estas posições tópicas (Entrevista gravada com o Prof. Nestor Goulart Reis Filho em 30/10/2001).

A ECA teve como seu terceiro diretor o Prof. Manuel Nunes Dias. Para Maria Helena Martins, este período de 1972 a 1976 foi o mais crítico da escola. Manuel Nunes Dias atuou como interventor da reitoria na ECA. Embora fosse professor titular de História da América na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, sua formação de graduação era em Direito pela USP e Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero. Segundo a autora, Manuel Nunes Dias usou da tática de intimidação a fim de acabar com o trabalho independente que era desenvolvido na ECA:

Manoel Nunes utilizou-se de todos os recursos contra os professores: medidas disciplinares, processos, sindicâncias, denúncias, reprovação em exames e as cassações brancas, ou seja, a não renovação do contrato de trabalho de vários professores. Criou-se, assim, um clima de terror, de desconfiança com relação aos colegas, aos alunos, aos funcionários. Enfim, não se sabia nem quem era quem, nem de que lado cada um estava. As “visitas” da polícia, agora, chegavam até a sala da diretoria, para apresentar-lhe cumprimentos ou para troca de informações, pois contava com seu aval na ação repressiva (Martins, 1988, p. 33).

O primeiro diretor da ECA foi o Prof. Julio García Morejón, que deixou o cargo e criou a Faculdade Ibero-Americana. O segundo diretor foi o Prof. Antonio Guimarães Ferri. Ele é o criador do curso de Turismo da ECA, objeto de análise posterior.<sup>9</sup> O terceiro diretor da ECA foi o Prof. Manuel Nunes Dias. Durante sua administração, o curso de Turismo efetivamente iniciou seu funcionamento. Para entender o clima na ECA sugerido por Maria Helena Martins, o Prof. Manuel Nunes Dias foi entrevistado. Ele descreveu o início de sua administração da ECA como difícil, devido à movimentação grevista. Esta entrevista também elucida o processo de escolha do diretor da ECA:

Prof. Manuel Nunes Dias: A ECA é a unidade mais fascinante da USP, porque tem artes e humanidades. Eu tinha ido ao Rio proferir uma conferência na Casa de Camões. Minha senhora me telefonou, no meu hotel,

---

<sup>9</sup> Foi tentada entrevista com o Prof. Julio García Morejón. Entretanto, este professor não conseguiu espaço em sua agenda. Infelizmente, o Prof. Antonio Guimarães Ferri, personagem-chave nesta história, já faleceu.

me dizendo que o Prof. Miguel Reale, então reitor, tinha me telefonado e que queria conversar comigo. Eu não liguei para aquilo, fiquei mais dois dias no Rio. Quando retornei, tinha mais um telefonema. Eu estava na lista tríplice para a ECA. O que vou fazer? E o Miguel Reale me convidou. A ECA não tinha titular. Para ser diretor, naquela altura, precisava ser titular.

Pergunta: Quem elaborava a lista tríplice?

Manuel Nunes Dias: O Conselho Universitário. Por que eu fui para a ECA? Eu sucedi o Antonio Guimarães, que foi um grande diretor, mas era um veterinário. E agora foi um historiador? Não. Eu era um jornalista. Eu tinha o curso da Cásper Líbero. Escrevia em jornais como o *Correio Paulistano* e a *Gazeta*. Mas eu não dou muito valor a isto. Acho que o diretor da unidade não precisa nem ser professor, tem que ser administrador. [...]

Nos primeiros dois ou três meses teve uma crise muito grande na ECA. [...] Foi em 1973, ainda havia aquele enevoado do regime militar. Então a universidade brasileira entrou em greve. [...] Na USP, os políticos atuantes escolheram a ECA. Por que a ECA? Porque a ECA tem meios de comunicação. Tem rádio, tem televisão, tem jornalismo, o que as outras não têm. Então, da Economia, o grupo organizador da greve passou para a ECA, para fechar a universidade. Mas não contou com a resistência. Não sou fascista, não sei quem eu sou. A lei tem que ser obedecida, mesmo a lei errada. É proibido estacionar. Se eu estacionar, estou sujeito a uma multa. [...] Eu me recordo que a revista *Veja* publicou a minha fotografia. Eu entrando na ECA e os cartazes: Abaixo, abaixo o Nunes! Eu sabia que aquilo não era contra mim. Muitos alunos perderam o ano por causa disso. Perderam o ano por faltas. Eu não ia renunciar, não ia sair. Depois de três meses a coisa começou a se esvaziar (Entrevista gravada com o Prof. Manuel Nunes Dias em 28/11/2001).

Não se pretende aqui confrontar memórias dos episódios grevistas da ECA. Almeja-se apenas dar uma ideia do clima estabelecido naquela escola no início da década de 1970. Como ressaltou Nestor Goulart dos Reis Filho, ter como fundador a figura do reitor Gama e Silva, futuro Ministro da Justiça que assinaria em 1968 o famigerado AI-5, não trazia muito prestígio à ECA. Maria Helena Martins e Manuel Nunes Dias concordam em alguma coisa: o convívio na ECA entre professores, alunos e direção não era harmonioso, para dizer o mínimo, em 1973, ano em que a ECA iniciou o seu curso de Turismo.

A ECA constituiu sua congregação para discussão de assuntos internos em 1975. Até este ano, o Conselho Universitário da USP exercia a função de

congregação daquela escola. A criação do curso de Turismo, no início daquela década, portanto, não teve sua discussão registrada em atas da congregação. Na pesquisa das atas do Conselho Universitário sobre o tema aqui tratado encontra-se apenas a menção “amplamente debatido”, porém sem registrar textualmente nem fragmentos dos debates. Existe documentação escassa nos arquivos da reitoria, principalmente no que concerne à formulação curricular do curso que será abordada em capítulo posterior. Os debates conceituais, epistemológicos e acadêmicos sobre a criação de um curso novo numa faculdade nova até para a própria USP devem ter sido registrados nas reuniões do Departamento de Relações Públicas e Propaganda, onde este curso foi criado. Como foi abordado na introdução deste trabalho, os documentos da ECA que trataram da criação do curso de Turismo se extraviaram. Ao tratar deste tema, esta pesquisa utilizou-se dos documentos encontrados na reitoria da universidade e de entrevistas com testemunhas dos acontecimentos da ECA.

No mesmo ano em que criou a ECA, 1966, o reitor Gama e Silva também instituiu a comissão responsável pelo projeto de reforma da universidade. O Memorial para Reestruturação da Universidade de São Paulo ficou conhecido como Relatório Ferri, pois o presidente da comissão era o Prof. Mário Guimarães Ferri. Este relatório foi resultado de vinte meses de trabalho da Comissão de Reestruturação da Universidade de São Paulo, ficando pronto em 1968. A descrição detalhada do Relatório Ferri pode ser encontrada na tese de Beatriz Alexandrina de Moura Fetizon. Esta autora realça algumas partes deste relatório:

Algumas propostas merecem destaque. A divisão do “todo do saber”, em grandes áreas ou campos fundamentais, a cargo dos diversos Institutos (necessariamente articulados entre si), é uma delas. O Memorial propõe dezessete Institutos: Agronomia e Veterinária; Arquitetura e Urbanismo; Artes e Comunicações; Biologia; Ciências Humanas; Ciências Jurídicas; Ciências Médicas; Economia e Administração; Educação; Engenharia; Filosofia; Física; Geologia; Letras; Matemática; Química; e Tecnologia. Como se pode constatar, estão previstos o desmembramento (ou extinção) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a organização da Universidade independentemente das escolas tradicionais, notadamente Medicina e Direito (Fetizon, 1986, p. 651).

A autora destaca que este relatório também prevê a flexibilidade curricular na formação profissional de áreas novas:

Quanto à mobilidade, observa a Comissão de Reestruturação que, além das “profissões regulamentadas” cujos currículos mínimos são definidos no âmbito federal (cabendo às instituições de ensino superior acrescentar-lhes as “combinações disciplinares” para constituir os currículos plenos), há uma “multiplicidade de profissões” cujo desempenho exige formação universitária. “Com os currículos flexíveis, a Universidade poderá formar indivíduos aptos para todas elas, ajustando-se sempre às solicitações da vida sócio-econômica e aos múltiplos e variados interesses dos estudantes” (Fetizon, 1986, p. 656).

O Relatório Ferri previa que, extinguindo as cátedras e criando Institutos organizados em departamentos, os alunos poderiam criar currículos novos cursando disciplinas em vários departamentos de vários institutos. Estas carreiras novas poderiam ser depois homologadas pelo Conselho Universitário. Isto se mostrou impraticável. No entanto, já está no horizonte do Relatório Ferri a possibilidade de novas carreiras universitárias para a formação profissional exigida pelos novos tempos. A carreira de bacharel em Turismo é um exemplo disto.

Os dezessete Institutos propostos pelo Relatório Ferri não se efetivaram na sua totalidade. Foram formados apenas os Institutos decorrentes do desmembramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.<sup>10</sup> Aqui entram dois dos personagens de destaque na história da criação do curso de Turismo da USP. Trata-se do Prof. Antonio Guimarães Ferri – irmão do Mário Guimarães Ferri, do Relatório Ferri – segundo diretor da ECA, e também a Sra. Célia Portugal Matta, secretária do departamento da ECA onde o curso de Turismo foi criado. Em entrevista, Célia Portugal Matta relata:

Eu havia participado da criação dos nove Institutos Universitários. Tinha muito relacionamento com todos os diretores dos Institutos. Isto quando foi desmembrada a Faculdade de Filosofia na Maria Antonia. Foram criados nove Institutos Universitários. Eu era da comissão e foi com o

---

<sup>10</sup> Em 02/07/1968, o Prof. Florestan Fernandes (1979, p. 179-204) apresentou na congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras uma exposição crítica do Relatório Ferri.

Sr. Arquimedes Logan que criamos a assessoria administrativa em que funcionavam todos estes institutos. Quando a ECA foi criada, o [Antonio Guimarães] Ferri me chamou para a ECA, pois o Ferri tinha sido meu paraninfo de formatura no curso de Relações Públicas do DEA – Departamento Estadual de Administração (Entrevista gravada com a Sra. Célia Portugal Matta em 17/12/2001).

Não existe relação direta entre o desmembramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a criação de novos cursos na Escola de Comunicação e Artes. Entretanto, foi na criação dos Institutos, que deveriam substituir grande parte da antiga Faculdade de Filosofia, que Célia Portugal Matta obteve experiência administrativa relevante. Esta funcionária será convidada pelo Prof. Antonio Guimarães Ferri para trabalhar na ECA, ganhando grande importância nesta escola como secretária do departamento de Relações Públicas e Propaganda. Antonio Guimarães Ferri e Célia Portugal Matta são dois dos protagonistas principais na criação do curso de Turismo na USP.

Como foi tratado em capítulos anteriores, o primeiro curso superior de Turismo foi criado, no segundo semestre de 1970, na Faculdade de Turismo do Morumbi. Em 28/01/1971, o Conselho Federal de Educação aprova o currículo mínimo para o curso superior de Turismo. Este currículo é homologado em 26/04/71 pelo Ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho. Em 19/02/71, a Faculdade de Turismo do Morumbi envia ao Conselho Federal de Educação solicitação de autorização de seu curso. Um dos especialistas convidados para a verificação prévia da possível autorização deste curso é Antonio Guimarães Ferri, diretor da ECA. Pode-se notar que o desenlace decisivo para a criação do curso superior de Turismo ocorre entre fins de 1970 e o ano de 1971.

O encontro de interesses favoráveis à criação deste novo curso por parte do Ministro Jarbas Passarinho e do Prof. Antonio Guimarães Ferri foi determinante para a criação desta nova carreira universitária na Escola de Comunicação e Artes da USP, da qual o Prof. Ferri era o diretor. Célia Portugal Matta descreveu esta convergência de interesses ao relatar o encontro de Jarbas Passarinho e Antonio Guimarães Ferri em julho de 1971. Este encontro ocorreu na Assembleia Legislativa de São Paulo durante a abertura do Primeiro Congresso Nacional de Propaganda.

Célia Portugal Matta: Eu me encontrava prestando serviço na APP [Associação dos Profissionais de Propaganda], no que seria depois o curso de Propaganda e Marketing. Aí nós fizemos o Primeiro Congresso Nacional de Propaganda. A abertura foi na Assembleia Legislativa. O Jarbas Passarinho veio abrir o Congresso. Eu secretariava este Congresso. No camarim da Assembleia Legislativa, o Jarbas Passarinho chegou para o Dr. Ferri e disse assim:

Oh Ferri, você faz ou não faz o curso de Turismo na USP?

Ele respondeu assim:

É a Célia que está inventando esse negócio de Turismo.

Aí, eu chamei o Valter de Oliveira que estava lá e ia fazer parte da mesa também. Chamei o Mário Beni, que ministrava no curso de Relações Públicas e Propaganda [da ECA] a disciplina de Turismo e Desenvolvimento. Juntou-se o Prof. Modesto Farina; o Prof. Cândido Teobaldo de Souza Andrade, ambos do departamento de Relações Públicas e Propaganda [da ECA]. Ali, nós cinco reunidos fizemos o plano do curso.

O Jarbas Passarinho disse assim:

Vocês têm um mês para me mandar o currículo para Brasília.

Aí pronto, nós providenciamos isto nos dias seguintes, quando acabou o Congresso de Propaganda. [...]

Pois bem, aí nós fizemos o roteiro do que seria o curso. Antes de um mês, eu levei para o Jarbas Passarinho um documento rascunhado, no gabinete dele, de Ministro da Educação. Eu voltei para São Paulo com o rascunho já mais ou menos rabiscado do que eu tinha levado. Foi aí que o Ferri instituiu uma comissão para criar o curso de Turismo e criou lá na ECA o primeiro curso de Turismo em nível universitário (Entrevista gravada com a Sra. Célia Portugal Matta em 17/12/2001).

Um dos motivos para explicar as ligações entre Propaganda e Turismo, tanto no Departamento da ECA onde o curso de Turismo foi criado, quanto no Primeiro Congresso de Propaganda, onde foi discutido por Jarbas Passarinho e Antonio Guimarães Ferri, foi o sucesso do seminário de Turismo na APP. Este seminário ocorreu anteriormente ao encontro descrito acima:

Célia Portugal Matta: O Prof. Valter de Oliveira, que era diretor de atendimento da Varig, e o Venâncio, que era Guia de Turismo, me pediram na USP, onde eu era profissional de Relações Públicas e organizava os eventos na universidade, para fazer o seminário na rua 24 de Maio sobre Turismo

e Desenvolvimento na APP – Associação dos Profissionais de Propaganda. Era para vinte ou trinta pessoas discutir sobre turismo. Vieram duzentos e tantos inscritos! E foi aí que o Prof. Ferri, diretor da ECA, onde eu trabalhava, o Prof. Modesto Farina e o Prof. Mário Beni falamos: vamos fazer o curso de Turismo na USP. (Entrevista gravada com a Sra. Célia Portugal Matta em 17/12/2001. O Prof. Mário Beni foi entrevistado para esta pesquisa. Tentou-se entrevistar o Prof. Modesto Farina, mas ele está com graves problemas de saúde, impossibilitando tal contato.)

Para conseguir maiores informações sobre o encontro com Antonio Guimarães Ferri no Congresso da APP, entrevistou-se o ex-ministro Jarbas Passarinho:

Pergunta: Eu sou pesquisador da área de História da Educação da PUC de São Paulo. Estou pesquisando o surgimento dos cursos superiores de Turismo. São cursos inéditos criados na década de 1970. Conversando com a Sra. Célia Portugal Matta, que trabalhou durante décadas na USP, onde surge o primeiro curso universitário, ela disse que o curso foi criado a partir de uma conversa do senhor com o Prof. Antonio Guimarães Ferri.  
Jarbas Passarinho: Exatamente.

Pergunta: O senhor se recorda? [...]

Jarbas Passarinho: [...] Eu me lembro bem da conversa com o Ferri, quanto a isto não há dúvida nenhuma.

Pergunta: Ela me disse que foi o pontapé inicial.

Jarbas Passarinho: É, exatamente. [...]

Pergunta: Eu peço desculpas em incomodá-lo nesta época de Natal para perguntar uma coisa tão restrita, mas como isto não está na documentação escrita, foi a partir do depoimento da Sra. Célia Portugal Matta, achei melhor confirmar com o senhor, pois depois eu escrevo alguma coisa que não é verdadeira...

Jarbas Passarinho: Isto aí está certo. [...]

Pergunta: No caso do curso de Turismo, como não existia em nenhuma outra parte do mundo, eu fiquei pensando: existia alguma determinação a partir da experiência que o senhor conheceu em algum outro lugar, ou o senhor solicitou ao Prof. Ferri a partir de expectativas da época?

Jarbas Passarinho: A ideia, eu aderi a ela. A ideia foi do Ferri. Ele combinou comigo, mostrou, eu estava entusiasmado em qualquer tipo de ideia nova que pudesse ter resultado acadêmico. Lembro-me bem que foi esse o início realmente. [...]

Pergunta: Eu comecei levantando a documentação...

Jarbas Passarinho: O senhor queria a minha comprovação, não é?  
Macioniro Celeste Filho: É, para não escrever alguma coisa inverossímil.  
Jarbas Passarinho: Pois não, professor.  
Macioniro Celeste Filho: Ok, então...  
Jarbas Passarinho: Muito obrigado. Muita alegria de vê-lo também.  
Macioniro Celeste Filho: Muito obrigado. Feliz Natal! (Entrevista gravada com o ex-ministro Jarbas Passarinho em 19/12/2001)

Esta parte da história não está registrada na documentação oficial arquivada na reitoria da USP. Mesmo assim, consta oficialmente que o processo de criação do curso de Turismo da USP se iniciou com uma interferência externa à universidade.

Em 1971, o Conselho de Turismo da influente Confederação Nacional do Comércio organizou um grupo de trabalho para examinar o ponto de vista da Confederação sobre o ensino de turismo em nível universitário. Este grupo foi presidido por Corinto de Arruda Falcão, tendo como relator Celso Kelly, conselheiro do CFE que havia estabelecido em 1969 o currículo mínimo de cursos secundários de Turismo. Este conselheiro foi também quem apresentou, em 1971, no CFE a proposta original do currículo mínimo para cursos superiores de Turismo (Parecer 35/71), embora sua proposta tenha sido alterada. Em 27/09/71, Corinto de Arruda Falcão envia carta ao reitor da USP, Miguel Reale, sugerindo a criação do curso superior de Turismo naquela universidade:

Tendo o Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura homologado o douto parecer (par. 35/71) sobre a matéria, já é possível cogitar-se da organização do Curso Superior de Turismo nas Universidades do País. Assim, rogamos a Vossa Magnificência, considerando a importância do assunto para o desenvolvimento da economia nacional, que haja por bem determinar seja considerada a oportunidade de diversificar as atividades dessa prestigiosa Universidade, instalando o Curso Superior de Turismo, cuja repercussão será, indiscutivelmente, a mais favorável no seio da comunidade dessa progressista unidade da Federação. (Processo n. 24.808/71, p. 1. Pela importância histórica deste documento, encontra-se cópia dele no Anexo I, ao final deste livro.)

Os temas abordados por Maria das Graças Ribeiro em sua tese de doutorado podem contextualizar melhor esta carta enviada à USP. Maria das

Graças Ribeiro, ao analisar a diversificação das instituições no ensino superior, privilegia a segunda metade dos anos oitenta e a década de 1990. No entanto, a autora busca as raízes históricas de seu objeto nas décadas anteriores. A autora trata como em meados da década de 1970 existe um discurso favorável à quebra do modelo unitário de universidade e a proposta de complementação a este modelo com cursos de curta duração. Os argumentos utilizados privilegiavam a discussão sobre os custos do modelo universitário vigente então. Como exemplo de uma argumentação menos presente no debate, a autora analisou a proposta de diversificação do modelo universitário de Machado de Souza, que, em 1974, “sugeriu a diversificação da educação superior, observando que a diversificação nas atividades econômicas já vinha ocorrendo em todo o mundo, em razão do rápido desenvolvimento das ‘técnicas de produção e serviços’.” (Ribeiro, 2000, p. 103) A abordagem desta autora sobre a unidade do modelo universitário pode elucidar a função, nos anos 1960 e década de 1970, da Escola de Comunicações e Artes dentro da principal universidade brasileira. A ECA talvez tenha sido um meio de incorporar novas áreas técnicas com propósito de formação profissional altamente qualificada dentro da própria USP e ainda preservar o modelo universitário unitário.

Nos autores tratados por Maria das Graças Ribeiro, os que propõem a diversificação do modelo universitário contam com a complementação na oferta de cursos superiores pela iniciativa privada. A autora cita como exemplo desta postura o mesmo Machado de Souza, que em discurso de 1979 “observava que havia forte pressão sobre o ensino superior, colocando-se a necessidade de sua expansão, para o que, segundo ele, o setor privado teria que ser levado em consideração” (Ribeiro, 2000, p. 104). Correndo o risco de se cometer um certo anacronismo, é possível cogitar que a Escola de Comunicação e Artes da USP tenha sido um meio de incorporar à universidade experiências de diversificação do ensino superior que estavam sendo levadas adiante por faculdades privadas. A criação do curso de Turismo da USP é posterior à sua criação como curso superior em faculdades privadas isoladas, como foi visto em capítulo anterior. O curso superior de Turismo na USP segue o caminho de outros cursos da ECA, como Jornalismo, por exemplo. Estas novas áreas acadêmicas foram criadas anteriormente fora da universidade e em seguida incorporadas por ela. Talvez, na tentativa de preservar o modelo unitário de

universidade e de mostrá-la aberta à diversificação das atividades econômicas das décadas de 1960 e 1970. Não há dados empíricos que sustentem esta abordagem. É possível que permaneça apenas como hipótese de análise de acontecimentos talvez muito mais prosaicos de movimentação docente por espaço acadêmico, como tratou Ivor Goodson (1990) em texto clássico. No entanto, esta hipótese deve ser considerada quando da análise de documentos encontrados no processo de criação do curso de Turismo na USP.

Maria das Graças Ribeiro colocou como subtítulo de sua tese: *o problema da diversificação das instituições*. Este termo, diversificar, já aparece na carta da Confederação Nacional do Comércio citada acima. Encarar a criação de novas carreiras universitárias como resposta à diversificação das necessidades do mercado de trabalho é fenômeno que se constata na USP desde o início da década de 1970. A proposta de criação do curso superior de Turismo na USP é justificada como oportunidade de diversificar as atividades dessa prestigiosa Universidade. A diversificação das atividades acadêmicas da USP é apresentada como necessária considerando a importância do assunto para o desenvolvimento da economia nacional.

A Confederação Nacional do Comércio tinha sua sede na cidade do Rio de Janeiro, principal polo turístico do Brasil. As atividades educacionais de Celso Kelly também se concentravam naquela cidade. Não se conhece se solicitação análoga à destinada à USP foi encaminhada à Universidade Federal do Rio de Janeiro, mas esta, ao reitor da USP, prosperou.

Em 06/10/71, a reitoria encaminha a carta da Confederação Nacional do Comércio a Antonio Guimarães Ferri, diretor da ECA, que por sua vez, solicita o pronunciamento do departamento de Relações Públicas e Propaganda. Em 13/04/1972, Antonio Guimarães Ferri envia ao reitor a carta de proposta do curso com seu respectivo currículo. Os diversos currículos elaborados pela ECA serão apresentados posteriormente:

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Magnificência a fim de solicitar suas dignas providências, junto ao Colendo Conselho Universitário, para a criação do Curso Superior de Turismo nesta Escola, conforme estrutura curricular anexa, em atenção à solicitação do Senhor Presidente do Conselho de Turismo [da Confederação Nacional do Comércio], constante de fls. 2 do processo RUSP- Nº 24.808/71, anexo ao presente.

Permito-me esclarecer a Vossa Magnificência que a criação do curso e a respectiva estrutura curricular já foram apreciadas pelo Conselho Interdepartamental, em reunião de 6 do corrente mês.

Outrossim, informo que a criação deste novo curso, para instalação, caso aprovada pelo Colendo Conselho Universitário, está prevista para o 2º semestre letivo de 1972 e funcionará em período noturno e, quanto às despesas para o custeio do mesmo, a Direção desta escola solicitará convênios com as Secretarias de Turismo do Estado e Município (Processo 24.808/71, p. 4).

A proposta da ECA é encaminhada em 24/04/72 ao Conselho Técnico-Administrativo (CTA). O CTA, em 02/05/72, objeta que começar um curso no meio do ano implicaria gastos com um novo vestibular. É necessário registrar que o vestibular unificado classificatório da USP é então criação recente, de julho de 1971. O CTA recomenda que esta proposta seja analisada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade (CEPE) através de sua Câmara de Graduação.

Os Estatutos da USP são de dezembro de 1969; o Regimento Geral foi criado em 1972. Provavelmente, o curso de Turismo tenha sido a primeira proposta de um curso novo a tramitar pela recém-inaugurada estrutura burocrática de poder da universidade. O Regimento Geral estabelece que um dos órgãos de maior poder de decisão na USP seja o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade (CEPE). O CEPE se divide em quatro câmaras: Câmara de Graduação (CG); Câmara de Pós-Graduação (CPG); Câmara de Pesquisa (CP); Câmara de Extensão de Serviços à Comunidade (CESC). Segundo o artigo 32 do Regimento Geral, cabia ao CEPE propor ao Conselho Universitário a criação e a organização de novos cursos.

Em julho de 1972, o Conselheiro Roque Spencer Maciel de Barros, escolhido pela Câmara de Graduação para relatar o processo da criação do curso de Turismo, devolve este processo à ECA alegando que ela havia desistido de um novo vestibular específico. Portanto, a ECA deveria encaminhar novamente este processo para inclusão deste novo curso para o ano de 1973. “O assunto deverá figurar na estrutura curricular da escola para 1973, quando então será certamente examinado pela Câmara [de Graduação].” (Processo 24.808/71, verso da p. 11)

A ECA toma conhecimento de que o processo encaminhado à reitoria fora refutado e reinicia os procedimentos para criação do curso de Turismo, gerando novo processo, de n. 33.039/72. Deve-se destacar uma mudança importante para o bom desempenho burocrático deste novo processo: Antonio Guimarães Ferri deixa a diretoria da ECA e ocupa o cargo de Coordenador da Câmara de Graduação do CEPE. Os ofícios em nome da ECA são assinados agora pelo seu novo diretor, o Prof. Manuel Nunes Dias, e encaminhados na Câmara de Graduação do CEPE à reitoria pelo seu novo coordenador, Antonio Guimarães Ferri. As aulas do curso de Turismo iniciaram-se efetivamente na ECA em agosto de 1973 como currículo opcional aos alunos do curso de Comunicação. Em 18/10/73, Antonio Guimarães Ferri, coordenador da Câmara de Graduação, propõe ao reitor Miguel Reale que este novo curso seja examinado pelo Conselho Universitário:

Preceitua o artigo 23, inciso II, do Estatuto da Universidade de São Paulo, que ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade [CEPE] compete organizar os currículos globais de formação profissional, fixando o elenco das disciplinas obrigatórias e optativas, ouvidas as Congregações interessadas, atribuição que foi delegada, até o momento, à Câmara de Graduação, conforme Portarias e Resoluções publicadas no Diário Oficial do Estado.

Com base nessa orientação, a Câmara de Graduação tem aprovado as estruturas curriculares das Unidades Universitárias, após a audiência das respectivas Congregações.<sup>11</sup> Dentre as estruturas aprovadas no ano anterior, refere-se uma delas a novo curso, o de Turismo, a cargo da Escola de Comunicações e Artes.

Ora, tendo em vista o mandamento do artigo 23, inciso I, do Estatuto; considerando outrossim, a competência delegada à Câmara de Graduação, de cujas atividades tem o CEPE tomado ciência; considerando, finalmente, a necessidade da regularização do Curso antes mencionado, possibilitando o seu oportuno reconhecimento pelo Egrégio Conselho Estadual de Educação permito-me propor a Vossa Magnificência seja solicitada ao Colendo Conselho Universitário, nos termos do artigo 20, inciso XII, do Regimento Geral da USP, sua indispensável autorização no tocante à criação e organização do citado Curso.

Prevaleço-me do ensino para renovar a Vossa Magnificência os protestos

---

<sup>11</sup> É necessário ressaltar que a ECA ainda não tinha Congregação, formada somente em 1975.

de minha alta consideração (Processo 33.039/72, p. 195-196).

O processo foi encaminhado ao Conselho Universitário. Em 07/12/73 o conselheiro Nestor Goulart Reis Filho da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP) solicitou vistas ao processo. Como este foi o único conselheiro que interferiu diretamente no andamento do processo no Conselho Universitário, foi de grande importância entrevistá-lo:

Pergunta: Quando peguei a documentação da universidade, a única coisa que sai de um processo administrativo normal, é quando o ex-diretor da ECA, que era o Antonio Guimarães Ferri, pede para que o processo de reconhecimento do curso de Turismo seja averiguado pelo Conselho Universitário; estava tudo mais ou menos coerente – o curso começou a ser ministrado no segundo semestre de 1973 – aí, em 7 de dezembro de 1973, o senhor pede vistas ao processo. Isso ficou um buraco na minha pesquisa. É melhor falar com o senhor para saber o que ocorreu.

Nestor Goulart Reis Filho: Eu estava tentando entender como seria montado na universidade e com quais objetivos, algo com interfaces com vários setores. Porque algumas áreas como esta, elas terminam por envolver não só a área de economia, de administração, área de cultura. Enfim, eu estava tentando entender como é que se montaria um curso de Turismo. Não seria obviamente viajando. Então, qual seria a prática? Quais seriam os fundamentos do curso? Na ocasião, para mim, isto ainda estava nebuloso. Eu queria entender como é que a universidade iria montar isto. Só por isto é que eu pedi vistas para poder entender. Depois eu devolvi o processo. Inclusive, que eu me lembre, conversei com o Mário Beni.

Pergunta: Eu vi. Depois de onze meses, em novembro de 1974, o senhor devolve, dizendo que havia conversado com o Mário Beni, mas também diz que os esclarecimentos que o senhor pediu não foram atendidos.

Nestor Goulart Reis Filho: Não foi o único caso. A universidade tem que fazer ajustes face às dificuldades da sociedade. Respondendo às dificuldades que ocorrem em todos os âmbitos sociais. Havia dúvidas sobre este e outros casos no Conselho que se deviam à preocupação de se pensar duas vezes sobre o modo de fazê-lo. Em primeiro lugar, uma dúvida: por que na Escola de Comunicação e Artes e não na Administração? Por que não na Geografia e História? Estava-se com dúvidas deste tipo. Por outro lado, ainda estava se começando a se organizar setores interdisciplinares. A reforma universitária era recente: 1969, aplicada a partir de 1970. Com

a reforma, por um lado, as unidades foram divididas em departamentos e que não podiam se repetir. Todos os departamentos de economia foram reunidos na Faculdade de Ciências Econômicas [atual FEA], e assim por diante. Então, por um lado houve esse enrijecimento. Por outro lado, começou a haver uma liberdade de remanejamento dos currículos. Então, era possível rapidamente atender as mudanças objetivas. E ainda não era muito claro como isto ia funcionar na nova estrutura.

Pergunta: O regimento da USP é de 1972...

Nestor Goulart Reis Filho: 1972, então, um curso, uma área muito vaga como Turismo... A pergunta que se tinha necessariamente era onde? Por que na ECA? Turismo é uma forma de comunicação? Na verdade não era bem isso, mas ia envolver partes de Relações Públicas, parte de Administração. Era difícil entender inclusive o papel que o curso teria dentro da ECA, mas a ECA absorveu muita coisa que ainda não estava clara. Eu acho que isto ainda não é muito claro dentro da USP. Entretanto, o que aconteceu e está acontecendo é que ao longo da segunda metade do século XX, até agora pelo menos, o turismo foi se caracterizando como o setor de maior movimentação comercial entre todos os setores econômicos, até mais que o petróleo. Envolvendo quantias gigantescas em escala mundial. Com uma composição extremamente complexa que envolve uma fatia de transporte aéreo, transporte terrestre, hotelaria, câmbio, uma quantidade enorme de setores. Isso necessariamente levou à preocupação de formas adequadas, especializadas, para respostas de um setor econômico que é importante. Que naquela época, no Brasil, era muito frágil. Se eu bem me lembro, não existia a Embratur ou ela estava sendo criada.

Então, o que eu estava querendo entender era o modo pelo qual a universidade estava disposta a fazer isto. Foi ao Conselho o projeto da ECA e eu queria conversar com a pessoa que eu conheço e que estava dentro da área, para entender como isto estava sendo feito. Eu acho que não se pode votar no Conselho Universitário alteração dos cursos da universidade sem se entender como funciona a novidade.

Pergunta: O senhor foi o único a pedir vistas...

Nestor Goulart Reis Filho: Pois é, eu sempre fui meio teimoso com estas coisas no Conselho. Com a primeira fundação da USP, que foi a da Engenharia Eletrônica, na Poli, o reitor era o Prof. Miguel Reale. Ele formulou juridicamente a novidade. Se você for procurar na pasta, vai ver que eu insisti que deveria ter uma só, para a USP toda, como hoje é a FUSP. Porque dentro de trinta anos nós teríamos pelo menos quarenta fundações na universidade, e é o que está acontecendo. Porque com a sua disparidade

e a falta de uma política geral, estamos vendo uma série de ações por parte de vários setores da universidade contra esta situação. Porque não era claro para mim o modo pelo qual este problema ia ser resolvido.

Eu não podia votar contra, não acho correto, e impedir as pessoas de introduzirem inovações, mas ao apoiar as inovações, eu quero discutir o modo pelo qual elas são introduzidas. É para ganhar em flexibilidade do lado do ensino e permitir um ajuste rápido diante da prática, que é o que acontece. O Turismo ainda é um setor caixa preta. Do ponto de vista de formação técnica, é um setor caixa preta. Eu tinha em vista, por exemplo, o procedimento usado pelos anglo-saxônicos na área de biblioteconomia, e outras. Em que não existe o curso de biblioteconomia na graduação. Ele existe na pós-graduação como uma qualificação do profissional da área. Não se pode supor que a bibliotecária seja competente na área de arquitetura. Supõe-se que o bibliotecário seja formado em arquitetura e depois faça um ano de biblioteconomia porque é uma técnica, como é o jornalismo científico ou o jornalismo especializado no setor cultural. Evita-se esta bobagem que só os jornalistas podem escrever em jornal. A ideia é que o indivíduo faça um curso para desenvolver sua prática em cima de um campo de conhecimento. Pelo menos, esta alternativa deveria existir. Pensei que na área de Turismo, o Turismo em si pudesse ser um curso de pós-graduação ou de especialização para indivíduos formados em outras áreas. Porque isto ainda é uma caixa preta. Ou nós podemos pensar em duas maneiras de se formar as pessoas.

Uma área complexa sempre propõe estas questões para a gente. Por isso eu pedi vistas. Eu não sabia bem. Depois eu vi o Mário Beni, daí eu me convenci que eles da área estavam achando que era por aí, eu não quis atrapalhar. Não é porque eu tenho dúvidas que os outros não vão trabalhar. Quem começa a fazer, que façam. É muito mais fácil resolver as dúvidas que eu levantei. Não fazendo, certamente elas não vão ser resolvidas nunca. Eu sou um profissional de área aplicada. (Sugiro usar apenas essa parte da citação... para não ficar tão longa.. e dar ênfase ao que é dito aqui para o objetivo da obra.... um comentário e o parágrafo a seguir...)

Turismo, que não é uma forma de comunicação, certamente não é, mas, afinal, se arquitetura está na área de ciências humanas... Nós, arquitetos, não podemos reclamar deles. Com todo o meu encanto pelas ciências humanas! Mas isto sou eu, não é a arquitetura. Meus colegas têm que sentar todos os dias em frente das pranchetas e fazer projetos. Por isto é que se chama área aplicada. É como dentista, se ele parar de cuidar de nossos dentes para discutir teoria, nós vamos ter dor de dentes. Não dá

para separar uma área de aplicação da sua prática (Entrevista gravada com o Prof. Nestor Goulart dos Reis Filho em 30/10/01).

Em 07/11/1974, Nestor Goulart Reis Filho devolve o processo:

Magnífico Reitor

Nosso objetivo, ao pedir vistas do presente processo, foi e continua sendo, opinar sobre a organização do Curso de Turismo.

Todavia, em contato com o Prof. Beni, da ECA, tomamos conhecimento da existência de informações adicionais, que aquele professor ficou de nos fornecer, para melhor fundamentação de nosso parecer.

Considerando o tempo decorrido, sem que fosse possível providenciar tais informações, julgamos conveniente devolver o processo a essa Reitoria, para não dificultar sua tramitação, na parte referente a outros cursos (Processo 33.039/72, p. 198).

É consenso na Escola de Comunicações e Artes, confirmado pelos principais entrevistados desta pesquisa, que o responsável pela estrutura do curso de Turismo da USP é o Prof. Mário Carlos Beni. Este professor é o responsável pela elaboração das propostas curriculares do curso da ECA que serão apresentadas posteriormente.

Mário Beni iniciou sua vida acadêmica na Escola de Comunicações e Artes em 1970 como Auxiliar de Ensino Voluntário no departamento de Relações Públicas e Propaganda. Em abril de 1971, Mário Beni foi aprovado no concurso que este departamento realizou para o preenchimento de vaga da disciplina recém-criada de Turismo e Desenvolvimento. A partir de 1972, além de lecionar na ECA, o professor ministra as disciplinas de Teoria e Técnica de Turismo e também Planejamento e Organização do Turismo nas faculdades Morumbi e Ibero-Americana. Em 1972, Mário Beni é designado pelo diretor da ECA, Manuel Nunes Dias, para elaborar o plano curricular do curso de Turismo da USP. Para tanto, o professor afirma em seu memorial ter consultado alguns centros de estudos no exterior, notadamente o Centro des Hautes Études de Tourisme da Universidade de Aix-en-Provence, sob a orientação do Prof. René Baretje.

Solicitou-se, em entrevista, ao Prof. Mário Beni que relatasse o surgimento do curso:

Mário Beni: Na época tivemos bastante resistência por parte do Conselho Universitário e da própria ECA, que não imaginava a necessidade de se desenvolver um curso de Turismo. Depois houve o interesse de outras unidades da USP, sabendo que a Escola de Comunicações pensava em desenvolver o curso de Turismo. A FAU [Faculdade de Arquitetura e Urbanismo] se interessou; a própria FEA [Faculdade de Economia e Administração] se interessou; a área de Geografia da Faculdade de Filosofia também teve interesse, mas nós tivemos a habilidade. Eu pessoalmente coordenando um grupo envolvendo professores de todas estas áreas. Trouxemos para coordenador do curso o Prof. Antonio Rocha Penteadó, que era titular do departamento de Geografia. Isto nos deu muita força. Trouxemos o Prof. José Ferreira Carrato do departamento de História. Da Economia, eu convidei o Prof. Wilson Rabahy, que veio da FEA e hoje é titular da ECA. Quer dizer, para cada disciplina do curso de Turismo, nós trouxemos um professor titular de outras unidades da universidade. [...] O que eu fiz? Isto é importantíssimo você colocar. Como eu não tinha quadros docentes no início, Turismo foi o primeiro curso na própria USP que trabalhou a interdisciplinaridade com diferentes unidades. O curso de Turismo, que tem uma grande necessidade de interdisciplinaridade, nasceu e só poderia nascer numa universidade como a de São Paulo. [...]

Pergunta: Não deve ter sido fácil. A reforma universitária era recente. A resistência deve ter sido grande...

Mário Beni: Era uma resistência curiosa. Não era direta. Nunca, em nenhum momento a resistência foi assim no sentido aberto, de críticas ou de qualquer coisa, isto nunca houve. Havia ações que solapavam as iniciativas do curso etc. É nesse sentido que a coisa acontecia, mas nunca diretamente. [...]

Pergunta: A aprovação em 1975 no Conselho Universitário deve ter sido calorosa, pois o regimento da USP era recente quando este curso foi criado; era de 1972.

Mário Beni: E pegou uma fase em que a própria ECA era contestada enquanto unidade isolada. A própria ECA tinha dificuldades. Não é tão diferente. Hoje ainda, apesar de ser uma escola consolidada, com mais de trinta cursos, ela ainda tem dificuldades. O pessoal da área clássica, científica, questiona a área de Comunicação, a área de Turismo. Foi um longo caminho até hoje o Turismo chegar a ser um dos cursos mais solicitados da USP (Entrevista gravada com o Prof. Mário Carlos Beni em 17/10/2001).

O processo de criação do curso de Turismo é incluído novamente na

pauta de reunião do Conselho Universitário em 22/12/1975. Em 29/12/75, o Conselho Universitário da USP se reúne para deliberar, entre outros temas, sobre o curso de Turismo. Este é o último processo a ser aprovado nesta reunião, no antepenúltimo dia do ano:

Em discussão o Processo 33.039/72, de interesse da Escola de Comunicação e Artes, que trata da criação e organização do Curso de Turismo na ECA, face à decisão do CEPE. Amplamente discutida a matéria, o Conselho aprova a criação e organização do citado Curso, por 41 (quarenta e um) votos contra 10 (dez), havendo 7 (sete) em branco. Decide o Conselho que nenhum Curso mais terá início na USP, sem que haja autorização prévia deste Colegiado, evitando-se, destarte, fatos consumados, caso deste Processo (Ata da 682ª Sessão do Conselho Universitário da USP, 29/12/1975, p. 12).

Os votos contrários à aprovação do curso não foram registrados nominalmente, impossibilitando saber-se quais conselheiros votaram contra. Cabe destacar que a maioria do colegiado não aprovou a forma como este curso iniciou seu funcionamento sem a autorização do Conselho Universitário. Deve-se a isto o adendo final da ata desta reunião afirmando que eles estavam ratificando um fato consumado e que isto doravante não deveria se repetir.

O reconhecimento do curso de Turismo da USP é solicitado em 27/12/77 ao Conselho Estadual de Educação pelo diretor da ECA que substituiu o Prof. Manuel Nunes Dias: o ex-coordenador da Câmara de Graduação do CEPE, Prof. Antonio Guimarães Ferri. O curso é aprovado pelo Conselho Estadual de Educação com o parecer CEE 578/78 e reconhecido pelo Decreto 82.244 de 11/09/78, publicado no *Diário Oficial da União* no dia seguinte.

# O CORPO DOCENTE DOS PRIMEIROS CURSOS DE TURISMO

Em junho de 1968, na sua Indicação 14/68, três meses antes da publicação oficial da reforma universitária, o Conselho Federal de Educação manifesta sua preocupação com a autorização de ensino a professores de novas áreas acadêmicas. O CFE atesta sua dificuldade em autorizar professores autodidatas para estas carreiras novas. Mesmo assim, admite que será impossível evitar um certo grau de improvisação no magistério superior:

Contudo, a experiência do Conselho tem demonstrado as dificuldades, por vezes intransponíveis, na rigorosa aplicação da norma, nas condições atuais de expansão do ensino superior brasileiro. Com efeito, esta expansão se tem caracterizado não apenas pelo aumento da população estudantil, pela multiplicação de escolas, mas também pela extrema diversificação dos cursos, consequência natural de um mercado de trabalho que se diferencia cada vez mais com o processo de desenvolvimento. [...]

Assim sendo, torna-se realmente impossível, em certos casos, a indicação de docentes qualificados que preencham a condição essencial imposta pela Portaria 6. Ocorre, no presente, situação semelhante à que se verificou há três decênios quando se iniciou o movimento de implantação das Faculdades de Filosofia. Tivemos, então, de recorrer a especialistas autodidatas e muitos foram os professores de Sociologia, História, Psicologia, Geografia, Educação, etc., que não eram diplomados nas respectivas especialidades e nem mesmo estudaram, em seus cursos de graduação, a disciplina que passaram a lecionar. Atualmente, são novos cursos técnico-profissionais que surgem e, em consequência, incorporam-se ao ensino superior áreas de conhecimento até então inexploradas, e para as quais não dispomos ainda de professores diplomados em cursos de graduação especializados.

Nestas condições, haverá casos em que não teremos outra alternativa senão aceitar a indicação de estudiosos do assunto, diplomados em cursos

de graduação onde não figura a disciplina a ser lecionada, de preferência cursos de áreas afins, e que demonstrem sua capacidade por meio de outros tipos de cursos idôneos ou publicações especializadas de valor comprovado. Diante desses fatos, impõe-se a modificação do texto legal para ajustá-lo às situações concretas. [...] Em vista dessas considerações, o art. 3º passaria a ter a seguinte redação:

[...] “Excepcionalmente, o diploma de curso superior na forma exigida por este artigo pode ser substituído por diploma de outros cursos de graduação, preferencialmente de áreas afins, e complementado por outros títulos que demonstrem a capacidade técnica do candidato na disciplina a ser lecionada” (*Documenta*, n. 87, junho 1968, p. 117-119).

Esta indicação é assinada pelo seu relator, o presidente da Câmara de Ensino Superior do CFE, Newton Sucupira. Desde então, existe a possibilidade de professores graduados em áreas afins lecionarem em cursos novos como o de Turismo.

Acompanhar a formação original dos primeiros professores de Turismo pode esclarecer como intelectuais migram de suas áreas de graduação para esta nova área acadêmica. É possível saber a formação universitária dos professores dos cursos de Turismo pesquisando os processos de autorização e reconhecimento de tais cursos. Executou-se o levantamento dos professores da Faculdade de Turismo do Morumbi, do curso de Turismo da Faculdade Ibero-Americana e do curso de Turismo da ECA-USP. A listagem detalhada com os nomes de cada professor, sua formação e a disciplina indicada a lecionar está em anexo, no final deste trabalho. Apresenta-se aqui apenas o resumo tabulado da formação de graduação destes docentes. Os professores que não possuem a graduação declarada informaram o número do parecer do CFE que os habilitaram a lecionar. Alguns professores eram graduados em mais de um curso. Os professores indicados para lecionar na Faculdade de Turismo do Morumbi e na Ibero-Americana necessitavam autorização do Conselho Federal de Educação. No curso da ECA-USP, os professores foram autorizados a lecionar pela universidade e pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

Faculdade de Turismo do Morumbi (*Documenta*, n. 135, fev. 1972, p. 27-31 e 228-229):

Foram indicados vinte e cinco professores para compor o corpo docente; destes, seis professores não tiveram sua formação de graduação informada.

A formação comprovada de graduação dos professores é a seguinte:

- Economia - 4
- Engenharia - 4
- História - 4
- Direito - 3
- Arquitetura - 2
- Geografia - 2
- Ciências Sociais - 1
- Educação Física - 1
- Jornalismo - 1
- Pedagogia - 1
- Relações Públicas - 1
- Graduação não informada - 6

Destes professores, além da Faculdade de Turismo do Morumbi, três lecionam simultaneamente na USP; sendo que apenas um também leciona no curso de Turismo da ECA. Dois professores lecionam na Universidade Mackenzie e dois outros na Fundação Getúlio Vargas.

A Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas teve o curso de Letras e o curso de História autorizados anteriormente ao curso de Turismo (*Documenta*, n 134, jan. 1972, p. 95-96). O CFE reconhece que os professores autorizados para estes cursos poderão lecionar algumas disciplinas do curso de Turismo, portanto, o elenco de professores apresentado é bem menor do que o da Faculdade de Turismo do Morumbi. Foram indicados oito professores para compor o corpo docente do curso de Turismo; destes, dois não tiveram sua formação de graduação informada.

A formação comprovada da graduação dos professores é a seguinte:

- Letras - 3
- Geografia - 1
- História - 1
- Jornalismo - 1
- Graduação não informada - 2

Destes professores, além da Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas, um leciona simultaneamente na USP; um na Universidade Mackenzie; e um na FMU.

Professores do curso de Turismo da Escola de Comunicações e Artes da USP (Processo 02/78 do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, Vol. III, pp. 549-553)<sup>12</sup>, foram apresentados quinze professores, alguns com mais de uma graduação:

A formação dos professores é a seguinte:

- Comunicação pela ECA-USP - 4
- Cursando mestrado em Comunicação na ECA-USP - 4
- Economia - 4
- Direito - 3
- Ciências Sociais - 1
- Engenharia - 1
- Geografia - 1
- Jornalismo - 1
- Letras - 1
- Graduado em Turismo - 1

No processo de reconhecimento do curso de Turismo da ECA-USP não constam quais professores lecionam em outras faculdades.

Ao todo, nos três primeiros cursos de Turismo de São Paulo, a formação comprovada de graduação dos professores é a seguinte:

- Economia - 8
- Direito - 5
- Engenharia - 5
- História - 5
- Comunicação pela ECA-USP - 4
- Geografia - 4
- Letras - 4
- Jornalismo - 3
- Arquitetura - 2

---

<sup>12</sup> Processo 02/78 do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, Vol. III, pp. 549-553. Trata-se do processo de reconhecimento do curso de Turismo da ECA-USP. Devido à autonomia universitária, a USP não necessitava pedir ao Conselho Estadual de Educação autorização para funcionamento de seus cursos, precisava apenas do reconhecimento dos mesmos. Assim sendo, não foi possível levantar o corpo docente inicial do curso da ECA, somente o corpo docente quando de seu processo de reconhecimento em 1978. Entretanto, esta informação é por demais relevante e será usada neste levantamento.

- Ciências Sociais - 2
- Educação Física - 1
- Pedagogia - 1
- Graduado em Turismo - 1
- Graduação não informada - 8

No caso da ECA-USP, constata-se que, além de quatro professores graduados em Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes, outros quatro cursavam pós-graduação em Comunicação na ECA. Isto demonstra uma preocupação ausente nas faculdades isoladas que ministravam o curso de Turismo: a proposta de formar na Escola de Comunicação e Artes os professores que lecionariam em seus próprios cursos. Na década de 1970, a pós-graduação em Comunicação na ECA constituía referência importante para os professores do curso de Turismo daquela faculdade.

O processo de reconhecimento do curso da ECA é de 1978. Neste ano, um dos professores do curso da USP é formado em Turismo pela Faculdade Morumbi; único entre o corpo docente das três faculdades pesquisadas. Fato impossível para as duas primeiras faculdades a criar o curso de Turismo, isto é, a Morumbi e a Ibero-Americana. Não foi feito o levantamento de quantos ex-alunos tornaram-se professores nos cursos de Turismo da Faculdade Morumbi, na Ibero-Americana ou na ECA-USP.

A década de 1970 foi marcada pela visão de que o planejamento era condição indispensável para o desenvolvimento do país. Uma das áreas acadêmicas a ganhar destaque nesta proposta de planejar o desenvolvimento foi a Economia. Não é coincidência que esta área seja também privilegiada no corpo docente dos cursos de Turismo. Dos quarenta e oito professores pesquisados, oito não tiveram sua formação de graduação apresentada. Alguns professores informaram mais de uma graduação. Como pode ser visto na última tabela acima apresentada, dos quarenta professores com graduação comprovada, oito eram graduados em Economia. Isto representa um quinto dos professores que informaram sua graduação. Direito e Engenharia, cursos tradicionais na universidade, constituem juntas a formação de um quarto do corpo docente dos professores com graduação comprovada. Os demais professores são das diversas áreas que tem como interlocutor as Ciências Humanas; exceção feita ao graduado em Educação Física.

Em entrevista abordada em capítulo anterior, Mário Beni cita dois professores que vieram da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e que tiveram papel de destaque no quadro docente do curso da ECA. Trata-se do geógrafo Antonio Rocha Penteadó e do historiador José Ferreira Carrato, este último, chefe de departamento de Relações Públicas e Propaganda nos primórdios do curso de Turismo. Eles não constam da relação oficial de professores, pois eram aposentados pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e lecionavam na ECA como professores visitantes. Embora tivessem destaque no quadro docente, esta posição de professor visitante trazia desvantagens.

Manuel Nunes Dias, em depoimento sobre seu papel como diretor da ECA, relata um episódio que retrata nitidamente a situação de um professor visitante. Isto ocorreu quando o Prof. José Ferreira Carrato, chefe de departamento, numa reunião da recém-criada congregação da ECA em 1975, se indispôs com o Prof. Manuel Nunes Dias:

Manuel Nunes Dias: Uma das minhas satisfações é que eu deixei a ECA com congregação. Um dos membros da congregação, que eu respeitei sempre como um grande cientista, quando eu comecei a perceber que ele estava tumultuando, eu disse:

– Senhor professor, vamos tomar um cafezinho. Está suspensa a sessão por quinze minutos, vamos tomar um cafezinho.

Ele respondeu:

– Eu não vou sair daqui.

– Bem, professor, se o senhor não vai sair... Meus senhores, eu lamento muito, mas tudo aprovado nesta sessão, os atos administrativos são nulos, anuláveis ou inexistentes. Os aprovados nesta sessão são inexistentes.

– Por que inexistentes?

– O senhor não pode ser membro da congregação, o senhor não pode nem ser chefe de departamento.

Porque o professor se aposentou na Filosofia e passou para a ECA, quando a ECA foi criada, como chefe de departamento. Quando eu criei a congregação, ele continuava como professor visitante. Professor visitante não pode ser membro da congregação.

Eu pensei que ele ia ter um enfarto. Ele ficou cinza. A coisa mudou, acabou tudo. Num saco de batata, basta ter uma batata apodrecida, as demais vão apodrecer.

Ele foi meu professor de antropologia. Por uma questão de educação, eu não ia criar problema, mas na medida que ele está me criando problema, eu tenho que me defender (Entrevista gravada com o Prof. Manuel Nunes Dias em 28/11/2001).

No Anexo II, no final deste livro, é apresentada a listagem detalhada dos nomes dos professores, sua formação e as disciplinas para as quais são indicados a lecionar nestas três faculdades.



# CURRÍCULOS DE CURSOS SUPERIORES DE TURISMO

Neste capítulo, serão apresentados os currículos dos três primeiros cursos superiores de Turismo de São Paulo em 1975. Neste ano, tanto a Faculdade de Turismo do Morumbi quanto a Faculdade Ibero-Americana concluem suas primeiras turmas de Turismo, possibilitando acompanhar seus currículos de maneira completa. Ainda em 1975, o Conselho Universitário da USP aprova o curso da ECA e a universidade edita seu primeiro *Esboço do catálogo geral dos cursos de graduação* com seus respectivos currículos.

## *Primeiro currículo da Faculdade de Turismo do Morumbi<sup>13</sup>:*

<b>1º semestre:</b>	<b>Carga horária:</b>
Geografia Geral I	64
História do Brasil I	32
História da Cultura I	32
Sociologia I	32
Psicologia I (Aplicada)	32
Matemática	32
Teoria e Técnica do Turismo I	64
Educação Física (Práticas Desportivas)	32

<b>2º semestre:</b>	<b>Carga horária:</b>
Geografia Geral II	64
História do Brasil II	32
História da Cultura II	32

<sup>13</sup> -Pesquisa junto à Gerência de Comunicação da Universidade Anhembi Morumbi.

Sociologia II	32
Psicologia II (Social)	32
Estatística	32
Teoria e Técnica do Turismo II	64
Educação Física (Práticas Desportivas)	32

<b>3º semestre:</b>	<b>Carga horária:</b>
Geografia do Brasil I	32
Cultura Brasileira I	32
Economia I	32
Administração I (Teoria Geral da Administração)	32
Métodos e Técnicas de Pesquisa I	32
Estatística	32
Teoria e Técnica do Turismo III	128
Comunicação I	32
Educação Física (Práticas Desportivas)	32

<b>4º semestre:</b>	<b>Carga horária:</b>
Geografia do Brasil II	32
Cultura Brasileira II	32
Economia II (Teoria Econômica)	32
Administração II (Teoria Geral da Administração)	32
Métodos e Técnicas de Pesquisa II	32
Teoria e Técnica do Turismo IV	128
Comunicação II	32
Educação Física (Práticas Desportivas)	32

<b>5º semestre:</b>	<b>Carga horária:</b>
Planejamento e Organização do Turismo I	128
Economia III (Macro)	32
Administração I (Pessoal)	32
Contabilidade I	32
Noções de Direito I (Instituições de Direito Público)	32
Introdução às Técnicas de Comunicação I	32

Estudos Brasileiros I (Problemas Sociais Contemporâneos)	32
Educação Física (Práticas Desportivas)	32

<b>6º semestre:</b>	<b>Carga horária:</b>
Planejamento e Organização do Turismo II	128
Economia IV (Internacional)	32
Administração II (Material)	32
Contabilidade II	32
Noções de Direito II (Instituições de Direito Privado)	32
Introdução às Técnicas de Comunicação II	32
Estudos Brasileiros II (Problemas Sociais Contemporâneos)	32
Educação Física (Práticas Desportivas)	32

<b>7º semestre:</b>	<b>Carga horária:</b>
Planejamento e Organização do Turismo III	128
Administração III (Financeira)	32
Legislação I (Social)	32
Estudo dos Problemas Brasileiros I	32
Transporte I	32
Marketing I (Administração Mercadológica – Produção)	32
Técnica Publicitária I	32
Educação Física (Práticas Desportivas)	32

<b>8º semestre:</b>	<b>Carga horária:</b>
Planejamento e Organização do Turismo IV	128
Administração IV (Financeira)	32
Legislação II (Social)	32
Estudo dos Problemas Brasileiros II	32
Transportes II	64
Marketing II (Administração Mercadológica – Produção)	32
Técnica Publicitária II	32
Educação Física (Práticas Desportivas)	32
Estágio Profissional	270

*Primeiro currículo de Turismo da Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas<sup>14</sup>:*

<b>1º ano</b>	<b>Carga horária:</b>
Língua Portuguesa I	56
Língua Espanhola I	91
Língua Inglesa I	91
Teoria e Técnica do Turismo I	120
Sociologia	58
Geografia Geral	64
História da Cultura Universal	120
Educação Física	60

<b>2º ano</b>	<b>Carga horária:</b>
Língua Portuguesa II	64
Língua Espanhola II	66
Língua Inglesa II	66
Teoria e Técnica do Turismo II	96
História da Cultura Brasileira	62
História do Brasil	64
História da Cultura Universal	62
Economia Geral e da Empresa	62
Geografia do Brasil	62
Metodologia da Pesquisa	60
Teoria e Técnica da Comunicação	62
Psicologia	62
Educação Física	60

<b>3º ano</b>	<b>Carga horária:</b>
Introdução à Administração	126
Planejamento e Organização do Turismo I	126
Técnica Publicitária	64
Relações Públicas e Humanas	62

<sup>14</sup> Pesquisa junto ao Departamento de Turismo da Unibero.

Contabilidade Geral e da Empresa	64
Estatística	62
Estudo de Problemas Brasileiros	64
Noções de Direito	64
Educação Física	60

<b>4º ano</b>	<b>Carga horária:</b>
Administração de Empresas Turísticas	124
Planejamento e Organização do Turismo II	124
Mercadologia	62
Publicidade e Propaganda Turística	62
Contabilidade de Custos	64
Economia de Transportes Aéreos e de Superfície	62
Estudo de Problemas Brasileiros	31
Ética de Legislação Turística	64
Educação Física	60

*Currículo do curso de Turismo da Escola de Comunicação e Artes da USP<sup>15</sup>:*

<b>1º semestre:</b>	<b>Créditos:</b>
Biblioteconomia-Bibliografia e Documentação	2
Fundamentos Científicos da Comunicação I	4
História da Arte I	4
Comunicação Linguística I	3
Sociologia	3
História da Cultura e da Comunicação I	4
Palestras e Seminários	4

<b>2º semestre:</b>	<b>Créditos:</b>
História da Cultura e da Comunicação II	3
Fundamentos Científicos da Comunicação II	3
Comunicação Linguística II	3
Fundamentos Filosóficos da Comunicação	4

<sup>15</sup> Pesquisa na reitoria da Universidade de São Paulo; processo 33.039/72.

Cultura Brasileira	3
Matemática	3
Idioma Estrangeiro I	3
Palestras e Seminários	2

<b>3º semestre:</b>	<b>Créditos:</b>
Ética e Legislação dos Meios da Comunicação	3
Introdução ao Jornalismo e à Editoração	3
Introdução à Telerádiodifusão, Cinema e Teatro	3
Informática I	3
Problemas Sociais e Econômicos Contemporâneos	2
Estatística	3
Idioma Estrangeiro II	3
Palestras e Seminários	4

<b>4º semestre:</b>	<b>Créditos:</b>
Fundamentos Históricos do Turismo I	3
Estatística Aplicada ao Turismo	3
Metodologia da Pesquisa I	3
Fundamentos Geográficos do Turismo I	4
Comunicação e Lazer	3
Idioma Estrangeiro III	4

<b>5º semestre:</b>	<b>Créditos:</b>
Teoria e Técnica do Turismo II	3
Análise Econômica do Turismo I	4
Sociologia Aplicada ao Turismo	3
Metodologia da Pesquisa II	3
Fundamentos Geográficos do Turismo II	4
Fundamentos Históricos do Turismo II	3
Psicologia Aplicada ao Turismo	4

<b>6º semestre:</b>	<b>Créditos:</b>
Teoria e Técnica do Turismo III	3
Psicologia Social Aplicada ao Turismo	3
Propaganda Aplicada ao Turismo	3
Administração Geral	4
Relações Públicas Aplicadas ao Turismo	3
Fundamentos Geográficos do Turismo III	3
Folclore	2
Análise Econômica do Turismo II	3

O Conselho Universitário da USP aprovou em 1975 duas opções curriculares para o último ano do curso:

*Habilitação em Organização e Administração de Empresas de Turismo:*

<b>7º semestre:</b>	<b>Créditos:</b>
Teoria e Técnica do Turismo IV (meios de transporte)	4
Análise Econômica do Turismo III	3
Teoria Geral da Organização e Administração de Empresas de Turismo I	4
Contabilidade Geral e da Empresa I	3
Problemas Brasileiros I	2
Mercadologia I	2
Direito I	3
Matemática Financeira	3

<b>8º semestre:</b>	<b>Créditos:</b>
Teoria e Técnica do Turismo V (meios de transporte)	3
Análise Econômica do Turismo IV	3
Contabilidade Geral e da Empresa II (custos)	3
Direito II	3
Teoria Geral da Organização e Administração de Empresas de Turismo II	4
Problemas Brasileiros II	2

Planejamento Empresarial em Turismo (análise de projetos)	3
Mercadologia II	3

*Habilitação em Planejamento do Turismo:*

<b>7º semestre:</b>	<b>Créditos:</b>
Teoria e Técnica do Turismo IV (meios de transporte)	4
Análise Econômica do Turismo III	3
Teoria do Planejamento	4
Planejamento e Organização do Turismo I	4
Problemas Brasileiros I	2
Mercadologia I	2
Direito I	3
Teorometria I	2

<b>8º semestre:</b>	<b>Créditos:</b>
Teoria e Técnica do Turismo V (meios de transporte)	3
Análise Econômica do Turismo IV (análise de sistemas)	3
Mercadologia II	3
Direito I	3
Planejamento e Organização do Turismo II	4
Problemas Brasileiros II	2
Análise de Projetos (empreendimentos turísticos)	3
Teorometria II	3

No final deste livro, no Anexo III, encontra-se uma compilação dos diversos currículos de Turismo apresentados nesta obra. Este anexo começa com o currículo do curso de Guia de Turismo do Senac-SP de 1965, passando pelos currículos mínimos estabelecidos pelos conselhos de educação, até os currículos dos cursos superiores em 1975; inclusive, com as variantes da proposta de currículo da ECA que existiram antes da que foi aprovada pelo Conselho Universitário da USP, apresentada acima.

Embora os currículos da Faculdade Morumbi e da ECA fossem

semestrais, as disciplinas oferecidas no segundo semestre letivo são continuação das disciplinas do primeiro semestre; salvo algumas exceções do curso da ECA.

Os currículos da Faculdade Morumbi e da Ibero-Americana são muito semelhantes. Só não são idênticos porque a Ibero-Americana dava grande ênfase à área de Letras; lecionando por dois anos as disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Espanhola e Língua Inglesa. Neste caso, a Ibero-Americana supera em carga horária a ECA, que lecionava por três semestres a disciplina de Idioma Estrangeiro. A Faculdade Morumbi não oferecia disciplinas de idiomas estrangeiros.

Por serem faculdades isoladas, a Faculdade Morumbi e a Ibero-Americana não se preocuparam em modificar nomes de disciplinas como História do Brasil, Economia ou Psicologia, que geralmente são oferecidas em cursos específicos destas áreas. No caso da ECA, isto não era possível. Por pertencer à USP, a Escola de Comunicação e Artes não poderia oferecer no curso de Turismo disciplinas que fossem lecionadas em outras faculdades da universidade. Isto inviabilizaria a própria existência deste novo curso. Em seu currículo, a ECA adota nomes de disciplinas como Fundamentos Históricos do Turismo, Análise Econômica do Turismo, Psicologia Aplicada ao Turismo etc., que substituem os exemplos acima citados. Isto não ocorre quando são disciplinas ministradas em outros cursos da própria ECA, como História da Arte ou Introdução ao Jornalismo e à Editoração, por exemplo. Aliás, o que diferencia nitidamente o curso da ECA dos outros dois cursos privados são estas disciplinas oferecidas originalmente nos demais cursos da Escola de Comunicação e Artes. Além destas duas últimas disciplinas citadas, pode-se mencionar Folclore; Biblioteconomia-Bibliografia e Documentação; Introdução à Telerádiodifusão, Cinema e Teatro; e Informática.

Outro fator de diferenciação curricular do curso da ECA em relação aos cursos da Faculdade Morumbi e da Ibero-Americana são três disciplinas lecionadas no último ano da Escola de Comunicação e Artes. Estas disciplinas também diferenciam as duas habilitações que a ECA propõe. No caso da habilitação em Organização e Administração de Empresas de Turismo, a disciplina de Teoria Geral da Organização e Administração de Empresas de Turismo. No caso da habilitação em Planejamento do Turismo, a disciplina Teoria do Planejamento e a disciplina Planejamento e Organização do

Turismo. Não existem disciplinas correlatas a estas no curso da Faculdade Morumbi ou na Ibero-Americana. Mesmo levando em consideração estas especificidades, os currículos dos três cursos citados, não são radicalmente diferentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Universidade de São Paulo é a primeira universidade de renome internacional a criar o curso superior de Turismo. Isto não só no Brasil, mas no mundo. Num contato inicial com o tema, pretendia-se desvendar os debates teóricos que os intelectuais da universidade dedicaram à criação desta nova carreira no ensino superior. Buscavam-se discussões acaloradas sobre o saber e suas divisões acadêmicas. Cogitava-se que a academia debateria novos cursos superiores sob o ponto de vista epistemológico da compartimentação didática do conhecimento universitário. É possível que isto tenha acontecido. Entretanto, não é o que ficou registrado na documentação que sobreviveu do período.

A criação de um novo curso superior é apresentada na documentação como apenas decorrência de atos administrativos. Pretendeu-se que esta visão fosse ampliada com a leitura do texto. A documentação trata de atos administrativos, mas tais atos não são fruto da vontade arbitrária de oligarquias acadêmico-burocratas encastelados em aparelhos do Estado. Envolvem interesses, pressões sociais, propostas educativas e uma visão do mundo que se pretende legar através da educação.

Este livro demonstra que nem todos os resultados dos atos administrativos aqui descritos estavam contidos antecipadamente naqueles atos administrativos que lhes deram origem. Uma mudança curricular, uma disputa por competência administrativa, e o tema central deste estudo, a criação de cursos superiores de Turismo, não resultaram de um planejamento fechado. O mundo da cultura e, portanto, da educação são dinâmicos. Inicia-se um processo de reforma educacional: então, um sujeito histórico concreto, uma instituição de ensino, ou um conselho de educadores atuam dependendo da ocasião. E muito do que foi criado no campo educacional dos anos 1960 e da década de 1970 dependeu disso: das circunstâncias e suas complexas

interações. Quando essas circunstâncias foram favoráveis, possibilitaram que algumas pessoas aproveitassem a oportunidade. Pode parecer uma obviedade, mas a institucionalização do Turismo como curso universitário contou com vários fatores favoráveis e com pessoas que aproveitaram a oportunidade. Nos capítulos deste livro, descreveu-se estes fatores favoráveis e as pessoas que aproveitaram a ocasião.

No início da pesquisa que resultou neste livro, buscava-se epistemologia, como se a compartimentação didática dos saberes acadêmicos viesse antes das práticas educacionais. Isto se mostrou um equívoco. A epistemologia, como bem demonstra a entrevista de Nestor Goulart dos Reis Filho, também é uma prática cultural, tensionada e atravessada pelas relações sociais que perpassam o ambiente acadêmico. Estudar um caso concreto, como o da institucionalização do Turismo como curso universitário, desfaz esta falsa dicotomia entre epistemologia e história. Nesse sentido, é possível que estudos sobre a criação de outras carreiras acadêmicas tragam mais luz aos embates entre os distintos grupos de interesse travados na universidade brasileira nas últimas décadas. Afinal, a universidade é fruto de práticas sociais concretas, aliás, como tudo nesta vida.

## FONTES

*Acta*, órgão oficial do Conselho Estadual de Educação de São Paulo. Do nº 1, do primeiro semestre de 1965 (os números iniciais ainda não eram mensais), ao nº 67, de junho de 1975.

*Documenta*, órgão oficial do Conselho Federal de Educação. Do nº 1, de março de 1962, ao nº 175, de junho de 1975.

Conselho Estadual de Educação de São Paulo: Deliberação CEE-SP 12/71; Processo CEE-SP 55/71; e Processo CEE-SP 02/78.

Reitoria da Universidade de São Paulo: Processo RUSP 24.808/71; Processo RUSP 33.039/72; e Atas de Sessão do Conselho Universitário da USP de 1975, ano em que o curso de Turismo da ECA foi debatido neste Conselho.

Entrevistas gravadas – em ordem cronológica:

Luiz Gonzaga Godoi Trigo – 28/8/2001.

Mário Carlos Beni – 17/10/2001.

Nestor Goulart dos Reis Filho – 30/10/2001.

Manuel Nunes Dias – 28/11/2001.

Célia Portugal Matta – 17/12/2001.

Jarbas Passarinho – 19/12/2001.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. 1º Plano Nacional de Desenvolvimento. **Diário Oficial da União**, suplemento ao nº 239, 17/12/1971.

BRASIL. **TURIS São Paulo**. Brasília: Ministério da Indústria e do Comércio/Embratur, 1975 (foi elaborado em 1972).

CATUREGLY, Maria Genny. 1990. **O ensino de Turismo e os agentes de viagens**: as realidades de Madrid, Roma e São Paulo. Dissertação (Mestrado em Turismo). São Paulo: Escola de Comunicação e Artes, USP, 1990.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues da. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues da. **Qual universidade?** São Paulo: Cortez, 1989.

CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues da. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1999.

ESTEVES, Vera Vergara. Celso Octavio do Prado Kelly. p. 129-133. *In*: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITO, Jader de Medeiros (Orgs.). **Dicionário de educadores no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999

FERNANDES, Florestan. **A Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

FETIZON, Beatriz de Moura. **Subsídios para o estudo da Universidade de São Paulo**. 1986. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo, Faculdade de Educação, USP, 1986.

FOUREZ, Gerard. **A construção das ciências**: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.

GOODSON, Ivor. Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução. **Teoria e Educação**, n. 2, 1990.

GOODSON, Ivor. **Currículo**: teoria e história. Petrópolis: Vozes, 1995a.

GOODSON, Ivor. **Historia del currículum**: la construcción social de las disciplinas escolares. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, 1995b.

HAMILTON, David. Sobre as origens dos termos classe e curriculum. **Teoria e Educação**, n. 6, 1992.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KUHN, Thomas. **A Estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

MARTINS, Maria do Carmo. **A História prescrita e disciplinada nos currículos escolares**: quem legitima esses saberes? 2000. Tese (Doutorado em Educação). Campinas, Faculdade de Educação, UNICAMP, 2000.

MARTINS, Maria Helena. **ECA**: retrato em branco e preto (cinema e música). 1988. Dissertação (Mestrado em Artes). São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, USP, 1988.

MENDONÇA, Ana Waleska. A Universidade no Brasil. **Revista brasileira de Educação**, n. 14, maio-ago. 2000.

REJOWSKI, Mirian. **Turismo e pesquisa científica**. Campinas: Papyrus, 1996.

RIBEIRO, Maria das Graças. **Políticas para a educação superior no Brasil dos anos 90**: o problema da diversificação das instituições. 2000. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo, PUC-SP, 2000.

ROCHA, Lucia Maria da Franca. **A expansão do ensino superior e o Conselho Federal de Educação**. 1984. Dissertação (Mestrado em Educação). Brasília, Universidade de Brasília, 1984.

SENAC. **Projeto Memória Institucional da Gerência de Comunicação**. São Paulo: Senac, 1989.

TERIGI, Flavia. “Notas para uma genealogia del curriculum escolar”.  
**Propuesta Educativa**, v. 7, n. 14, agosto 1996.

VALLE, Ione Ribeiro. **Burocratização da educação**: um estudo sobre o Conselho Estadual de Educação do estado de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1996.



# ANEXO I

## Carta da Confederação Nacional do Comércio



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO  
CONSELHO DE TURISMO

Proc. 14807/71  
Rubrica  
Recebido em - 1 OUT 1971

Rio de Janeiro,  
27 de Outubro de 1971 0164

Magnífico Reitor,

AS G. 110/71  
SP1  
R. F. 20 da F. 20  
Chefe de Gabinete

Grupo de trabalho, constituído por deliberação desta entidade para estudar e apresentar seu ponto de vista sobre o ensino do turismo em nível universitário, foi pelo sigatário presidida e teve a honra de contar com a colaboração, na qualidade de relator, do Senhor Professor Celso Kelly, então integrante do Conselho Federal de Educação.

Posteriormente, objeto de debates naquele órgão, o projeto recebeu parecer do Senhor Conselheiro Roberto Figueira dos Santos, que, examinando o trabalho apresentado, concluiu pelo substitutivo em anexo.

Tendo o Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura homologado o deuto parecer sobre a matéria, já é possível cogitar-se da organização do Curso Superior de Turismo nas Universidades do País.

Assim, rogamos a Vossa Magnificência, considerando a importância do assunto para o desenvolvimento da economia nacional, que haja por bem determinar seja considerada a oportunidade de deversificar as atividades dessa prestigiosa Universidade, instalando o Curso Superior de Turismo, cuja repercussão será, indiscutivelmente, a mais favorável no seio da comunidade dessa progressista unidade da Federação.

Com protestos de alta estima e distinta consideração, subscrevo-me,

atenciosamente,

CORINTHO DE ABRIL FALCÃO  
Presidente

M. e p. 1 volta /  
com a máxima  
urgência -

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
Em 27 de Outubro de 1971  
JOSÉ CARVALHO SOARES DE MELLO  
Secretário Geral

Magnífico Reitor  
MIGUEL REALE  
Universidade de São Paulo - USP  
Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira"  
Butantã - Cp 8191  
SÃO PAULO - SP



## ANEXO II

### **Lista dos docentes dos primeiros cursos de Turismo e suas respectivas disciplinas**

No caso da Faculdade de Turismo do Morumbi e da Ibero-Americana, os professores foram indicados ao Conselho Federal de Educação para lecionar tais disciplinas; isto não significa que as lecionaram de fato.

#### **Faculdade de Turismo do Morumbi (*Documenta*, n. 135, fev. 1972, p. 27-31 e 228-229):**

- Adriano José Valongo é indicado para a disciplina de Educação Física. É licenciado em Educação Física.
- Benedita Marques Pinto é indicada para as disciplinas de Geografia do Brasil e História do Brasil. É licenciada em Geografia e História, com mestrado em Ciências Sociais e doutorado em História.
- Arnaldo Gomes é indicado para a disciplina de Transportes Rodoviários. É engenheiro civil, com mestrado em Engenharia.
- Clóvis Ferreira de Carvalho é indicado para a disciplina de Noções de Direito. Não é informada sua formação universitária. Quando não é fornecida a formação universitária, encontra-se em seu lugar o número do parecer pelo qual tal professor foi autorizado a lecionar.
- Dirceu Lino de Mattos é indicado para a disciplina de Geografia do Brasil. Não é informada sua formação universitária. É professor titular de Geografia Econômica Geral e do Brasil na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.
- Edmundo Éboli Bonini é indicado para a disciplina de Matemática e Estatística. Não é informada sua formação universitária.
- Enrico Giulio Polloni é indicado para a disciplina de Transportes

(Ferrovias). É engenheiro eletricitista e engenheiro civil, com mestrado em engenharia. É engenheiro-chefe da Rede Ferroviária Federal. Leciona na Universidade Mackenzie.

- Flávio de Castro Teixeira é indicado para a disciplina de Introdução à Administração e Economia. Bacharel em Ciências Econômicas. É técnico de projetos da Embratur. Leciona na Universidade Mackenzie.
- Gabriel Mário Rodrigues é indicado para a disciplina de Teoria e Técnica de Turismo. Além de ser dono da faculdade, é arquiteto.
- Irene Eihorn Goldenberg é indicada para a disciplina de Mercadologia e Pesquisa de Opinião Pública. É bacharel em Ciências Econômicas.
- Jorge Nomura é indicado para a disciplina de Teoria e Técnica de Turismo. É arquiteto e bacharel em Ciências Econômicas.
- José Roberto Reis de Oliveira é indicado para as disciplinas de Noções de Direito e Estudos Brasileiros. É bacharel em Ciências Jurídicas. É juiz do trabalho.
- Maria Ottilia Pires Lanza é indicada para a disciplina de Psicologia e Consciência Turística. É licenciada em Pedagogia e bacharel em Ciências Jurídicas.
- Mário Carlos Beni é indicado para a disciplina de Planejamento e Organização do Turismo. É bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Leciona na ECA-USP.
- Maurício Tragtenberg é indicado para a disciplina de Sociologia. É bacharel em História. Leciona na Fundação Getúlio Vargas e na PUC-SP.
- Paulo Henrique da Rocha Corrêa foi indicado para as disciplinas de História do Brasil e Estudos Brasileiros. Não é informada sua formação universitária.
- Paulo Pedro Perides foi indicado para a disciplina de Geografia Geral. É licenciado em Geografia e História, com mestrado em Geografia. Leciona na PUC-Campinas e na Fundação Valeparaibana de Ensino.
- Sarah Strachman Bacal é indicada para a disciplina de Elementos

de Relações Públicas e Comunicação. É formada em Relações Públicas pela ECA-USP.

- Salim Abeid Netto é indicado para a disciplina de Relações Públicas e Comunicação. É bacharel em Jornalismo.
- Sérgio Bandeira de Mello é indicado para a disciplina de História da Cultura. Não é informada sua formação universitária de graduação. É pós-graduado em História.
- Sérgio Éboli Bonini é indicado para as disciplinas de Estatística e Pesquisa de Opinião Pública. É engenheiro e bacharel em Ciências Econômicas, com pós-graduação em Matemática Financeira. Leciona na FMU. É parente do Edmundo Éboli Bonini citado acima.
- Victorio Lanza Filho é indicado para as disciplinas de Teoria e Técnica do Turismo e Sociologia. É bacharel em Ciência Políticas e Sociais e licenciado em Ciências Sociais.
- Wagner Waneck Martins é indicado para a disciplina de Transportes (Ferrovias). Não é informada sua formação universitária. É professor titular de Eletrotécnica Aplicada na Escola Politécnica da USP.
- Waldson Alves Ferreira é indicado para as disciplinas de Planejamento e Organização do Turismo e Análise da Demanda. É arquiteto.
- Yolanda Ferreira Balcão é indicada para as disciplinas de Comunicação de Massa e Relações Públicas. Não é informada sua formação universitária. Leciona na Fundação Getúlio Vargas.

### **Professores do curso de Turismo da Faculdade Ibero-Americana**

**(*Documenta*, n. 134, jan. 1972, p. 95-96):**

- Ana Maria de Almeida Camargo é indicada para a disciplina de História do Brasil. É licenciada em História, com pós-graduação em História.
- Anna Sanchez é indicada para a disciplina de Língua Portuguesa e Língua Espanhola. É licenciada em Letras, com pós-graduação em Letras.
- Eunice Correia da Costa é indicada para a disciplina de Geografia

Turística e Geral. É licenciada em Geografia. Cursava, então, pós-graduação em Geografia.

- Ivete Taunus é indicada para a disciplina de Sociologia. Não é informada sua formação universitária. Leciona na FMU.
- Lícia Di Sabbato Forzenigo é indicada para as disciplinas de História Geral da Arte e História da Cultura. Não é informada sua formação universitária de graduação. É doutora em Letras pela Universidade de Roma.
- Nida Gattaz é indicada para as disciplinas de Língua Espanhola e Língua Portuguesa. É licenciada em Letras. É orientadora educacional na PUC-Campinas. Leciona Língua Espanhola na USP.
- Regina Helena Elias é indicada para as disciplinas de Língua Inglesa e Fonética e Fonologia Inglesa. É licenciada em Letras. Cursava, então, pós-graduação em Letras. É assistente na ECA-USP e leciona no Mackenzie.
- Rhea Sylvia de Lourdes Frasca é indicada para a disciplina de Teoria e Técnica do Turismo. É bacharel em Jornalismo, com pós-graduação em Psicologia.

**Professores do curso de Turismo da Escola de Comunicações e Artes da USP (Processo 0002/78 do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, v. 3, p. 549-553):**

- Américo Pellegrini Filho leciona as disciplinas Folclore e Preservação e Utilização do Patrimônio Natural e Cultural. É bacharel em Jornalismo.
- Antônio Januário Magalhães leciona as disciplinas de Teoria do Planejamento e Análise de Projetos. É bacharel em Economia, com pós-graduação em Administração de Empresas.
- Carlos Eduardo Machado Júnior é auxiliar de ensino na ECA. É bacharel em Ciências Econômicas. Cursava, então, mestrado em Comunicação na ECA.
- Hilário Ângelo Pelizzer leciona as disciplinas Economia dos Transportes Aéreos e de Superfície; Transportes; Tráfego e Transporte; e Sistemas de Transporte. É licenciado em Letras.

- José Carlos de Souza Lima leciona as disciplinas Análise Econômica do Turismo e Princípios de Economia da Empresa. É bacharel em Ciências Econômicas.
- Mário Carlos Beni leciona as disciplinas de Teoria e Técnica do Turismo e de Planejamento e Organização do Turismo. É graduado em Engenharia; Direito; e Ciências Sociais.
- Miriam Rejowski é professora assistente voluntária da disciplina Fundamentos Históricos do Turismo. É Bacharel em Comunicação pela ECA.
- Nelson Jahr Garcia é coordenador da disciplina Estudo de Problemas Brasileiros. É bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Cursava, então, mestrado em Comunicação na ECA.
- Olga Tulik leciona a disciplina Fundamentos Geográficos do Turismo. É licenciada em Geografia. Cursava, então, mestrado em Geografia.
- Ruy Rebello Pinho leciona Direito. É bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. É doutor e livre docente em Direito Privado na USP.
- Sarah Strachman Bacal leciona a disciplina Psicologia Social Aplicada. É bacharel em Comunicação pela ECA. Em 1972, no processo de autorização do curso da Faculdade de Turismo do Morumbi, esta professora foi apresentada como formada em Relações Públicas pela ECA. Na soma final, ela consta como graduada em Comunicação.
- Ulisses Moraes leciona Metodologia da Pesquisa. É bacharel em Comunicação pela ECA. Cursava, então, mestrado em Comunicação na ECA.
- Virgílio Nelson da Silva Carvalho é professor voluntário de Administração Hoteleira. Graduado em Turismo pela Faculdade de Turismo do Morumbi.
- Waldir Ferreira leciona a disciplina Relações Públicas Aplicadas ao Turismo. É bacharel em Comunicação pela ECA. Cursava, então, mestrado em Comunicação na ECA.
- Wilson Abrahão Rabahy leciona a disciplina Pesquisa de Opinião Pública. É bacharel em Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais.



## ANEXO III

### **Currículos de Turismo**

Encontra-se aqui uma compilação dos diversos currículos de Turismo apresentados nesta pesquisa. Este anexo começa com o currículo do curso de Guia de Turismo do Senac-SP de 1965, passando pelos currículos mínimos estabelecidos pelos conselhos de educação, até os currículos dos cursos superiores em 1975. Os primeiros currículos ainda não se referem a cursos superiores.

#### **Currículo do curso de Guia de Turismo do Senac de São Paulo de 1965.**

##### **Este curso exigia o ginásial completo:**

- Relações Humanas
- Prevenção de Acidentes e Primeiros Socorros
- Geografia e História Turística
- Folclore, Tradição e Costumes
- Noções de Arte e Estética
- Excursões<sup>16</sup>

**Currículo proposto ao MEC para o curso de Técnico em Turismo pelo Colégio São Judas Tadeu da cidade de São Paulo em 1968. Este currículo não foi aprovado (*Documenta*, n. 97, jan.-fev. 1969, p. 72):**

- Português, Língua e Literatura Luso-Brasileira
- História Social e Política do Brasil
- Geografia
- Matemática
- Ciências Físicas e Biológicas

---

<sup>16</sup> -Pesquisa nos arquivos do Senac possibilitada pela sua Gerência de Comunicação.

- Inglês
- Francês
- História da Arte e da Ciência
- Literatura Universal
- Turismo Interno e Externo
- Técnica de Turismo
- Administração de Empresa
- Museologia
- Promoção do Turismo Nacional
- Educação Moral e Cívica
- Educação Física
- Psicologia e Relações Humanas

**Currículo aprovado pelo Conselho Federal de Educação para cursos de Técnico em Turismo em 1969 (*Documenta*, n. 97, jan.-fev. 1969, p. 73):**

O currículo deverá atender, no mínimo, as seguintes disciplinas:

- Português e Literatura de Língua Portuguesa
- Geografia, e, em especial, a Geografia do Brasil
- História do Brasil
- Matemática
- Ciências
- As artes no Brasil: Artes plásticas, Arquitetura, Teatro, Música e Cinema
- Técnica de Turismo
- Comunicação oral, escrita e visual
- Relações Públicas
- Completar-se-á o currículo com:
- Educação Moral e Cívica
- Educação Física
- Inglês
- Francês, Espanhol ou Italiano
- Costumes brasileiros: indumentária, culinária, esportes, recreação e outros aspectos.

**Currículo do curso Técnico em Turismo do Senac de São Paulo em 1969. Este curso exigia o colegial completo:**

- Teoria e Técnica de Turismo
- Pesquisa Turística
- Geografia Turística
- Legislação Turística
- Relações Públicas Aplicadas
- História (Arte, Folclore e Literatura)<sup>17</sup>

**Currículo mínimo estabelecido pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo para cursos de Técnico em Turismo em 15/03/71; tal currículo surge seis semanas depois do currículo mínimo para cursos superiores que será apresentado em seguida:**

Artigo 1º - Fica instituído, no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, o Curso Técnico de Turismo, ciclo colegial, com a duração de três anos letivos, no mínimo.

Artigo 2º - As disciplinas do ciclo colegial secundário que integrarão, obrigatoriamente, o currículo do Curso Técnico de Turismo, são as seguintes:

- 1 – Português - três séries
- 2 – Matemática - duas séries
- 3 – Geografia - uma série
- 4 – História - uma série
- 5 – Ciências Físicas e Biológicas - uma série

§ 1º - Educação Moral e Cívica é considerada disciplina obrigatória, com a duração e programa previstos na forma da lei.

§ 2º - Além das disciplinas indicadas neste artigo, os estabelecimentos deverão acrescentar mais uma ao currículo, escolhida dentre aquelas relacionadas nos Artigos 6º e 7º e parágrafos da Deliberação CEE nº 36/68.

Artigo 3º - São disciplinas específicas obrigatórias do Curso Técnico de Turismo:

- 1 – Língua Estrangeira (duas) - três séries

---

<sup>17</sup> -Pesquisa nos arquivos do Senac possibilitada pela sua Gerência de Comunicação.

- 2 – Aspectos do Desenvolvimento Brasileiro - duas séries
- 3 – História das Artes e Artes no Brasil (Artes Plásticas, Arquitetura, Teatro, Música e Cinema) - duas séries
- 4 – Folclore - duas séries
- 5 – Técnica de Turismo - duas séries
- 6 – Comunicação Social - uma série
- 7 – Legislação Aplicada - uma série
- 8 – Roteiros Turísticos - uma série
- 9 – Relações Humanas - uma série

Parágrafo único – Além das disciplinas específicas referidas nesse artigo, os estabelecimentos poderão incluir mais duas, de sua livre escolha.

Artigo 4º - A Coordenadoria do Ensino Técnico promoverá estudos visando à orientação e programas das disciplinas específicas relacionadas no artigo 3º, desta Deliberação, respeitado o disposto nos artigos 40 e 43, da LDB.

Artigo 5º - Educação Moral e Cívica e Educação Física, nos termos da lei, são consideradas Práticas Educativas obrigatórias, sendo facultado aos estabelecimentos incluir mais uma, de sua livre escolha.

Artigo 6º - Aos concluintes do curso instituído por esta Deliberação será expedido diploma de Técnico de Turismo.

Artigo 7º - Aplicar-se-á ao Curso Técnico de Turismo, quanto ao regime escolar, o dispositivo na Deliberação CEE nº 7/63; quanto às instalações os dispositivos das Deliberações CEE nº 16/64 e 23/65; no que se refere à fiscalização as normas baixadas pela Coordenadoria do Ensino Técnico.

Artigo 8º - Os pedidos de autorização de instalação e funcionamento do Curso Técnico de Turismo para 1971, em caráter excepcional, poderão ser apresentadas até trinta (30) dias após a homologação desta Deliberação e, a partir de 1972, na conformidade do disposto pela deliberação CEE nº 23/65 (Deliberação CEE-SP 12/71, de 15/03/1971).

## Os currículos seguintes se referem a cursos de Turismo de nível superior.

*Currículo mínimo aprovado pelo Conselho Federal de Educação em 28/01/1971 (Documenta, n. 122, jan. 1971, p. 120):*

### A) Matérias

Sociologia

História do Brasil

Geografia do Brasil

História da Cultura

Estudos Brasileiros

Introdução à Administração

Noções de Direito

Técnica Publicitária

Planejamento e Organização do Turismo

Estágio em entidades oficiais e privadas de turismo e hotelaria

No ensino da matéria Geografia terá ênfase a Cartografia.

No estudo da matéria História da Cultura terá ênfase a Cultura Brasileira, com especial referência às Artes.

A matéria Noções de Direito incluirá o Direito Constitucional, Direito Fiscal Alfandegário, da Legislação Trabalhista, Estatuto Jurídico do Estrangeiro e da Legislação Específica do Turismo.

A duração mínima do curso será de 1.600 horas, as quais serão integralizadas no mínimo em dois e no máximo em quatro anos.

O estágio a que se refere o item B terá a duração mínima de quatro meses. Ao organizar o currículo pleno, a instituição responsável poderá desdobrar as matérias do currículo mínimo e acrescentar disciplinas complementares.

### **Primeiro currículo da Faculdade de Turismo do Morumbi<sup>18</sup>:**

*1º semestre:*

Geografia Geral I

História do Brasil I

*Carga horária:*

64

32

<sup>18</sup> -Pesquisa junto à Gerência de Comunicação da Universidade Anhembi Morumbi.

História da Cultura I	32
Sociologia I	32
Psicologia I (Aplicada)	32
Matemática	32
Teoria e Técnica do Turismo I	64
Educação Física (Práticas Desportivas)	32

*2º semestre:*

*Carga horária:*

Geografia Geral II	64
História do Brasil II	32
História da Cultura II	32
Sociologia II	32
Psicologia II (Social)	32
Estatística	32
Teoria e Técnica do Turismo II	64
Educação Física (Práticas Desportivas)	32

*3º semestre:*

*Carga horária:*

Geografia do Brasil I	32
Cultura Brasileira I	32
Economia I	32
Administração I (Teoria Geral da Administração)	32
Métodos e Técnicas de Pesquisa I	32
Teoria e Técnica do Turismo III	128
Comunicação I	32
Educação Física (Práticas Desportivas)	32

*4º semestre:*

*Carga horária:*

Geografia do Brasil II	32
Cultura Brasileira II	32
Economia II (Teoria Econômica)	32
Administração II (Teoria Geral da Administração)	32
Métodos e Técnicas de Pesquisa II	32
Teoria e Técnica do Turismo IV	128

Comunicação II	32
Educação Física (Práticas Desportivas)	32

<i>5º semestre:</i>	<i>Carga horária:</i>
Planejamento e Organização do Turismo I	128
Economia III (Macro)	32
Administração I (Pessoal)	32
Contabilidade I	32
Noções de Direito I (Instituições de Direito Público)	32
Introdução às Técnicas de Comunicação I	32
Estudos Brasileiros I (Problemas Sociais Contemporâneos)	32
Educação Física (Práticas Desportivas)	32

<i>6º semestre:</i>	<i>Carga horária:</i>
Planejamento e Organização do Turismo II	128
Economia IV (Internacional)	32
Administração II (Material)	32
Contabilidade II	32
Noções de Direito II (Instituições de Direito Privado)	32
Introdução às Técnicas de Comunicação II	32
Estudos Brasileiros II (Problemas Sociais Contemporâneos)	32
Educação Física (Práticas Desportivas)	32

<i>7º semestre:</i>	<i>Carga horária:</i>
Planejamento e Organização do Turismo III	128
Administração III (Financeira)	32
Legislação I (Social)	32
Estudo dos Problemas Brasileiros I	32
Transporte I	64
Marketing I (Administração Mercadológica – Produção)	32
Técnica Publicitária I	32
Educação Física (Práticas Desportivas)	32

<i>8º semestre:</i>	<i>Carga horária:</i>
Planejamento e Organização do Turismo IV	128
Administração IV (Financeira)	32
Legislação II (Social)	32
Estudo dos Problemas Brasileiros II	32
Transportes II	64
Marketing II (Administração Mercadológica – Produção)	32
Técnica Publicitária II	32
Educação Física (Práticas Desportivas)	32
Estágio Profissional	270

**Primeiro currículo de Turismo da Faculdade Ibero-Americana  
de Letras e Ciências Humanas<sup>19</sup>:**

<i>1º ano:</i>	<i>Carga horária:</i>
Língua Portuguesa I	56
Língua Espanhola I	91
Língua Inglesa I	91
Teoria e Técnica do Turismo I	120
Sociologia	58
Geografia Geral	64
História da Cultura Universal	120
Educação Física	60
 <i>2º ano:</i>	 <i>Carga horária:</i>
Língua Portuguesa II	64
Língua Inglesa II	66
Língua Espanhola II	66
Teoria e Técnica do Turismo II	96
História da Cultura Brasileira	62
História do Brasil	64
Economia Geral e da Empresa	62
Geografia do Brasil	62

<sup>19</sup> Pesquisa junto ao Departamento de Turismo da Unibero.

Metodologia da Pesquisa	60
Teoria e Técnica da Comunicação	62
Psicologia	62
Educação Física	60

<i>3º ano:</i>	<i>Carga horária:</i>
Introdução à Administração	126
Planejamento e Organização do Turismo I	126
Técnica Publicitária	64
Relações Públicas e Humanas	62
Contabilidade Geral e da Empresa	64
Estatística	62
Estudo de Problemas Brasileiros	64
Noções de Direito	64
Educação Física	60

<i>4º ano:</i>	<i>Carga horária:</i>
Administração de Empresas Turísticas	124
Planejamento e Organização do Turismo II	124
Mercadologia	62
Publicidade e Propaganda Turística	62
Contabilidade de Custos	64
Economia de Transportes Aéreos e de Superfície	62
Estudo de Problemas Brasileiros	31
Ética de Legislação Turística	64
Educação Física	60

**Primeiro currículo de Turismo enviado à reitoria pela Escola de Comunicações e Artes da USP em 13/04/72:**

<i>1º semestre:</i>	<i>Créditos:</i>
Introdução às Comunicações e Artes	2
Biblioteconomia-Bibliografia e Documentação	2
Fundamentos Científicos da Comunicação I	4
História da Arte I	3

Comunicação Linguística I	3
Sociologia	3
História da Cultura e da Comunicação I	3
Palestras e Seminários	4

<i>2º semestre:</i>	<i>Créditos:</i>
Fundamentos Científicos da Comunicação II	3
Comunicação Linguística II	3
História da Cultura e da Comunicação II	3
Fundamentos Filosóficos da Comunicação	4
Cultura Brasileira	3
Matemática	3
Idioma Estrangeiro I	3
Palestras e Seminários	2

<i>3º semestre:</i>	<i>Créditos:</i>
Ética e Legislação dos Meios de Comunicação	3
Introdução ao Jornalismo e à Editoração	3
Introdução à Telerádiodifusão, Cinema e Teatro	3
Informática I	3
Problemas Sociais e Econômicos Contemporâneos	2
Estatística	3
Idioma Estrangeiro II	3
Palestras e Seminários	4

<i>4º semestre:</i>	<i>Créditos:</i>
História da Comunicação – História do Turismo	3
Teoria da Informação	3
Pesquisa de Opinião e Mercadologia	4
Geografia I	3
Comunicação e Lazer	4
História do Brasil	3
Idioma Estrangeiro III	4

<i>5º semestre:</i>	<i>Créditos:</i>
Teoria e Técnica do Turismo I	4
Administração Geral	3
Relações Humanas	3
Pesquisa de Opinião Pública	4
Geografia II	3
História da Arte no Brasil I	4
Psicologia da Comunicação	3
 <i>6º semestre:</i>	 <i>Créditos:</i>
Teoria e Técnica do Turismo II	4
Jornalismo Turístico	3
Propaganda Aplicada ao Turismo	4
Geografia do Brasil	3
Relações Públicas Aplicadas ao Turismo	4
Idioma Estrangeiro I (segunda opção)	3
Sociologia da Comunicação	3
 <i>7º semestre:</i>	 <i>Créditos:</i>
Teoria e Técnica do Turismo III	3
Análise Econômica do Turismo I	4
História da Arte no Brasil II	5
Planejamento e Organização do Turismo I	4
Idioma Estrangeiro II (segunda opção)	3
Antropologia da Comunicação	3
Problemas Brasileiros I	2
 <i>8º semestre:</i>	 <i>Créditos:</i>
Análise Econômica do Turismo II	4
Planejamento e Organização do Turismo II	4
Transportes e Telecomunicações	4
Noções de Direito – Legislação do Turismo	3
Idioma Estrangeiro III (segunda opção)	4
Filosofia da Comunicação	3

O currículo enviado à reitoria pela ECA em 16/10/72 é praticamente idêntico ao anterior, somente é excluída a disciplina de Introdução às Comunicações e Artes do primeiro semestre.

Em 19/11/1973 são feitas alterações de nomenclaturas de algumas disciplinas da grade curricular do quarto semestre em diante; algumas disciplinas são criadas e outras suprimidas. Cabe observar que esta mudança capacita a ECA a ministrar estas disciplinas. Com a nomenclatura anterior, existiria a mesma disciplina sendo oferecida em departamentos de outras faculdades da USP. Trata-se do primeiro documento assinado pelo Prof. Mário Carlos Beni encontrado no processo de criação do curso de Turismo da ECA.

*4º semestre:*

- Teoria e Técnica do Turismo I começa a ser ministrada neste semestre.
- É criada a disciplina Metodologia da Pesquisa I.
- História do Brasil é substituída por Fundamentos Históricos do Turismo I.
- Pesquisa de Opinião e Mercadologia é substituída por Estatística Aplicada ao Turismo.
- Geografia I é substituída por Fundamentos Geográficos do Turismo I

*5º semestre:*

- Teoria e Técnica do Turismo II começa a ser ministrada neste semestre.
- Administração Geral passa a ser ministrada no 6º semestre.
- Análise Econômica do Turismo I começa a ser ministrada neste semestre.
- Pesquisa de Opinião Pública é substituída por Metodologia da Pesquisa II.
- História da Arte I é substituída por Fundamentos Históricos do Turismo II.
- Geografia II é substituída por Fundamentos Geográficos do

Turismo II.

- Psicologia da Comunicação é substituída por Psicologia Aplicada ao Turismo.

*6º semestre:*

- Teoria e Técnica do Turismo III começa a ser ministrada neste semestre.
- Análise Econômica do Turismo II começa a ser ministrada neste semestre.
- Jornalismo Turístico e Sociologia da Comunicação são suprimidas.
- Geografia do Brasil é substituída por Fundamentos Geográficos do Turismo III.
- É criada a disciplina de Folclore.

O currículo dos seis primeiros semestres fica, portanto, assim:

*1º semestre:*

	<i>Créditos:</i>
Biblioteconomia-Bibliografia e Documentação	2
Fundamentos Científicos da Comunicação I	4
História da Arte I	4
Comunicação Linguística I	3
Sociologia	3
História da Cultura e da Comunicação I	4
Palestras e Seminários	4

*2º semestre:*

	<i>Créditos:</i>
Fundamentos Científicos da Comunicação II	3
Comunicação Linguística II	3
História da Cultura e da Comunicação II	3
Fundamentos Filosóficos da Comunicação	4
Cultura Brasileira	3
Matemática	3
Idioma Estrangeiro I	3
Palestras e Seminários	2

<i>3º semestre:</i>	<i>Créditos:</i>
Ética e Legislação dos Meios da Comunicação	3
Introdução ao Jornalismo e à Editoração	3
Introdução à Telerádiodifusão, Cinema e Teatro	3
Informática I	3
Problemas Sociais e Econômicos Contemporâneos	2
Estatística	3
Idioma Estrangeiro II	3
Palestras e Seminários	4

<i>4º semestre:</i>	<i>Créditos:</i>
Fundamentos Históricos do Turismo I	3
Estatística Aplicada ao Turismo	3
Metodologia da Pesquisa I	3
Fundamentos Geográficos do Turismo I	4
Comunicação e Lazer	3
Idioma Estrangeiro III	4

<i>5º semestre:</i>	<i>Créditos:</i>
Teoria e Técnica do Turismo II	3
Análise Econômica do Turismo I	4
Sociologia Aplicada ao Turismo	3
Metodologia da Pesquisa II	3
Fundamentos Geográficos do Turismo II	4
Fundamentos Históricos do Turismo II	3
Psicologia Aplicada ao Turismo	4

<i>6º semestre:</i>	<i>Créditos:</i>
Teoria e Técnica do Turismo III	3
Psicologia Social Aplicada ao Turismo	3
Propaganda Aplicada ao Turismo	3
Administração Geral	4
Relações Públicas Aplicadas ao Turismo	3
Fundamentos Geográficos do Turismo III	3

Folclore	2
Análise Econômica do Turismo II	3

São Criadas duas opções curriculares para o último ano de curso.

- Habilitação em Organização e Administração de Empresas de turismo:

<i>7º semestre:</i>	<i>Créditos:</i>
Teoria e Técnica do Turismo IV (meios de transporte)	4
Análise Econômica do Turismo III	3
Teoria Geral da Organização e Administração de Empresas de Turismo I	4
Contabilidade Geral e da Empresa I	3
Problemas Brasileiros I	2
Mercadologia I	2
Direito I	3
Matemática Financeira	3

<i>8º semestre:</i>	<i>Créditos:</i>
Teoria e Técnica do Turismo V (meios de transporte)	3
Análise Econômica do Turismo IV	3
Contabilidade Geral e da Empresa II (custos)	3
Direito II	3
Teoria Geral da Organização e Administração de Empresas de Turismo II	4
Problemas Brasileiros II	2
Planejamento Empresarial em Turismo (análise de projetos)	3
Mercadologia II	3

- Habilitação em Planejamento do Turismo:

<i>7º semestre:</i>	<i>Créditos:</i>
Teoria e Técnica do Turismo IV (meios de transporte)	4

Análise Econômica do Turismo III	3
Teoria do Planejamento	4
Planejamento e Organização do Turismo I	4
Problemas Brasileiros I	2
Mercadologia I	2
Teorometria I	3
Contabilidade de Custos	2

*8º semestre:*

*Créditos:*

Teoria e Técnica do Turismo V (meios de transporte)	3
Análise Econômica do Turismo IV (análise de sistemas)	3
Mercadologia II	3
Direito I	3
Planejamento e Organização do Turismo II	4
Problemas Brasileiros II	2
Análise de Projetos (empreendimentos turísticos)	3
Teorometria II	3

O currículo dos três primeiros semestres não sofreu alterações. Este é o currículo aprovado em 1975 pelo Conselho Universitário da USP<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> Pesquisa na documentação da reitoria da Universidade de São Paulo, processo 33.039/72.

## SOBRE O AUTOR



Macioniro Celeste Filho possui Bacharelado em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - FFLCH-USP (1989); Licenciatura em História pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - FE-USP (1989); Mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP (2002) e Doutorado em Educação, ambos na área de especialização em História da Educação, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP (2006); Pós-Doutorado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (2017); Pós-Doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP (2016-2017). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino Superior, atuando principalmente com os temas de História da Educação e Ensino de História. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura e Instituições Educacionais - GEPCIE. Atualmente é Professor Assistente Doutor no Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da UNESP, campus de Bauru. É professor permanente do Programa de Pós-graduação em Educação, da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, campus de Marília. É professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica, da Faculdade de Ciências da UNESP, campus de Bauru, lecionando e pesquisando nestes dois programas nas áreas de História da Educação, Ensino de História e Teorias e Métodos das Ciências Humanas.

E-mail: [macioniro.celeste@unesp.br](mailto:macioniro.celeste@unesp.br)

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4837831739771633>

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8798-9891>

Principais obras: <https://unesp.academia.edu/MacioniroCelesteFilho>

## **SOBRE O LIVRO**

*Catálogo*

André Sávio Craveiro Bueno – CRB 8/8211

*Normalização*

Kamilla Gonçalves

*Diagramação e Capa*

Mariana da Rocha Corrêa Silva

*Assessoria Técnica*

Renato Geraldi

Oficina Universitária Laboratório Editorial

labeditorial.marilia@unesp.br

Formato

16x23cm

Tipologia

Adobe Garamond Pro

O livro analisa as mudanças na década de 1970 do Ensino Superior paulista. Nesse momento, novas carreiras profissionais surgem nas universidades. A obra estuda um caso paradigmático: a criação do curso superior de Turismo na Universidade de São Paulo. Antes desse curso ser concebido pela USP, a obra delinea sua trajetória desde curso técnico profissionalizante no Ensino Médio até sua constituição como carreira universitária. O livro trata de exemplo concreto da trajetória de formação profissional no Ensino Superior propiciada pela Reforma Universitária do final da década de 1960.

---

ISBN 978-65-5954-529-2



9 786559 545292